

desses danos, bem como a necessidade de sua reparação. Será verificado o atendimento aos pressupostos doutrinários, normativo-positivos e jurisprudenciais, visando a compensação direta dessas perdas e prejuízos conexos aos danos coletivos e difusos às cadeias produtivas atingidas.

c) Estudo relativo aos direitos e garantias fundamentais, precedentes de grandes desastres e casos de sucesso na condução jurisprudencial.

Realização de pesquisa de direito comparado e estudo doutrinário, normativo-positivo e jurisprudencial que enseje o refinamento da compreensão de aspectos relativos aos direitos e garantias fundamentais de sujeitos atingidos por desastres socioambientais (pessoas físicas e jurídicas), precedentes de grandes desastres e casos de sucesso na condução jurisprudencial, tanto no direito pátrio quanto no direito internacional. Posteriormente, a assessoria jurídica realizará uma formação com fundamento em princípios da educação popular para explicar compreensivamente o que é uma Ação Civil Pública, o funcionamento básico de um procedimento judicial, do juízo e da jurisdição, bem como o papel dos autores, do comitê técnico, e por fim o papel e a correlação das assessorias técnicas independentes com os titulares do direito postulado.

d) Formação de assessores jurídicos populares para atuação pela reparação integral dos atingidos em contexto de desastres tecnológicos

Realização da formação de assessores jurídicos populares capacitados para atuar em procedimentos que objetivam a reparação integral dos atingidos em contexto de desastres socioambientais e tecnológicos, com vistas à: a) investigação dos fatos; b) restituição de direitos, bens e liberdades; c) reabilitação física, psicológica e social; d) satisfação das vítimas; e) garantia de não repetição de violações; f) indenização compensatória por danos materiais e imateriais, em consonância com o debate teórico mundial, a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos e jurisprudência internacional comparada.

DIAGNÓSTICO AMPLIADO DE CARACTERIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS E LEVANTAMENTO DE DANOS SOCIOECONÔMICOS, SOCIOAMBIENTAIS E CULTURAIS;

A pesquisa da ATI, construída a partir dos atingidos e suas demandas reais, é, em nossa perspectiva, instrumento fundamental do controle social por parte dos atingidos, pois permite uma apropriação do conhecimento dos processos de afetação dos danos que viabiliza o controle social ao provocar equiparação de forças e qualificação do contraditório num contexto de conflito caracterizado pela forte assimetria de poder entre empresa (ré) e vítimas.

Nossa expectativa é de criar um processo de construção compartilhada do conhecimento em que as comunidades e pessoas atingidas tenham participação direta, seja na concepção, seja na elaboração de instrumentos, seja na avaliação dos resultados. A construção compartilhada de saber sobre a dinâmica de danos é o movimento que viabiliza a apropriação dos conhecimentos necessários para empoderamento no processo de reparação.



A execução e análise do diagnóstico emergencial, previsto para os primeiros seis meses de trabalho, permitirá a caracterização das famílias e do território da Região 3. Porém, devido a limitação do tempo e das atividades de campo necessários para execução desse diagnóstico, agravado ainda pelo contexto da pandemia COVID-19, entendemos que existirão lacunas de informações que devem ser preenchidas. A fim de produzir informações que preencham as lacunas identificadas e que atendam as demandas complementares dos atingidos, será elaborado um Diagnóstico Ampliado de Caracterização das Famílias e Levantamento de Danos Socioeconômicos, Socioambientais, Psicossociais e Culturais, cuja pretensão é a construção de dados censitários em nível familiar.

A construção desse diagnóstico será dividida em duas etapas. A primeira etapa refere-se a construção do **Plano de Pesquisa do Diagnóstico Ampliado de Caracterização das Famílias e Levantamento de Danos Socioeconômicos, Socioambientais, Psicossociais e Culturais**. Este documento tem como objetivo tático organizar e orientar a equipe quanto ao percurso metodológico visando a integração intergerencial, otimização de tempo, esforço em campo e dispêndio de recurso.

Finalizada a etapa de planejamento inicia-se, de fato, a **Execução do Diagnóstico Ampliado de Caracterização das Famílias e Levantamento de Danos Socioeconômicos, Socioambientais, Psicossociais e Culturais**. As atividades operacionais relacionadas a execução desse diagnóstico serão elaboradas pela equipe técnica na construção do Plano de Pesquisa do Diagnóstico Ampliado. Todas as pesquisas que irão compor o diagnóstico ampliado estão previstas para iniciar em abril de 2021 com o tempo de execução de nove meses.

Devido a particularidades técnicas, principalmente relacionadas a período de coleta de dados, três estudos de caráter socioambiental não irão compor o Diagnóstico Ampliado, mas sim, serão realizados de forma paralela. A definição dos fatores a serem analisados nesses estudos considerou, principalmente, as manifestações e preocupações reforçadas pelas pessoas das comunidades atingidas durante os Campos de Escuta e de Devolutiva, apresentadas no Capítulo “Danos apontados pelos atingidos durante o Campo de Escuta”. Além disso, utilizou-se como base os impactos já relatados em outros casos onde há a contaminação por rejeito de minério de ferro. São eles:

Estudos regionais sobre disponibilidade hídrica subterrânea e superficial

Apesar das ações mitigatórias adotadas pela Vale. S.A terem proporcionado certa segurança hídrica às comunidades e pessoas que utilizavam a água diretamente do rio Paraopeba ou via poços artesianos em suas margens, ainda não se sabe quais serão os efeitos do rompimento a médio e longo prazo e quais são os riscos para a segurança hídrica regional. Visando contornar essa situação, torna-se fundamental caracterizar a disponibilidade hídrica da Região 3, considerando o acesso aos recursos hídricos e usos da água por parte das comunidades atingidas. Essa caracterização permitirá a identificação de potencialidades para alternativas de abastecimento e captação de água e subsidiar políticas públicas para garantia da segurança hídrica a curto, médio e longo prazo.

Para construção desse objetivo serão realizadas modelagens hidrológicas e hidráulicas baseadas em características naturais da paisagem, dados pluviométricos e fluviométricos, uso e cobertura do solo



e as vulnerabilidades existentes. Ambos os modelos permitiram a construção de cenários fidedignos para os casos de escassez e abundância que poderão orientar medidas reparatórias e/ou consultivas visando a garantia da segurança hídrica dos atingidos. Todo esse processo será aferido e validado com auxílio de dados coletados em campo e/ou dados secundários. Os relatórios e estudos provenientes desse tópico serão discutidos com os atingidos do território e com as partes interessadas, estabelecendo, também, uma interface de diálogo com o Comitê Técnico-Científico da UFMG com auxílio da Gerência de Participação Social, Engajamento e Comunicação.

Análises de fatores bióticos e abióticos

Apesar do levantamento e sistematização de danos ambientais via dados secundários serem extremamente úteis para construção de um panorama geral da situação, sua utilização, em alguns casos, não é capaz de responder a danos pontuais. Isso acontece, pois normalmente a definição dos pontos de coleta/amostragem de órgãos institucionais e de pesquisa visam compreender a situação mais ampla do dano, sem dar o devido detalhamento a particularidades locais.

Desta forma, para se obter respostas a demandas locais e emergencial, antecipando inclusive as chamadas do Comitê Técnico-Científico da UFMG, e subsidiar tomadas decisões locais são necessárias coletas e análises de dados primários. Esses dados deverão ser capazes de propiciar uma compreensão da realidade, sobretudo, em escala local, destacando assim as suas peculiaridades. Ademais, a coleta e análise de dados primários são a principal forma de garantir aos atingidos uma fonte confiável aos olhos das comunidades. Neste contexto, as análises de fatores bióticos e abióticos terão como objetivo tático levantar dados primários e analisar comparativamente os dados obtidos com dados secundários visando a elucidação do cenário de contaminação ambiental na Região 3.

Água e sedimentos: sabe-se que a água foi o bem ambiental mais impactado, uma vez que todo o material advindo do rompimento e aquele que foi sendo acumulado com a passagem da onda de rejeitos de minério de ferro pelo caminho percorreu/percorre e se depositou/deposita nos leitos fluviais, primordialmente no rio Paraopeba. O rio Paraopeba constitui e constituía fonte primordial de vida para as pessoas que a ele têm/tinham acesso: fonte de abastecimento de água para consumo humano; fonte de alimentos por meio da pesca; fonte de água para produção agrícola (irrigação) e pecuária (dessedentação de animais); meio de lazer e turismo; etc. Todos estes aspectos foram reforçados pelas pessoas das comunidades atingidas durante os Campos de Escuta e de Devolutiva. Da mesma forma, também durante esses encontros, as comunidades expressaram receios quanto ao uso da água do rio após o rompimento da barragem, visto que não se conhecem os reais impactos sobre a qualidade da água e os riscos de sua utilização. A insegurança quanto ao uso da água se estende aos poços, cisternas, lagoas marginais, afluentes e outras fontes próximas ao rio Paraopeba, pois não se sabe ainda se há contaminação a partir do material presente no rio, seja por contato direto ou por infiltração e percolação pelo solo. Desta forma, torna-se imperioso que as comunidades tenham informações técnico-científicas claras sobre a qualidade da água e sobre a segurança da continuidade dos usos dos recursos hídricos a que tinham acesso, seja porque, por receio, as pessoas já se viram compelidas a buscar outras fontes, seja porque, por falta de alternativa, continuam a usar as mesmas fontes.



Há, portanto que se compor um banco de dados robusto sobre a qualidade da água da área afetada, que permita um diagnóstico fidedigno da situação, através de uma rede amostral que propicie a apreensão da realidade, sobretudo, em escala local, destacando-se as peculiaridades de cada localidade em seu contexto regional e que seja ao mesmo tempo confiável aos olhos das comunidades. Assim, é necessário que se tenham dados primários em mãos, isto é, reunidos em programa de monitoramento - coleta de amostras e análises da qualidade da água e sedimentos - realizado por iniciativa e sob a responsabilidade da ATI-R3, através de demandas levantadas pelos atingidos, mas que tenha em vista o diálogo e a interface com a produção de dados do Comitê Técnico-Científico da UFMG, não somente para sua aferição em escalas que proporcionem maior nível de detalhe, mas que se somem ao banco de dados oficial do processo.

Nas amostras de água coletadas ao longo do Rio Paraopeba e seus afluentes serão realizadas análises para parâmetros especificados na Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG N.º 1, de 05 de Maio de 2008. O programa de monitoramento deverá cobrir ainda outras fontes de abastecimento a serem apontadas pela comunidade, cujas análises deverão, essencialmente, verificar a potabilidade da água. Os pontos de amostragem devem ser selecionados em definitivo em conjunto com os atingidos, mas adianta-se que deverão compor malha representativa de toda a calha do Rio Paraopeba presente na Região 3 e incluirão pontos próximos às comunidades atendidas pela ATI-R3. Pretende-se desta forma perceber a dinâmica da qualidade da água ao longo deste percurso de cerca de 180 km do Rio Paraopeba, identificar usos possíveis, prejudicados ou comprometidos da água, bem como identificar perigos mais imediatos às comunidades usuárias dos recursos hídricos.

Como referido, o programa de monitoramento da qualidade da água deverá cobrir ainda outras fontes de abastecimento a serem apontadas pela comunidade como, por exemplo, afluentes, poços, cisternas, lagoas marginais e reservatórios de água próximos à calha do rio Paraopeba. Prevê-se que a etapa inicial desse programa seja retroalimentadora, ou seja, forneça resultados em termos quantitativos - quais e quantas fontes de água - e qualitativos - que parâmetros monitorar, que nortearão posteriores análises de qualidade da água.

Adicionalmente, devido à deposição no fundo do rio dos rejeitos de minério de ferro provenientes do rompimento e suas contínuas remobilizações, serão necessárias, também, análises do sedimento na calha do rio Paraopeba, objetivando a detecção de metais e metalóides.

Solo: Uma das principais atividades socioeconômicas da Região 3 é a agropecuária. Nesse cenário, durante o Campo de Escuta, os produtores rurais externalizaram sua preocupação com a contaminação trazida pelos rejeitos de minério de ferro após o rompimento da barragem B1 através do rio Paraopeba. Essa preocupação foi potencializada com os eventos extremos do último período chuvoso (2019-2020), quando as enchentes do rio Paraopeba alcançaram proporções recordes, inundando áreas produtivas e acarretando problemas e danos ambientais e socioeconômicos. Dessa forma, é fundamental a realização de análises pedológicas que contemplem um prazo emergencial, antecipando inclusive as chamadas do Comitê Técnico-Científico da UFMG, para avaliação de contaminantes provenientes do rompimento. Os resultados desses levantamentos serão periodicamente compartilhados, comparados com outras fontes e discutidos com os atingidos, tendo em vista os riscos ambientais e à saúde huma-



na, bem como as repercussões socioeconômicas, a garantia da qualidade dos produtos agrícolas e a necessidade de adoção de medidas mitigadoras.

Ar: O extravasamento periódico das águas do rio Paraopeba, com conseqüente secagem dos sedimentos depositados nas margens, deve ser alvo de avaliações, uma vez que parte desse material é proveniente do rejeito tóxico da barragem B1 da mina do Córrego do Feijão. Nos períodos de seca, a exposição da população ribeirinha da Região 3 a esse material particulado em suspensão pode ocasionar uma série de problemas dermatológicos, respiratórios, alérgicos, oftalmológicos, etc. Ademais, esse material particulado, mobilizado pela ação dos ventos, pode se acumular em solos com cultivos de produtos agrícolas, e subseqüentemente, os contaminantes presentes nesse particulado podem ser absorvidos, levando a uma nova rota de exposição das populações locais. Assim, durante o período de seca, é de suma importância a caracterização química do material particulado em suspensão com amostragens de poeira domiciliar e outros pontos de interesse. Os resultados dessas análises serão compartilhados com atingidos da Região 3, objetivando a adoção das medidas mitigadoras que se fizerem necessárias.

Ictiofauna: A Região 3 é notadamente reconhecida por desenvolver atividades de pesca, tanto com atividades meios (ex.: venda de iscas, aluguel de sítios para a prática de pesca, etc.) quanto atividades fins (ex.: pescaria). Nesse sentido, os rejeitos tóxicos provenientes do rompimento da barragem B1 e que estão depositados ao longo da calha do rio Paraopeba apresentam grande potencial de contaminação para o pescado consumido na região. A presença de contaminantes na água e peixes, além de provocar o fenômeno de magnificação trófica (acúmulo progressivo de substâncias de um nível trófico para outro ao longo da cadeia alimentar) e seus conseqüentes prejuízos ecossistêmicos, também pode resultar, a médio e longo prazos, no processo de bioacumulação, ou seja, na absorção de substâncias e compostos químicos pelos seres vivos. A bioacumulação, por sua vez, pode desencadear o surgimento de doenças crônicas graves, afetando diretamente a qualidade da vida daquelas pessoas que, por necessidade ou desconhecimento, consomem os peixes contaminados. É fundamental a realização de análises que contemplem um prazo emergencial, antecipando inclusive as chamadas do Comitê Técnico-Científico da UFMG. Tendo em vista esse panorama, serão previstas análises toxicológicas e patológicas na ictiofauna local para avaliação da presença de contaminantes (ex.: metais, metalóides e compostos orgânicos tóxicos). Os resultados dessas análises serão compartilhados com atingidos da Região 3, objetivando a adoção das medidas que se fizerem necessárias.

Animais domésticos: O rompimento da barragem B1 despejou cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos tóxicos na bacia hidrográfica do rio Paraopeba, com danos para a segurança hídrica e a biodiversidade. O monitoramento independente do nível de toxicidade nos animais domésticos se faz necessário para atender a uma demanda específica apontada pelos atingidos durante o Campo de Escuta, muitos dos quais têm como principais fontes de atividades agropecuárias. Dessa forma, é fundamental a realização de análises que contemplem um prazo emergencial, antecipando inclusive as chamadas do Comitê Técnico-Científico da UFMG. As análises permitirão traçar um quadro de possíveis focos e níveis de contaminação animal por metais e metalóides, com reflexos sobre as questões de viabilidade e escoamento da produção agropecuária regional. A periodicidade, seleção e universo amostral dessas análises devem ser estabelecidas pela consultoria externa independente a ser contrata-



da sob orientação da equipe permanente da ATI-R3 e em atendimento às demandas dos atingidos. Os resultados dessas análises serão sistematizados pela equipe permanente da ATI-R3 e compartilhados com os atingidos em linguagem clara e objetiva. Da mesma forma que outros estudos propostos, os resultados dessas análises também poderão fornecer mais subsídios para as ações de reparação integral dos danos socioambientais na Região 3.

Produtos agrícolas: Da mesma forma que é prevista neste Plano de Trabalho uma avaliação toxicológica e patológica de animais domésticos, serão realizadas análises toxicológicas de produtos agrícolas, os quais representam uma das principais atividades econômicas da Região 3. A necessidade dessas análises se fundamenta na presença dos rejeitos tóxicos provenientes do rompimento tanto na água do rio Paraopeba, solo, ar e sedimentos. É fundamental a realização de análises que contemplem um prazo emergencial, antecipando inclusive as chamadas do Comitê Técnico-Científico da UFMG. As análises permitirão traçar um quadro de possíveis focos e níveis de contaminação animal por metais e metaloides, com reflexos sobre as questões de viabilidade e escoamento da produção agrícola regional. A periodicidade, seleção e universo amostral dessas análises serão estabelecidas pela consultoria externa independente a ser contratada sob orientação da equipe permanente da ATI-R3 e em atendimento às demandas dos atingidos. Os resultados dessas análises serão sistematizados pela equipe permanente da ATI-R3 e compartilhados com os atingidos em linguagem clara e objetiva, objetivando a adoção das medidas que se fizerem necessárias.

Estudo sobre riqueza de espécies da ictiofauna

Apesar da análise de dados secundários produzidos por outras instituições fornecer um panorama geral dos efeitos adversos do rompimento da barragem B1 sobre a ictiofauna e impactos sobre a economia local do setor da pesca (lazer e/ou comercial), fazem-se necessários levantamentos primários acerca da diversidade, distribuição e riqueza da ictiofauna do rio Paraopeba, tendo como foco a extensão do rio na Região 3 e afluentes de interesse que possam servir para análises comparativas. Para tanto, será contratada uma consultoria externa que realizará campanhas de coleta durante as estações chuvosas e secas ao longo do período de execução deste Plano de Trabalho. Os resultados obtidos serão analisados e comparados com os dados secundários produzidos por outras organizações e presentes na literatura específica para região, visando a produção de um relatório técnico. Os resultados desse estudo serão compilados pela equipe permanente da ATI-R3 e compartilhados periodicamente com os atingidos em linguagem clara e objetiva, servindo ainda para a proposição de medidas de reparação integral a serem implementadas.

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE RESTITUIÇÃO E FOMENTOS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Construção participativa e mapeamento de soluções para os problemas previamente identificados como:

1. Programa territorial de segurança e soberania alimentar e nutricional;
2. Ações de gestão e segurança hídrica;



3. Construção participativa de alternativas de desenvolvimento territorial;
4. Construção de diagnóstico de espécie da sociobiodiversidade.
5. Diagnóstico de viabilidade econômica de projetos de desenvolvimento territorial

VALIDAÇÃO DAS SOLUÇÕES PROPOSTAS JUNTO AOS ATINGIDOS

Considerando que o papel primordial do trabalho da assessoria técnica independente é garantir a participação informada dos atingidos, a ação nesta fase se estrutura em pautar para que os dados técnicos de proposições de reparação de danos coletivos e difusos possam ser compreendidos pelas comunidades. Estas proposições estão desde os aspectos de políticas públicas específicas e de diferentes áreas temáticas, mas também de iniciativas construídas pelas próprias comunidades. Tendo como referencial a matriz de danos identificados e mensurados, as ações visam apresentar dados técnicos compreensíveis para que os mesmos possam decidir, participar, propor soluções e demandas. Serão diversas iniciativas locais de encontros formativos, estudos, oficinas para construção de soluções de desenvolvimento a partir de modelos sustentáveis que valoriza a experiência local, a produção coletiva, as rede de integração e comercialização, entre outros.

Frente a realidade de vulnerabilidade de muitas famílias, propomos também contribuir para que as comissões possa estabelecer medidas de proteção e bem estar, como iniciativas voltadas para assegurar a segurança alimentar e nutricional, a segurança hídrica e saneamento, novas alternativas econômicas de produção e consumo, a valorização dos produtos da sociobiodiversidade, produção agroecológica, manejo sustentável da agropecuária, o turismo de base comunitária, entre outros. Para o conjunto dessas ações, pretende-se realizar diagnósticos específicos, voltados para conhecer o potencial de desenvolvimento local, bem como devolver para as comunidades os estudos produzidos no âmbito das quesitação.

Entre as ações previstas, está a contratação de uma consultoria externa, para que possa contribuir com uma análise de estudos de viabilidade econômica das proposições apresentadas, seja de entidades proponentes como a VALE e o Comitê Pró Brumadinho, bem como de políticas externas de fomentos a projetos de desenvolvimento territorial. Todas estas propostas serão submetidas para que os atingidos possam tomar decisões que assegurem o seu protagonismo em todas as etapas de reparação integral. Estas ações visam também disseminar o desenvolvimento de tecnologias sociais que ajudem a potencializar as capacidades de gestão em favor dos direitos dos atingidos e do ecossistema e que assegurem a garantia, a ampliação e a efetividade de direitos fundamentais, numa perspectiva de transformação social. O diálogo permanente e a cooperação com os outros atores sociais de atuação no âmbito dos territórios, sobretudo com os gestores públicos, devem ser pautados pela garantia de políticas públicas efetivas que atuem para reduzir a degradação ambiental, a produção sustentável e promova a racionalização no uso dos recursos naturais, a não utilização de agrotóxicos nos processos produtivos, a comercialização em redes de produção, entre outros. Embora ainda não esteja previsto o acompanhamento da ATI no processo de implementação dos projetos de reparação, reiteramos que monitoramento contínuo e a avaliação dos resultados são fundamentais para correção de rumos e comunicação de resultados.



EQUIPE E GOVERNANÇA

A seguir apresentamos a composição profissional da equipe que vai executar as atividades descritas nesse Plano de Trabalho. A equipe transversal vai atender todos os municípios e ficará sediada em Belo Horizonte e Viçosa. Já as equipes de campo, ficarão fixas nas bases de Paraopeba, Pará de Minas e Esmeraldas. O organograma da equipe, conforme apresentado, será construído para que a comunidade fique no centro de tomada de decisão. A integração entre áreas temáticas também será central no processo.

Os profissionais escolhidos deverão assinar termo de compromisso no qual se comprometem a atuar com isenção e independência técnica de forma a alcançar o melhor interesse dos atingidos.

Assim, não resta dúvida de que haverá total interesse dos profissionais da Equipe Técnica em corresponder às expectativas das populações da região 3, pois a elas coube o direito de escolha da organização para prestar assessoria e a elas também caberá a decisão de interromper o processo caso esta não esteja atuando conforme os interesses e direitos das pessoas atingidas.

O NACAB ressalta que os processos de seleção dos profissionais seguirão o estabelecido no Termo de Referência, nas Orientações para Contratação, nas Regras de Chamamento e o Regulamento de Princípios, Compras e Contratações (RPCC). Para os cargos em que não há ainda definição do profissional, são apresentados, na tabela após o organograma, os requisitos necessários à contratação.



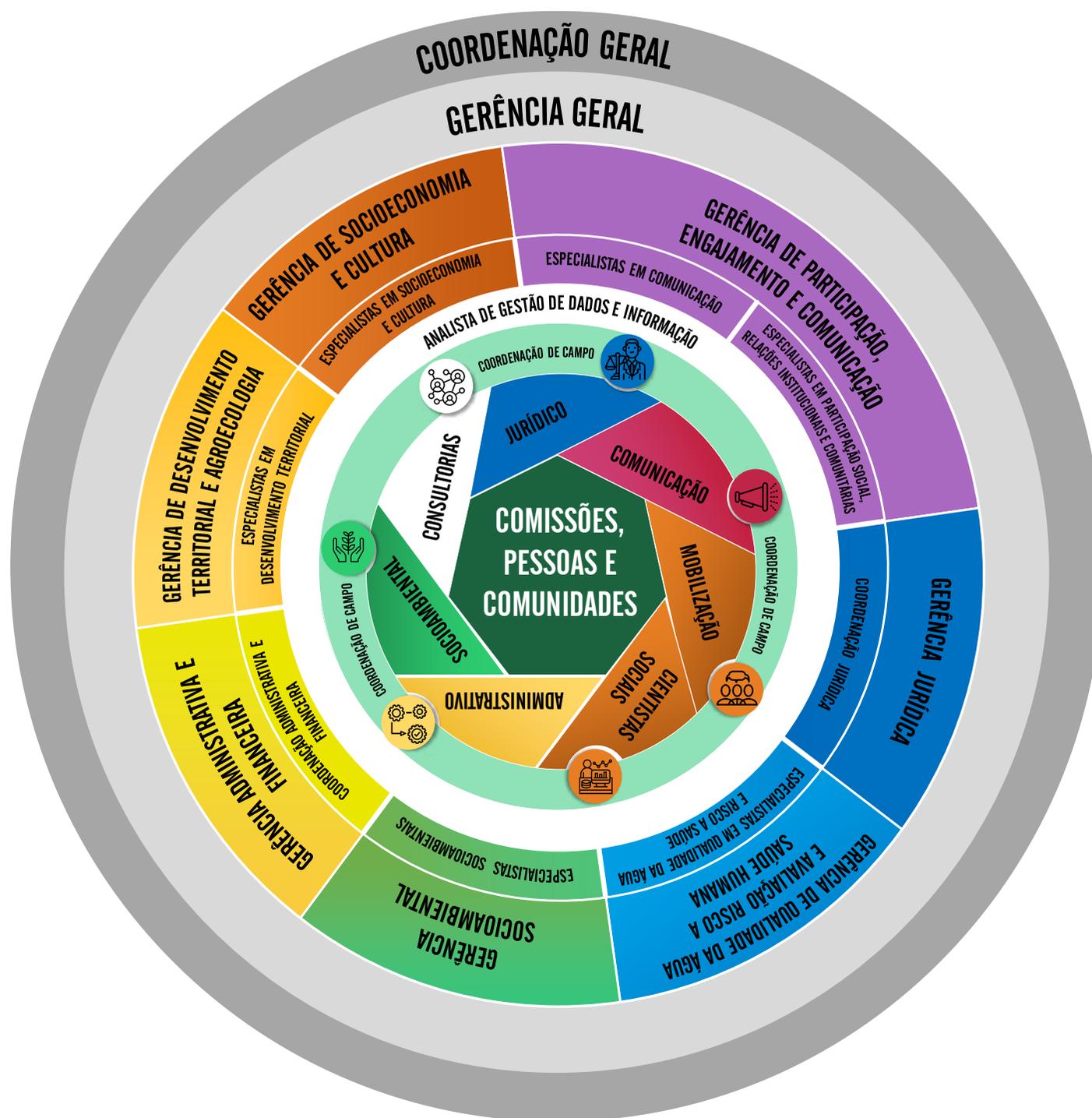


Figura 14: Estruturação Organizacional da Equipe Técnica.



Tabela 11: Descrição da equipe com quantitativo de profissionais por cargo.

DESCRIÇÃO EQUIPE	
QUANT.	DESCRIÇÃO DOS CARGOS
1	Coordenador Geral - COGER - Via FACEV
1	Gerência Geral - COGER
1	Gerência Administrativo Financeira - COGER
1	Gerência de Participação Social, Engajamento e Comunicação- COGER
1	Gerência Jurídica - COGER
1	Gerência de Qualidade da Água e Avaliação de Riscos à Saúde
1	Assessoria para Coordenação Geral
1	Assessoria Jurídica
1	Gerência Socioambiental
1	Gerência de Socioeconomia
2	Gerência de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
1	Especialista Pleno qualidade da água e avaliação de riscos à saúde
1	Especialista Sênior em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
1	Especialista Pleno em Agroecologia
1	Especialista Sênior em Socioeconomia
1	Especialista Pleno em Socioeconomia
4	Especialista Pleno em Participação Social, Engajamento e Comunicação
1	Especialista Sênior Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
1	Especialista Pleno em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
1	Especialista Sênior Socioambiental
3	Especialista Pleno Socioambiental
1	Assessoria de Comunicação
2	Especialista Pleno do Núcleo de Coordenação Jurídica
1	Coordenação Administrativa e Financeira
3	Coordenadores de Campo da Área Jurídica - Transversal
1	Assessor II de Dados
2	Analista Sênior Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
2	Assessor III Qualidade da água e avaliação de riscos à saúde
1	Assessor III em Participação Social, Engajamento e Comunicação
1	Analista Sênior de Gestão da Informação
1	Analista Pleno Tecnologia da Informação
7	Analista Pleno Participação Social, Engajamento e Comunicação
1	Gestor Redes Sociais Junior
1	Designer Junior
1	Designer Pleno
1	Assessor II - Jurídico
15	Analista Pleno - Jurídico

Continua ...

130



DESCRIÇÃO EQUIPE

QUANT.	DESCRIÇÃO DOS CARGOS
1	Assessor I Jurídico
1	Analista Pleno Jurídico - 20h
1	Assessor I- Jurídico
24	Analista Júnior - Jurídico
1	Analista Sênior - Ciências Agrárias - 20h
6	Analista Sênior - Ciências Agrárias
6	Analista Pleno - Ciências Agrárias
15	Analista Junior - Ciências Agrárias
1	Assessor III- Ciências Sociais
3	Analista Sênior - Ciências Sociais
2	Analista Sênior Ciências Sociais
1	Analista Pleno - Ciências Sociais (humanas)
63	Analista Pleno - Ciências Sociais (humanas)
9	Analista Júnior - Ciências Sociais
9	Analista Pleno - Socioambiental
18	Analista Júnior - Socioambiental
1	Assessor de RH
1	Assessoria de compras e licitações
1	Secretaria Executiva
4	Supervisor Administrativo
1	Assessor Financeiro 20h
1	Assistente de Tecnologia da Informação
5	Serviços Gerais
1	Office boy
5	Estagiário
1	Assessor de TI
1	Assessoria Designer
251	TOTAL



EQUIPE DE ATUAÇÃO TRANSVERSAL: COORDENAÇÃO GERAL E GERENTES

A equipe de atuação transversal será construída a partir da contratação de profissionais com expertise, também com experiência comprovada, compatível com a exigência de cada atribuição. Em decorrência da amplitude da Região 3, a gerência e comitê gestor irão trabalhar de forma articulada e transversal ao trabalho das equipes técnicas exclusivas ao campo. A complexidade do processo de reparação justifica uma equipe produtora de inteligência por temática de ação, reduzindo a demanda por consultorias especializadas para a realização do trabalho. A experiência da equipe em outros processos de reparação indica que a qualidade da assessoria técnica aumenta na medida em que se internaliza e fideliza a produção de inteligência investida nos processos de conhecimento da realidade social, de formatação participativa de projetos e de programas de desenvolvimento.

A fim de garantir um acesso facilitado aos demais atores envolvidos no processo de reparação, tal como as Instituições de Justiça, a 6ª Vara da Fazenda Pública e da Vale S.A, e também de serviços de natureza diversa e recursos humanos de alta qualificação, a coordenação geral, gerentes e coordenadores e analistas ficaram sediados nos Escritórios Gerenciais em Belo Horizonte, capital do estado que mantém uma distância de 100 Km de Paraopeba, 84 km de Pará de Minas e 57 km de Esmeraldas e Viçosa, onde está localizada a sede do NACAB e a equipe da gestão, incluindo a Diretoria da instituição além da Gerência de Qualidade de Água Avaliação de Risco à Saúde. Apesar das bases serem em BH e Viçosa, atuarão de forma ativa e transversal junto à equipe de campo e comunidades, comissões e pessoas atingidas. Serão contratados em regime de CLT, em função de confiança, uma vez que as funções requerem maior flexibilidade em sua execução em relação á trânsito e horários com demanda diurnas e/ou noturnas. Os profissionais, de perfil coordenativo, devem estar em plena sintonia e trânsito com os Escritórios Centrais e territórios atingidos.

Conforme organograma apresentado, às equipes de atuação transversais serão organizadas em 3 níveis hierárquicos;

- Coordenação Geral
- Comitê gestor
- Gerências de área

O modelo de governança da ATI ainda será definida em um processo de construção coletiva e contará com a contribuição das comunidades, na medida do possível.

COORDENAÇÃO GERAL

A Coordenação Geral será formada pelo Coordenador Geral, Gerência Geral, Gerência Jurídica, Gerência de Participação e Engajamento e Gerência Administrativa - Financeira. Terá a função de coordenar e deliberar sobre todo o processo de execução da ATI.



Descrição das atividades:

- Coordenar, acompanhar o planejamento e articular as equipes frente aos trabalhos e entregas dos produtos previstos;
- Promover a articulação interinstitucional entre os diversos atores envolvidos, acompanhando efetivamente o trabalho a ser desenvolvido pela FACEV e auditora indicada pelo Juízo (Ernst & Young), bem como o trabalho de coordenação metodológica em apoio às Instituições de Justiça, a ser desenvolvido por instituição ainda não definida;
- Participar de reuniões com as instâncias do poder público, empreendedores, grupos e comunidades envolvidas;
- Fornecer diretrizes gerais à execução do trabalho e atuar na promoção da execução e elaboração de estratégias de atuação da equipe;
- Participar da capacitação e avaliação periódica das equipes técnicas.

Profissional Responsável:

Gumercindo Souza Lima.

Possui graduação em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Viçosa (1984), Especialização em Primatologia (Conservação em Áreas de Grande Impacto Ambiental), pela Universidade de Brasília (1987), Mestrado em Engenharia Florestal, pela Universidade Federal do Paraná (1991) e doutorado em Ciências Florestais, pela Universidade Federal de Viçosa (2003). Atualmente é Professor Associado da Universidade Federal de Viçosa. Tem experiência na área de Recursos Florestais e Engenharia Florestal, com ênfase em Conservação da Natureza e atuação em Pesquisa e Extensão nas áreas de Criação e Manejo de Unidades de Conservação, Conservação Ambiental, Proteção Integral e Uso Sustentável dos Recursos Naturais, Política e Licenciamento Ambiental. Tem experiência em Gestão e Administração Pública, tendo exercido os cargos de Diretor do Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), Pró-Reitor de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Diretor Geral do Centro de Ensino e Extensão, Presidente da Fundação Artístico e Cultural da UFRV (FACEV), Diretor Científico do Centro Brasileiro para a Conservação da Natureza (CBCN) e Secretário Executivo do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB). É membro de Conselho editorial de 02 Periódicos Científicos. Atualmente é coordenador Científico do Polo de Excelência em Florestas (SECTES/MG). Autor/Editor de 06 livros, de 112 artigos científicos em periódicos nacionais e estrangeiros e publicações em Congressos e Simpósios.



Descrição das atividades:

- Garantir a integração e articulação metodológica das gerências temáticas;
- Promover a interligação entre gerências temáticas e Coordenação Geral, seja individualmente, seja através do Comitê Gestor;
- Acompanhar e fiscalizar a execução de produtos e ações das gerências temáticas, a partir das diretrizes da Coordenação Geral;
- Acompanhar o trabalho e contribuir de forma colaborativa com a Coordenação Metodológica Finalística das Instituições de Justiça
- Atuar na elaboração e execução das estratégias operacionais junto à Coordenação Geral;

Profissional Responsável:

Frederico Magalhães Siman

Cientista Social (PucMinas, 2011), especialista em Estudos e Avaliação de Impactos Ambientais em Mineração e Grandes Empreendimentos (PucMinas, 2015), mestre pelo Programa de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ, 2015), doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Extensão Rural (UFV). Desde 2010 desenvolve pesquisas acadêmicas socioambientais, por meio de metodologias qualitativas variadas, publicando artigos e trabalhos científicos sobre as seguintes temáticas: agricultura familiar e camponesa, integração entre agricultura e indústria, conflitos socioambientais e grandes empreendimentos, povos e comunidades tradicionais, mudança agroambiental. É consultor em políticas de patrimônio cultural, em especial de natureza imaterial, desenvolvendo pesquisas e estratégias de valorização e salvaguarda para manifestações e celebrações populares diversas. Desde 2015 atua como consultor ambiental em estudos e avaliação de impactos ambientais de grandes empreendimentos, planejamento e gestão socioambiental e análises de conflitos ambientais. Nos últimos anos tem se dedicado a consultorias para o terceiro setor focadas em denúncias de violações de direitos humanos e ambientais pelas atividades minerárias e em processos de reparação que envolvem Assessorias Técnicas Independentes. Coautor do “Dossiê-denúncia: ameaças e violações ao direito humano à água no Quadrilátero Ferrífero Aquífero de Minas Gerais”, publicado pelo MovSam em 2018, e co-coordenador do Dossiê “Conflitos ambientais e violações dos direitos humanos em contexto de grandes empreendimentos”, publicado pela Rever/UFV. Coordenador e professor do Curso de Pós-graduação em Estudos de Impactos e Licenciamento Ambiental do IEC/PUCMINAS. Atualmente é consultor parceiro da Troca Gestão Social.



COMITÊ GESTOR

O Comitê gestor será formado pelas Gerências de Área e Cordenação Geral. terá a função de apoiar a Coordenação Geral, em caráter consultivo.

Descrição das atividades:

- Colaborar para articulação metodológica das diversas áreas temáticas a partir das diretrizes da Coordenação Geral e da Coordenação Metodológica das Instituições de Justiça.
- Colaborar na construção de soluções e aperfeiçoamentos metodológicos e operacionais da ATIR3 do Nacab.
- Participar da capacitação, planejamento e avaliação periódica do trabalho das equipes técnicas.

GERÊNCIAS TEMÁTICAS

As gerências serão subdivididas em 8 áreas temáticas e 9 profissionais. Dentre as funções que exercem as principais, são: i) suporte técnico das equipes de analistas, tanto os locados em BH, quanto em campo.

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - 1 PROFISSIONAL

Descrição das atividades:

- Promover a integração das ações entre as áreas finalística e meio (ou físico e financeiro)
- Orientar, acompanhar e fiscalizar as atividades relacionadas ao setor.
- Atuar nas ações de PMA - Planejamento, Monitoramento e Avaliação das estratégias junto à Coordenação Geral
- Liderar a elaboração dos relatórios financeiros
- Acompanhar contador e auditores

Gerente:

Marluce de Souza Abduane

Contadora, (FACCO, 1993), Administradora de Cooperativas (UFV, 2002), especialista em Cooperativismo de Crédito (UFV, 2006). Desde 1996 atua no terceiro setor, na área administrativo-financeira do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM), ocupando os cargos de Assistente Financeira, Gerente Financeira, Gerente de Projetos, Coordenadora Administrativo-Financeira, compondo a Comissão Executiva junto com a Coordenação Técnica por 7 anos e também foi Coordena-



dora Técnica de projetos da organização, dentre outras ações cumulativas. Neste período acompanhou e participou de ações da entidade relacionadas ao tema agroecologia, educação ambiental, luta por direitos, contribuindo para a promoção da autonomia e dos direitos e empoderamento das mulheres e jovens, da igualdade de gênero, da defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural, junto a organizações de agricultores, agricultoras, povos e comunidades tradicionais, quilombolas, movimentos populares, universidades e instituições de pesquisa e extensão. Foi bolsista ATP-A no projeto de pesquisa “Fortalecendo as Experiências Agroecológicas na Zona da Mata de Minas Gerais. Coordenação: Irene Maria Cardoso. Objetivo Geral: Promover a sustentabilidade a partir da construção e disseminação do conhecimento em agroecologia a partir dos saberes construídos em conjunto com os agricultores(as), criando condições para aumentar a sustentabilidade dos sistemas de produção e ampliar as estratégias de desenvolvimento local sustentável implementadas pelas organizações dos(as) agricultores(as). Atividades: preparação e realização das oficinas agroecológicas” e EXP1 no projeto Comércio justo e solidário: potencializando práticas cooperativas e fortalecendo a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz-MG. . Coordenação: Marcelo Miná Dias. Objetivo Geral: oferecer apoio e responder a demandas de agricultores familiares organizados na Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar e Solidária do município de Espera Feliz-MG (Coofeliz). Ambos projetos de pesquisas vinculados à UFV. Foi consultora do Centro de Agricultura Alternativas do Norte de Minas – CAA-NM na execução do Projeto Nutre Minas, referente a chamada de ATER nº 92/2010 na Zona da Mata mineira. E participou junto ao Instituto Universo Cidadão da coordenação do projeto Ponto de Cultura Núcleo de Arte VIVA – NAVI, desenvolvendo atividades de gestão, coordenando oficinas e acompanhando os grupos produtivos.

GERÊNCIA DE SOCIOECONOMIA - 1 PROFISSIONAL

Descrição das atividades:

- Orientar os especialistas de aspectos socioambientais, proteção social e Relações Institucionais e Comunitárias.
- Acompanhar todos os produtos e entregas da área.
- Definir junto à equipe, as estratégias de atuação e do monitoramento e avaliação das ações da área.
- Promover formações e capacitações em temáticas da área.

Gerente:

Maurício Botrel

Mestre em Sociologia e bacharel em Ciências Sociais pela UFMG, doutorando em Sociologia pela UFMG e pesquisador-fundador do Grupo Interdisciplinar de Pesquisas em Análise de Redes Sociais da UFMG (GIARS). Possui experiência docente superior, na área da educação e em direitos humanos, além de ter realizado diversas pesquisas e realizado consultorias em diferentes áreas, tais como sociologia econômica e das organizações, sociologia da ciência e do conhecimento, avaliação de políticas públicas, mapeamentos de ativos e metodologias de pesquisa com especialização em análise de redes sociais. Atualmente é consultor e Diretor de Projetos do Instituto Troca, organização da sociedade civil que fundou em 2017.



GERÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL, ENGAJAMENTO E COMUNICAÇÃO - 1 PROFISSIONAL

Descrição das atividades:

- Orientar a equipe técnica quanto aos assuntos relacionados a participação, relações institucionais e comunitárias.
- Garantir os espaços de participação social aos atingidos e atingidas.
- Orientar o relacionamento institucional com os atores estratégicos locais.
- Garantir e monitorar o fluxo de tratamento de demandas.
- Organizar e orientar às estratégias mobilização.
- Promover a integração e alinhamento entre as ações previstas neste Plano de Trabalho e as atividades realizadas em campo.
- Acompanhar todos os produtos e entregas da área.
- Promover formações e capacitações em temáticas da área.

Gerente:

Francisca Schaich Prates.

Mestre em Ciências da Educação pela UFMG, licenciada e bacharel em Ciências Sociais pela mesma instituição. Iniciou sua trajetória profissional como consultora, em 2002, nas áreas de segurança pública, educação e cultura. Atuou como consultoria no Ministério da Educação, como Professora Substituta de Sociologia da Educação na FAE-UFMG, pesquisadora do Museu de Artes e Ofícios, Ouvidoria de Polícia, e CEDEPLAR/UFMG. Em 2007 sua trajetória se voltou ao mercado, à gestão socioambiental de grandes empresas, institutos e fundações empresariais, onde trabalhou como analista de negócios sustentáveis da PwC – Chile. Entre 2010 e 2017 trabalhou como coordenadora de projetos em consultorias, onde atuou em vários projetos de grande porte de mineração, siderurgia, energia eólica e logística. Em 2016 fundou a Troca Gestão Social, empresa onde diversificou sua atuação, assessorando OSCs no desenvolvimento de captação de recursos, monitoramento de processos e implantação de negócios de impacto. Na TROCA qualificou sua trajetória como consultora em processo de gestão de crise, gestão social em territórios atingidos por crimes ambientais e negociação de conflitos. Atuou em processo em 100% dos territórios atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão e no contexto do conflito ambiental de Conceição do Mato Dentro.

Suas principais competências: desenho e implantação de desenvolvimento socioeconômico, mapeamento e engajamento de comunidades, gestão de projetos socioambientais, desenvolvimento de metodologias e procedimentos de treinamentos e capacitação de pessoas, confecção de sistema de indicadores



chaves para a gestão social, desenho e implantação de política de investimento social privado, estruturação e realização de diagnósticos socioeconômicos, socioambientais e organizacionais, gestão de crise, articulação e mobilização comunitária e desenhos de estratégias para reparação integral de danos.

GERÊNCIA DE AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - 2 PROFISSIONAIS

Descrição das atividades:

- Coordenar e elaborar as estratégias de intervenção participativa nos territórios visando identificar e mensurar danos coletivos sofrido pelas comunidades atingidas, monitorando ações de reparação integral e de formulação de novas estratégias para promover a transição econômica;
- Capacitar as equipes técnicas locais quanto às estratégias de atuação, com construção do planejamento estratégico, monitoramento das ações desenvolvidas, resultados e prognósticos de intervenção participativa local;
- Promover atividades formativas de capacitação técnica sobre desenvolvimento local, transição econômica, gestão comunitária, gestão financeira, sistemas agroflorestais, agroecologia, planejamento agroecológico territorial, cadeias produtivas e da sociobiodiversidade, entre outros; pautando-se pelos princípios da educação popular, visando subsidiar as comissões e lideranças para uma participação qualificada nos espaços de tomada de decisões;
- Subsidiar com informações técnicas do território o trabalho das diferentes comissões e equipes de intervenção local sustentável dos territórios;
- Produzir informações acerca das iniciativas locais e do andamento do projeto;
- Elaborar propostas de alternativas econômicas viáveis e projetos específicos voltados para o desenvolvimento territorial e a produção agroecológica, considerando as diversas cosmovisões da relação entre as comunidades e o rio.
- Fazer o levantamento das comunidades tradicionais de terreiros, os danos imateriais sofridos por elas e propor ações de reparos.



Gerentes:

Luciano Marcos Pereira da Silva

Graduado em comunicação social/jornalismo pelo Centro Universitário de Belo Horizonte-UNI-BH, possui especializações de “Desenvolvimento local territorial com ênfase em gênero, gestão de organizações sociais, mobilização social, economia solidária e cooperativismo, antropologia aplicada”. Atua como consultor técnico das associações e cooperativas de catadores de materiais recicláveis do Brasil, consultor técnico de projetos de desenvolvimento da Agência de cooperação Internacional DKA-Áustria no Brasil e América Latina, pesquisador do tema da economia da funcionalidade e cooperação em colaboração com o Laboratório ATEMIS da Escola de Economia Paris I da França. Como educador social, atua há mais de 25 anos junto às Comunidades indígenas, Grupos comunitários, juventude, comunidades atingidas por desastres ambientais ou perda territorial. É um dos criadores do ORIS – Observatório da Reciclagem Inclusiva e Solidária, atuando na promoção da cooperação acadêmica com entidades de assessoria técnica. Participa como delegado convidado do Fórum Mundial de Responsabilidade da Região Hauss Der France, responsável coordenação da transição econômica. Junto ao INSEA atua na como coordenador de projetos e equipes.

Marília Andrade Fontes

Graduada em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Viçosa. Mestre em Agroecossistemas e Doutora em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe. Atuou oito anos com assessoria técnica em área de reforma agrária com ênfase em agroecologia e quatro anos como assessora de desenvolvimento territorial. Tem experiência como docente, ministrando aula para nível técnico e superior. Foi pesquisadora colaboradora na Embrapa Tabuleiros Costeiros com pesquisa participativa na temática de agroecologia, desenvolvimento territorial e autonomia camponesa. Foi consultora da ONU/PNUD em projetos de desenvolvimento rural por dois anos. Atualmente faz parte do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, integrando o grupo de pesquisa denominado Crítica ao Desenvolvimento Rural e da Associação Brasileira de Agroecologia - ABA, onde compõe os dois grupos de pesquisa: Construção do Conhecimento Agroecológico; Campesinato e Soberania Alimentar.

GERÊNCIA SOCIOAMBIENTAL - 1 PROFISSIONAL

Descrição das atividades:

- Propor, planejar e acompanhar os estudos, diagnósticos e monitoramentos socioambientais a serem realizados na Região 3 no âmbito executivo deste Plano de Trabalho;
- Coordenar e orientar a equipe técnica das áreas socioambiental e agrárias;
- Planejar a capacitação da equipe técnica das áreas socioambiental e agrárias;
- Planejar a capacitação das comissões e comunitários em relação à área socioambiental e agrárias;



- Orientar plano de coletas, amostragem e metodologias de análises ambientais a serem realizadas por consultorias a serem contratadas no âmbito deste Plano de Trabalho;
- Elaborar relatórios técnicos finais das atividades realizadas pela equipe técnica das áreas socioambiental e agrárias, além de examinar materiais de comunicação correlatos a essas áreas de atuação que vierem a ser produzidos no âmbito deste Plano de Trabalho;
- Articular junto a órgãos ambientais, instituições de justiça e Vale S.A. a proposição e execução de medidas de reparação socioambiental;
- Estabelecer diálogo permanente com o Comitê Técnico-Científico da UFMG, objetivando a otimização e cooperação nos trabalhos a serem executados pela ATI e comunidade acadêmica;
- Analisar os estudos socioambientais relativos à Região 3 a serem realizados por outras instituições, tais como aqueles oriundos do Comitê Técnico-Científico da UFMG;
- Construir e planejar a metodologia de compartilhamento com os atingidos dos resultados de estudos socioambientais e propostas de reparação apresentadas pela Vale S.A.;
- Contribuir com informações e discussões socioambientais que promovam a elucidação de planejamentos e critérios para execução de programas de apoio emergencial;
- Articular, com outras gerências de eixos deste Plano de Trabalho, ações e propostas em prol dos atingidos, tendo em vista a reparação integral dos danos;
- Participar de reuniões com a Vale S.A. e instituições de justiça, cujas pautas estejam direcionadas à reparação socioambiental;
- Orientar e acompanhar processos de contratações e compras relativas às áreas socioambiental e agrárias.

Gerente:

Irla Paula Stopa Rodrigues

Bióloga, graduada pela Universidade Federal de Minas Gerais. Consultora e pesquisadora nas áreas de Sustentabilidade, Economia Solidária, Tecnologias Sociais e da metodologia da Pesquisa-Ação. Atua em projetos de desenvolvimento local sustentável, particularmente no apoio da sustentabilidade de empreendimentos econômicos solidários relacionados ao extrativismo e manejo de recursos naturais. Pesquisadora do “Projeto Minhocuçú”, realizado em parceria entre Instituto Sustentar e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), nas linhas de diagnóstico socioeconômico, socioambiental e pesquisas ecológicas. Consultora nas diversas linhas do “Projeto Pequi”, realizado pelo Instituto Sustentar em parceria com o laboratório de Sistemas Socioecológicos da UFMG, o Instituto, Sociedade, População e Natureza (ISPN) e o Centro de Agricultura Alternativa (CAA/NM), realizando atividades



de pesquisa ecológica, pesquisa na área socioambiental, facilitação de reuniões, moderação de conflitos, captação de recursos, mobilização comunitária e construção de metodologias participativas de pesquisa. Assessoria técnica da ONG Casa de Gentil Cultura & Convívios no projeto “Construindo o Futuro” atuando na busca por alternativa de renda por meio da oferta de cursos de capacitação para jovens em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Atuação em projetos de educação ambiental formal e não formal prestando consultorias para a UFMG e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio - Floresta Nacional de Paraopeba), incluindo a produção de materiais visuais. Apresenta experiências em ações relacionadas à gestão de áreas protegidas, sistemas socioecológicos, manejo e gestão adaptativa e participativa de recursos naturais, ferramentas participativas e outras áreas relacionadas à conservação da natureza. Consultora da empresa Bicho do Mato Meio Ambiente na construção da elaboração do “Plano de Ação para Conservação da Biodiversidade Terrestre do rio Doce”. Consultora da Fundação Biodiversitas no projeto “Planejamento Sistemático da Conservação e da Restauração da Biodiversidade e dos Serviços Ecosistêmicos dos Biomas Cerrado, Caatinga e Mata Atlântica em Minas Gerais”, desenvolvido pelo consórcio denominado “Consórcio Áreas Prioritárias Minas Gerais” e o Instituto Estadual de Florestas (IEF).

GERÊNCIA JURÍDICA - 1 PROFISSIONAL

Descrição das atividades:

- Exercer a Coordenação Jurídica dos trabalhos da ATI;
- Elaborar pareceres quando necessário;
- Liderar as interlocuções com os órgãos e representantes do Ministério Público, Instituições de Justiça e área Jurídica da Vale;
- Coordenar a equipe que vai realizar o acompanhamento de atingidos em processos de negociação, estipulando as diretrizes dos atendimentos;
- Coordenar e orientar o trabalho do gerente jurídico e do coordenador jurídico de campo;
- Definir as soluções e forma de atuação para as demandas coletivas e difusas;
- Definir estratégias internas de atuação da equipe jurídica no acompanhamento das negociações individuais dos atingidos;
- Definir, juntamente com as demais coordenações, estratégias gerais de atuação para a ATI na busca de reparação integral aos danos individuais, coletivos e difusos.



Gerente:

Alexandre Chumbinho

Advogado inscrito na OAB/MG sob o nº 152.287. Graduado em Direito pelo Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix (2013). Tem experiência na área agrária, com ênfase em Extensão Rural, atuando principalmente nos seguintes temas: desenvolvimento rural sustentável, comunidades rurais, agroecologia, movimentos sociais populares, políticas públicas e terceiro setor, direitos e garantias fundamentais, cidadania e participação popular. Atuou como Secretário Nacional de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional, como Secretário de Desenvolvimento Agrário do Governo de Minas Gerais e foi Diretor da Fundação Rural Mineira - Ruralminas.

GERÊNCIA DE QUALIDADE DA ÁGUA E AVALIAÇÃO DE RISCO À SAÚDE - 1 PROFISSIONAL

Descrição das atividades:

- Propor, planejar e acompanhar os estudos, diagnósticos e monitoramentos a serem realizados na Região 3 no âmbito executivo deste Plano de Trabalho e pertinentes à esta Gerência
- Coordenar e orientar a equipe técnica da área de qualidade da água e avaliação de risco à saúde;
- Planejar a capacitação da equipe técnica;
- Planejar a capacitação das comissões e comunitários em relação de qualidade da água e avaliação de risco à saúde;
- Orientar plano de coletas, amostragem e metodologias de análises ambientais a serem realizadas pelos serviços a serem realizados/ contratados no âmbito deste Plano de Trabalho e pertinentes à esta Gerência
- Elaborar relatórios técnicos finais das atividades realizadas pela equipe técnica, além de examinar materiais de comunicação correlatos a essas áreas de atuação que vierem a ser produzidos no âmbito deste Plano de Trabalho e pertinentes à esta Gerência;
- Articular junto a órgãos ambientais, instituições de justiça e Vale S.A. a proposição e execução de medidas de reparação ;
- Estabelecer diálogo permanente com o Comitê Técnico-Científico da UFMG, objetivando a otimização e cooperação nos trabalhos a serem executados pela ATI e comunidade acadêmica;
- Analisar os estudos relativos à Região 3 a serem realizados por outras instituições, tais como aqueles oriundos do Comitê Técnico-Científico da UFMG;



- Construir e planejar a metodologia de compartilhamento com os atingidos dos resultados de estudos sobre qualidade da água e avaliação de risco à saúde e propostas de reparação apresentadas pela Vale S.A.;
- Contribuir com informações e discussões que promovam a elucidação de planejamentos e critérios para execução de programas de apoio emergencial;
- Articular, com outras gerências de eixos deste Plano de Trabalho, ações e propostas em prol dos atingidos, tendo em vista a reparação integral dos danos;
- Participar de reuniões com a Vale S.A. e instituições de justiça, cujas pautas estejam direcionadas à reparação relacionada aos temas pertinentes à esta Gerência
- Orientar e acompanhar processos de contratações e compras relativas às áreas e temas pertinentes à esta Gerência.

Gerente:

Rafael Kopschitz Xavier Bastos

Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal de Juiz de Fora (1980); Especialização em Engenharia de Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1981; Doutorado (1992) e pós-doutorado (2010) em Public Health Engineering - University of Leeds, UK. Pesquisador do CNPq. Professor Titular da Universidade Federal de Viçosa (UFV), Departamento de Engenharia Civil.

É membro do Conselho editorial de 04 Periódicos Científicos. Autor/Editor de 30 livros / capítulos de livros, de 45 artigos científicos em periódicos nacionais e estrangeiros e de 100 trabalhos completos em anais de congressos. Atua na graduação do curso de Engenharia Ambiental, onde ministra as disciplinas “Qualidade da Água” e “Tratamento de Água”, e na Pós Graduação em Engenharia Civil, ministrando, entre outras, a disciplina “Qualidade da Água e Avaliação de Risco à Saúde”. Orientação de 60 estudantes de pós-graduação (mestrado e doutorado), de 60 estudantes de graduação em trabalhos de conclusão de curso, orientação de 90 estudantes de graduação em Iniciação Científica. Atua, principalmente, nos seguintes temas: tratamento e qualidade da água para usos múltiplos, tratamento de águas residuárias e reúso da água, tratamento e uso de lodos de esgotos e de estações de tratamento de água, avaliação de risco à saúde.

Consultor / assessor do Ministério da Saúde, Organização Pan-americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde (OMS) e da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) em temas relacionados à qualidade / segurança da água para consumo humano e para produção de alimentos. Membro do Water Quality and Health Technical Advisory Group da OMS (2015-). Membro do FAO /WHO Expert Group on Microbiological Risk Assessment on the safety and quality of water used in food production and processing (2018-). Desde 2000 atua na coordenação do Grupo Técnico Assessor do Ministério da Saúde responsável pela revisão da norma brasileira de qualidade da água para consumo humano.



Foi responsável pela Divisão de Água e Esgotos da UFV, incluindo a operação da estação de tratamento de água da UFV (1997 – 2016). Coordenou a elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico de Viçosa -MG (2009-2011). Foi Vice-presidente do Conselho Municipal de Saúde de Viçosa-MG (1998-2000) e membro do Conselho Municipal de Defesa e Conservação do Meio Ambiente, Viçosa-MG (2000-2002). Foi vereador (2000-2004), tendo presidido a Comissão de Finanças e Orçamento e a Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal de Viçosa- MG. Como vereador, foi relator dos projetos de lei que instituíram o Código de Saúde e o Código de Meio Ambiente de Viçosa-MG. É membro do Conselho Gestor da Área Proteção Ambiental da bacia do ribeirão São Bartolomeu, Viçosa- MG (2019-). Membro do Grupo Coordenador do Specialist Group on Water Safety Planning da International Water Association. Sócio fundador e presidente do Conselho Deliberativo do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (NACAB).

A seguir serão descritas as atividades esperadas para o corpo de especialistas, analistas e coordenações que compõem as gerências.

ESPECIALISTAS, COORDENAÇÕES E ANALISTAS

Como apoio às gerências serão contratados especialistas, analistas e coordenadores para cada uma das áreas temáticas. Estes profissionais serão locados em Belo Horizonte e Viçosa, contudo atuarão de forma ativa e transversal junto à equipe de campo e comunidades, comissões e pessoas atingidas. Os especialistas serão contratados em regime de CLT, em função de confiança, uma vez que as funções requerem maior flexibilidade em sua execução em relação á trânsito e horários com demanda diurnas e/ou noturnas. A seguir descrevemos a quantidade de profissionais e a descrição de suas atividades:

ASSESSORIA EM COMUNICAÇÃO - 1 PROFISSIONAL

Descrição das atividades:

- Definir junto à equipe e às comunidades atingidas, as estratégias de comunicação;
- Fazer a interlocução com as outras gerências para garantir a comunicação como um processo transversal;
- Organizar e orientar a equipe comunicação;
- Criação e veiculação de materiais de comunicação que fomentem a participação informada e ativa dos atingidos no processo de garantia dos direitos;
- Acompanhar todos os produtos e entregas da área.



Leonardo Vilaça Dupin.

Jornalista com doutorado completo em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, com bolsa doutorado sanduíche na École des Hautes Études en Sciences Sociales (Université Paris-Panthéon-Sorbonne). Mestre em Extensão Rural, na linha pesquisa Identidades e Representações Coletivas, pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Tem experiência em execução de programas de pesquisa e extensão interdisciplinares em temas como conflitos socioambientais, reforma agrária, atingidos por barragens, agroecologia, dentre outros.

ESPECIALISTAS SÊNIOR E PLENO EM PARTICIPAÇÃO SOCIAL, ENGAJAMENTO E COMUNICAÇÃO - 4 PROFISSIONAIS

Descrição das atividades:

- Elaborar as estratégias de abordagem dos atores institucionais.
- Orientar os coordenadores das equipes de campo e analistas responsáveis pela interação com atores institucionais.
- Articular as comissões de atingidos e outros atores institucionais em encontros de construção de estratégias de negociação e pleitos.
- Apoiar a gerência de comunicação na supervisão dos técnicos de comunicação dos escritórios de campo.
- Cuidar da uniformidade da identidade visual e de imagem da ATI.
- Definir os modelos gráficos e de linguagem dos produtos a fim de garantir a qualidade.
- Elaborar, junto à equipe, as estratégias de comunicação comunitária, prezando sempre pela importância da compreensão dos atingidos e atingidas de tudo o que for produzido pela ATI.
- Criar tecnologias sociais que possam facilitar as relações de comunicação entre todos os atores envolvidos.



ESPECIALISTA SÊNIOR E PLENO EM SOCIOECONOMIA E CULTURA - 2 PROFISSIONAIS

Descrição das atividades:

- Acompanhar e dialogar com a equipe técnica envolvida em levantamento de dados primários e secundários sobre danos e aspectos socioambientais, econômicos e culturais dos grupos e comunidades atingidas.
- Elaboração de pareceres técnicos e outros produtos estratégicos que possam subsidiar as negociações e atendimentos dos atingidos e atingidas.
- Dialogar com o Comitê Técnico-Científico da UFMG em matéria de estudos e relatórios técnicos das áreas socioambiental, econômica e cultural.
- Propor e realizar formações em matéria de aspectos socioambientais, econômicos e culturais.

ESPECIALISTAS SÊNIOR E PLENO EM DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL — 3 PROFISSIONAIS

Descrição das atividades:

- Construir instrumentais metodológicos de abordagem, estudos e pesquisas para intervenção local para promoção de desenvolvimento econômico;
- Desenvolver estudos e pesquisas de viabilidade econômica de diferentes cadeias produtivas das comunidades, com proposição de novas alternativas econômicas de geração de trabalho e renda, preservação ambiental e recuperação de áreas degradadas, melhoria das condições de vida dos atingidos;
- Promover iniciativas locais que despertam a capacidade dos indivíduos e comunidades para tornar efetivos o uso dos recursos a eles destinados;
- Construção de projetos de desenvolvimento local, com estudos de viabilidade econômica das iniciativas, estratégias de implementação e de fortalecimento do empreendedorismo;
- Promover estudos de proposições e integração de políticas públicas que garantam o desenvolvimento local territorial a partir dos eixos de intervenção;
- Construir de forma participativa propostas de projetos locais de desenvolvimento econômico e de mitigação dos danos ambientais na bacia hidrográfica do rio Paraopeba.





ESPECIALISTA SÊNIOR E PLENO SOCIOAMBIENTAL - 4 PROFISSIONAIS

Descrição das atividades:

- Compilar os estudos e diagnósticos ambientais a serem realizados na Região 3 no âmbito executivo deste Plano de Trabalho;
- Orientar equipe de campo das áreas socioambiental e agrárias;
- Elaborar relatórios técnicos parciais das atividades realizadas pela equipe técnica das áreas socioambiental e agrárias;
- Planejar ações de campo a serem executadas pela equipe das áreas socioambiental e agrárias;
- Capacitar a equipe técnica das áreas socioambiental e agrárias quanto às estratégias de atuação, com construção do planejamento estratégico e monitoramento das ações desenvolvidas e resultados;
- Pesquisar, analisar e compilar os estudos ambientais relativos à Região 3 a serem realizados por outras instituições;
- Propor metodologias de coleta de dados e análises comparativas e estatísticas dos resultados de estudos ambientais produzidos por outras instituições;
- Assessorar a Gerência Socioambiental na proposição ações e medidas em prol dos atingidos, tendo em vista a reparação integral dos danos;
- Compartilhar periodicamente com os atingidos os resultados dos estudos e diagnósticos ambientais e propostas de reparação ambiental apresentadas pela Vale S.A

ESPECIALISTA PLENO EM QUALIDADE DA ÁGUA E RISCO A SAÚDE - 1 PROFISSIONAL

Descrição das atividades:

- Assessorar a Gerência de Qualidade da Água e Avaliação de Risco à Saúde no planejamento execução das ações previstas no âmbito desta gerência bem como na proposição de medidas em prol dos atingidos, tendo em vista a reparação integral dos danos;
- Planejar ações de campo a serem executadas pela equipe nas áreas e temas pertinentes à esta Gerência
- Orientar as equipes de campo das áreas e temas pertinentes à esta Gerência;



- Capacitar a equipe técnica das áreas e temas pertinentes à esta Gerência quanto às estratégias de atuação, com construção do planejamento estratégico e monitoramento das ações desenvolvidas e resultados;
- Pesquisar, sistematizar e analisar estudos e dados secundários relativos à Região 3, realizados / produzidos por outras instituições em temas pertinentes à esta Gerência.
- Compilar, sistematizar e analisar os resultados de estudos realizados na Região 3 no âmbito executivo deste Plano de Trabalho e em temas pertinentes à esta Gerência.
- Elaborar relatórios técnicos parciais das atividades realizadas pela equipe técnica das áreas e temas pertinentes à esta Gerência;
- Compartilhar periodicamente com os atingidos os resultados dos estudos realizados no âmbito desta gerência, bem como as propostas de reparação ambiental apresentadas pela Vale S.A

ESPECIALISTAS PLENO DO NÚCLEO DE COORDENAÇÃO JURÍDICA - 2 PROFISSIONAIS

- Assessorar a Gerência Jurídica no planejamento, execução, monitoramento e avaliação das ações estabelecidas neste Plano de Trabalho, bem como propor soluções para demandas que venham a surgir no curso do trabalho;
- Construir a capacitação da equipe da assessoria jurídica, garantindo formação em aspectos voltados à melhor adequação para a garantia dos direitos dos atingidos;
- Analisar e sistematizar os dados levantados em campo pelos assessores jurídicos e o restante da equipe;
- Produzir relatórios sintetizando o desenvolvimento dos trabalhos da assessoria jurídica em campo;
- Realizar pesquisas sobre os temas correlatos às atividades desenvolvidas pela Gerência Jurídica, para lapidar o trabalho e adequá-lo às necessidades e demandas dos atingidos;
- Desenvolver formações e outras formas de comunicação com os atingidos da Região 3, garantindo a participação informada no processo;
- Fomentar a autonomia dos atingidos em relação à busca de seus direitos, a partir da construção coletiva com a equipe que atuará em campo.



COORDENAÇÃO DE CAMPO DA ÁREA JURÍDICA - 3 PROFISSIONAIS

- Analista diretamente, sob orientação da coordenação jurídica geral, o trabalho dos analistas jurídicos de campo;
- Elaborar pareceres quando necessário;
- Comparecer em reuniões com representantes do Ministério Público, Instituições de Justiça e área Jurídica da Vale quando solicitado pela Coordenação Jurídica Geral;
- Estar presente diretamente, nos três núcleos de atuação da ATI, para supervisão dos trabalhos e repassar todos os andamentos para a Coordenação Jurídica Geral;
- Centralizar e organizar as demandas jurídicas individuais e coletivas advindas dos 03 núcleos de atuação de ATI;
- Definir, em conjunto com os a equipe de campo, as soluções e forma de atuação para as demandas individuais;
- Fazer relatórios periódicos de suas atividades e repassar para a Coordenação Jurídica Geral.
- Coordenar e supervisionar, sob orientação da gerência, o trabalho dos advogados que farão os atendimentos jurídicos em campo;
- Definir, em conjunto com o Gerente Jurídico, as soluções e forma de atuação para as demandas individuais;
- Repassar as estratégias e orientações do Gerente Jurídico para os advogados sob sua supervisão;
- Fazer relatórios periódicos de suas atividades e das atividades dos advogados a ele vinculados, e repassar para o Gerente Jurídico.



COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA - 1 PROFISSIONAL

- Suporte à Gerência Administrativo-Financeira;
- Registro das informações no sistema Conveniar;
- Elaborar os relatórios financeiros do projeto;
- Elaborar a prestação de contas e apresentar ao financiador e à diretoria;
- Acompanhar a evolução dos saldos com o objetivo de monitorar e fornecer informações para a coordenação geral



- Solicitar pagamentos e cobranças;
- Encaminhar solicitações de fornecimento e compras;
- Monitorar a aquisição de bens imobilizados;
- Contratar e monitorar seguros.



ANALISTA SÊNIOR DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO - 1 PROFISSIONAL

Descrição das atividades:

- Gerenciar o processo de gestão de informação intra-equipe, com a finalidade de garantir a transparência, equidade e uniformidade do processo e do tratamento das informações.
- Definir formas de gerenciamento de dados.
- Elaborar treinamentos para desenvolver as habilidades de gestão de dados e informações pela equipe, em forma de manuais e treinamentos presenciais.



ASSESSOR II DE DADOS - 1 PROFISSIONAL

Descrição das atividades :

- Coordenar a equipe de analistas de dados de campo, desenvolvendo metodologias e ferramentas para levantamento de dados primários e secundários.
- Compilar e analisar dados primários e secundários produzindo banco de dados;
- Elaborar relatórios analíticos de forma a subsidiar as demais equipes na definição de ações.



AUDITORIAS E RELATÓRIOS PARA ACOMPANHAMENTO EXTERNO

De acordo com o Termo de Referência, as entidades responsáveis pela assessoria técnica devem prever a realização de auditorias contábil-financeira e finalística, que deverá ser exercida por entidade: (I) externa e independente em relação à entidade escolhida e à Vale; (II) legalmente habilitada no Conselho Regional de Contabilidade para exercício de auditoria externa; (III) ter atuado como auditora externa por pelo menos 05 (cinco) anos; (IV) atuar conforme os regramentos próprios das ciências contábeis. As auditorias se configuram como mecanismo de exame comprobatório relativo às atividades contábeis e financeiras de uma empresa ou instituição, bem como ferramenta de gestão por meio da qual são realizadas conferências com o objetivo de identificar se as ações e os procedimentos adotados por uma determinada empresa estão em conformidade com a legislação em vigor e em conformidade com o escopo de trabalho desenhado e aprovado para execução. Para o caso deste plano de trabalho especificamente, está sendo considerado o cenário de que as auditorias serão todas externas e que, para as auditorias contábeis/ financeiras, já há previsão de gestão pelo Juiz, com indicativo de instituição e mecanismos de realização por parte dele, a serem repassados às instituições que prestarão a assessoria técnica para organização e atendimento.

COORDENAÇÃO E ACOMPANHAMENTO METODOLÓGICO/FINALÍSTICO

O acompanhamento metodológico/finalístico das atividades previstas neste plano de trabalho será de realizado pelas Instituições de Justiça, por meio do auxílio de entidade sem fins lucrativos a ser designada especificamente para este fim (Entidade Coordenadora). A designação da Entidade Coordenadora ocorrerá após homologação judicial de Termo de Compromisso específico entre as Assessorias Técnicas Independentes e as Instituições de Justiça, no qual serão detalhadas as respectivas atribuições. O NACAB participará de reuniões periódicas entre as demais Assessorias Técnicas, a Entidade Coordenadora e as Instituições de Justiça, tendo em vista a necessidade de alinhamento e coerência metodológicos na promoção da eficiência e na produção de dados e resultados entre todas as entidades de ATI atuantes na Bacia do Rio Paraopeba.

Os custos relativos à execução das atividades de acompanhamento metodológico serão previstos no orçamento de cada um dos Planos de Trabalho das 05 (cinco) regiões, em parcelas semestrais, e especificados em rubrica percentual incidente sobre o valor base de cada Plano de Trabalho, denominada “Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico”. Caberá ao NACAB transferir integralmente os valores recebidos nesta rubrica para conta bancária específica da Entidade Coordenadora, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados: (I) da designação da Entidade Coordenadora pelas Instituições de Justiça, após o recebimento da parcela inicial; (II) do recebimento das parcelas semestrais subsequentes.



APRESENTAÇÃO DO CRONOGRAMA

O cronograma apresentado foi organizado de acordo por produtos que serão entregues pela assessoria em cada uma das etapas previstas para o trabalho: ações preparatórias, ações emergenciais, ações permanentes, ações transversais e ações pontuais. O formato de entrega destes produtos pode variar, o que também será descrito na planilha abaixo. Ressaltamos que os cronogramas de alguns produtos são estimados e poderão ser revistos ao longo do processo, de acordo com as negociações realizadas, principalmente os produtos de comunicação, estudos e pesquisas e conforme desdobramentos das recomendações sanitárias visto o cenário epidemiológico vivenciado devido ao COVID - 19.

Vale ressaltar que os produtos apresentados estão classificados por responsável, ou seja, quando são internos significam que serão produzidos exclusivamente pela equipe interna da assessoria. Quando são mistos, significa que serão produzidos pela equipe técnica interna com apoio de consultores externos.



Tabela 12 : Cronograma de atividades a serem realizadas pela ATI em cada uma das etapas de trabalho previstas, considerando os 23 meses de trabalho.

AÇÕES PREPARATÓRIAS	RESPONSÁVEIS PELO PRODUTO	MESES																						
		2020											2021										2022	
		ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	JAN	FEV
Atualização de metase objetivos do projeto;	Interno																							
Atualização das atividades operacionais necessárias para consecução do projeto;	Interno																							
Desenho da Estrutura de Governança necessária para o projeto;	Interno																							
Atualização de Orçamento para execução do projeto;	Interno																							
Atualização de Cronograma de Execução das Ações;	Interno																							
Plano de Monitoramento e Avaliação	Interno																							
Plano de Encerramento do Projeto;	Interno																							
Contratação de RH	Interno																							
Aquisição de Bens Duráveis	Interno																							
Aquisição de Bens não Duráveis	Interno																							
Contratação de Serviços	Interno																							
Elaboração do Plano de Integração de Pesquisa com Seres Humanos	Interno																							
Elaboração do Plano de Integração de Pesquisas de Meio Físico e Biótico	Interno																							
Criação/Modelagem e/ou implementação do sistema (TI) de Gestão da Informação/Dados e Relacionamento com os Atingidos	Misto																							
Plano de Ação de Demanda Emergencial	Interno																							
Construção do Plano de Comunicação Midiática	Misto																							
Construção do Fluxograma de Comunicação Organizacional	Interno																							
Construção da Identidade Visual do Projeto	Misto																							
Definição dos arranjos de participação comunitária nos trabalhos da Assessoria Técnica Independente	Interno																							
Plano de formação junto às comissões	Interno																							
Mapeamento de atores político-institucionais locais.	Interno																							
Análise dos documentos produzidos até o momento no curso da Ação Civil Pública para embasar o desenvolvimento das ações previstas.	Interno																							
Desenho institucional e definição territorial da equipe da Assessoria Jurídica	Interno																							
Alinhamento de informações para início da atuação da Assessoria Jurídica	Interno																							
Plano de avaliação e treinamento da Equipe Gerencial	Interno																							

Continua ...



APRESENTAÇÃO DO ORÇAMENTO

Conforme apresentado no corpo do texto deste Plano de Trabalho, o orçamento foi dimensionado e projetado a partir de três elementos que o justificam e sustentam:

Número de pessoas a serem atendidas pela ATI. A equipe construiu modelagens para estimar o número de pessoas a serem atendidas. Os estudos foram construídos a partir de imagens de satélite para levantamento de edificações e estudos qualitativos junto às comissões de atingidos, ambos descritos no corpo do PTr.

Resultado: 13.661 pessoas

População da Região 3: 260 mil pessoas.

Dimensão e complexidade do território de abrangência. Estudos espaciais e demográficos embasaram as escolhas relacionadas à infraestrutura e logística. Os dados podem ser lidos no corpo do plano de trabalho, mas ressaltamos alguns:

Extensão da Região 3: 3.895.477 Km²

Extensão Considerada da Calha do Rio Paraopeba: 180 km

Diversidade e quantidade de danos mapeados na Região 3. Estudos diagnósticos junto às comunidades revelaram a complexidade e diversidade dos danos causados pelo rompimento da barragem no modo de vida das pessoas, famílias, comunidades, visto ser esta uma região que possui uma variedade considerável de públicos, perfis econômicos e uso da terra.

Equipe necessária para um atendimento de qualidade. Com base em experiências em projetos de assessoria técnica anteriores, e diante da multidisciplinaridade das frentes de trabalho, entende-se que faz necessário um corpo técnico quantitativamente robusto e altamente qualificado.

ORÇAMENTO

O orçamento proposto para o Plano de Trabalho está apresentado de acordo com as diretrizes e modelos indicados pelas Instituições de Justiça.

1. **Orçamento Global.**
2. **Custos com Recursos Humanos**
3. **Produtos e Consultorias.**
4. **Valores de Infraestrutura e Custeios**



5. Custos com Comunicação.

As planilhas estão apresentadas após uma breve descrição sobre cada ponto elencado acima.

ORÇAMENTO GLOBAL

O valor disponibilizado pelas Instituições de Justiça ao NACAB para a realização da Assessoria Técnica durante os seis primeiros meses à população do território 3 (Bacia do Paraopeba) **é de R\$ 12.467.115,63 (Doze milhões quatrocentos e sessenta e sete mil cento e quinze reais e sessenta e três centavos)**. Espera-se que esse valor seja revisado e justificado para os semestres 2, 3 e 4 tendo como base a realidade do território, que será apreendida nos seis primeiros meses e, principalmente, as demandas do público atendido.

O valor apresentado na planilha abaixo é o valor estimado para as despesas com pessoal técnico e administrativo, equipamentos e material de consumo, bem como todos os encargos previdenciários, trabalhistas, tributários incidentes sobre a prestação dos serviços e toda a logística da viagem a ser realizada, incluindo deslocamentos, alimentação e hospedagem.



Tabela 13: Quadro síntese do Orçamento Global da Assessoria Técnica Região 3.

QUADRO SÍNTESE ORÇAMENTO GLOBAL					
DESCRIÇÃO DAS DESPESAS	UNIDADE	QUANT.	VALOR UNIT.(R\$)	VALOR TOTAL (R\$)	PERCENTUAL
1.ATIVIDADES ATINGIDOS - METODOLOGIA, REUNIÕES ASSEMBLEIAS				88.584,00	
1. Reuniões Comunitárias e Assembleias	Atividade	1.350	479,88	88.584,00	0,71%
2 - CONSULTORIAS/ PRODUTOS				2.777.154,93	
Diagnósticos Socioeconomia Emergencial e Levantamento de Danos Emergencial	Mês	1	540.902,98	540.902,98	
Assessoria - Gestão Administrativa FACEV/UFV	Estudo	6	43.900,00	263.400,00	
Diagnóstico Componente Sociocultural: Diagnósticos comunidades quilombolas e povos tradicionais e Diagnóstico Patrimônio Cultural da Região 3 e juventude		1	500.000,00	500.000,00	
Análises de fatores bióticos e abióticos	Und.	1	854.914,93	854.914,93	
Sistema de Gestão Informação	Und.	3	70.000,00	210.000,00	
Contabilidade	Consultoria - mês	2	5.000,00	10.000,00	23,77%
Consultoria em Proteção Social (substituir pela área saúde)	Consultoria - mês	6	3.500,00	21.000,00	
Comunicação - Agência, produção de materiais e mídias.	Campanha de verificação	1	338.059,71	338.059,71	
Consultoria Infectologista COVID 19		1	45.000,00	45.000,00	
Empresa para referenciamento salarial		1	20.000,00	20.000,00	
Capacitação jurídico		1	60.000,00	60.000,00	
Aplicativos telecomunicações		1	100.000,00	100.000,00	
3 - RECURSOS HUMANOS				6.271.751,98	
3.1 - Salários/Encargos e Benefícios	Descrição em Planilha Específica			6.271.751,98	50,31%
4 - CUSTEIO E INFRAESTRUTURA				2.395.475,09	
4.1 - Custo Operacional	Mês	6	169.597,14	1.017.582,87	19,21%
4.2 - Despesas com Bens, móveis e equipamentos	Descrição em Planilha Específica			1.466.476,23	
6 - COORDENAÇÃO METODOLÓGICA		6%		748.026,94	6,00%
7 - GESTÃO				-	
			11.719.088,69	-	
CUSTO TOTAL PREVISTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO				12.467.115,63	100,00 %

Tabela 14: Quadro síntese das características globais de estrutura, recursos humanos e produtos.

CARACTERÍSTICA DA ASSESSORIA TÉCNICA	
Número de Sedes	5
Equipe gestão	30
Equipe de campo	77
Equipe de apoio	32
Equipe total	139
Produtos - consultoria (n°)	8
Atingidos / Técnico (geral)	104
Atingidos / Técnico de Campo	187
Famílias / Técnico de Campo	62

CUSTOS COM RECURSOS HUMANOS

As planilhas a seguir apresentam a relação de encargos recolhidos que serão necessários para a execução da Assessoria Técnica Independente durante os 23 meses, assim como o valor das respectivas remunerações. Os cálculos levaram em consideração os seguintes referências de encargos e benefícios:

Tabela 15: Custos com a contratação de pessoal pela CLT por tipo de encargo e incidência.

CUSTO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAL PELA CLT	
TIPOS DE ENCARGOS	INCIDÊNCIA (%)
Grupo A	
1. Previdência Social	20,00
2. FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço)	8
3. Salário educação	2,50
4. Seguro de Acidente do Trabalho	2,48
5. Sesi, Sesc ou Sest	1,50
6. Senai, Senac ou Senat	1,00
7. Sebrae	0,60
8. Incra 0,20%	0,20
9. Pis sobre Folha de Pagamento	1,00
Subtotal A	37,28
Grupo B	
10. Férias acrescidas de 1/3 constitucional	11,11
11. 13o Salário	8,33
12. Auxílio doença 1,88%	1,88
13. Aviso prévio indenizado	9,75
14. Medicina e segurança do trabalho	3,80
Subtotal B	34,87
Grupo C	
15. Multa rescisória de 50% do FGTS	5,75
16. Cota portadores de deficiência ou reabilitados (lei 8.213/91)	5,00
Subtotal C	10,75
Grupo D	
17. Incidência de A sobre B	12,10
Subtotal D	12,10
VALOR TOTAL DOS ENCARGOS SOCIAIS	95,00

(Baseado nos estudos da Revista Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas - FGV/ Viçosa, Junho de 2013).



Tabela 16: Descrição dos Custos com Recursos Humanos previstos pela ATI R3.

CARGO	TOTAL	SEMESTRE 1	SEMESTRE 2	SEMESTRE 3	SEMESTRE 4
Coordenador Geral - COGER - Via FACEV	R\$ 434.700,00	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00	R\$ 113.400,00	R\$ 94.500,00
Gerência Geral - COGER	R\$ 645.150,68	R\$ 156.294,26	R\$ 172.537,56	R\$ 172.537,56	R\$ 143.781,30
Gerência Administrativo Financeira - COGER	R\$ 631.161,08	R\$ 142.304,66	R\$ 172.537,56	R\$ 172.537,56	R\$ 143.781,30
Gerência de Participação Social, Engajamento e Comunicação- COGER	R\$ 645.234,52	R\$ 156.378,10	R\$ 172.537,56	R\$ 172.537,56	R\$ 143.781,30
Gerência Jurídica - COGER	R\$ 633.259,52	R\$ 144.403,10	R\$ 172.537,56	R\$ 172.537,56	R\$ 143.781,30
Gerência de Qualidade da água e avaliação de riscos à saúde	R\$ 224.371,42	R\$ 28.360,33	R\$ 69.180,38	R\$ 69.180,38	R\$ 57.650,32
Assessoria para Coordenação Geral	R\$ 338.725,38	R\$ 96.865,38	R\$ 88.740,00	R\$ 83.520,00	R\$ 69.600,00
Assessoria Jurídica	R\$ 23.166,58	R\$ 23.166,58	-	-	-
Gerência Socioambiental	R\$ 540.109,04	R\$ 130.812,62	R\$ 144.457,56	R\$ 144.457,56	R\$ 120.381,30
Gerência de Socioeconomia	R\$ 540.109,04	R\$ 130.812,62	R\$ 144.457,56	R\$ 144.457,56	R\$ 120.381,30
Gerência de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	R\$ 540.025,20	R\$ 130.728,78	R\$ 144.457,56	R\$ 144.457,56	R\$ 120.381,30
Gerência de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	R\$ 505.601,46	R\$ 96.305,04	R\$ 144.457,56	R\$ 144.457,56	R\$ 120.381,30
Especialista Pleno qualidade da água e avaliação de riscos à saúde	R\$ 364.389,81	R\$ 69.407,58	R\$ 104.111,37	R\$ 104.111,37	R\$ 86.759,48
Especialista Sênior em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	R\$ 409.576,33	R\$ 78.014,54	R\$ 117.021,81	R\$ 117.021,81	R\$ 97.518,17
Especialista Pleno em Agroecologia	R\$ 364.389,81	R\$ 69.407,58	R\$ 104.111,37	R\$ 104.111,37	R\$ 86.759,48
Especialista Sênior em Socioeconomia	R\$ 434.110,60	R\$ 102.548,81	R\$ 117.021,81	R\$ 117.021,81	R\$ 97.518,17
Especialista Pleno em Socioeconomia	R\$ 386.190,48	R\$ 91.208,25	R\$ 104.111,37	R\$ 104.111,37	R\$ 86.759,48
Especialista Pleno em Participação Social, Engajamento e Comunicação	R\$ 312.334,12	R\$ 17.351,90	R\$ 104.111,37	R\$ 104.111,37	R\$ 86.759,48
Especialista Pleno em Participação Social, Engajamento e Comunicação	R\$ 376.304,85	R\$ 81.322,62	R\$ 104.111,37	R\$ 104.111,37	R\$ 86.759,48
Especialista Sênior Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	R\$ 331.561,00	-	R\$ 117.021,53	R\$ 117.021,53	R\$ 97.517,94
Especialista Pleno em Desenvolvimento Territorial	R\$ 389.098,23	R\$ 94.116,00	R\$ 104.111,37	R\$ 104.111,37	R\$ 86.759,48
Especialista Sênior Socioambiental	R\$ 444.000,07	R\$ 112.438,28	R\$ 117.021,81	R\$ 117.021,81	R\$ 97.518,17
Especialista Pleno Socioambiental	R\$ 389.098,23	R\$ 94.116,00	R\$ 104.111,37	R\$ 104.111,37	R\$ 86.759,48
Especialista Pleno Socioambiental	R\$ 384.944,30	R\$ 89.962,07	R\$ 104.111,37	R\$ 104.111,37	R\$ 86.759,48
Especialista Pleno Socioambiental	R\$ 364.389,81	R\$ 69.407,58	R\$ 104.111,37	R\$ 104.111,37	R\$ 86.759,48
Especialista Pleno Participação Social, Engajamento e Comunicação	R\$ 364.389,81	R\$ 69.407,58	R\$ 104.111,37	R\$ 104.111,37	R\$ 86.759,48
Assessoria de Comunicação	R\$ 409.576,33	R\$ 78.014,54	R\$ 117.021,81	R\$ 117.021,81	R\$ 97.518,17
Especialista Pleno Participação Social, Engajamento e Comunicação	R\$ 389.098,23	R\$ 94.116,00	R\$ 104.111,37	R\$ 104.111,37	R\$ 86.759,48
Especialista Pleno do Núcleo de Coordenação Jurídica	R\$ 378.297,96	R\$ 83.315,73	R\$ 104.111,37	R\$ 104.111,37	R\$ 86.759,48
Especialista Pleno do Núcleo de Coordenação Jurídica	R\$ 369.819,65	R\$ 74.837,42	R\$ 104.111,37	R\$ 104.111,37	R\$ 86.759,48
Coordenação Administrativa e Financeira	R\$ 406.816,09	R\$ 94.116,00	R\$ 110.364,74	R\$ 110.364,74	R\$ 91.970,61
Coordenadores de Campo da Área Jurídica - Transversal	R\$ 386.276,58	R\$ 73.576,49	R\$ 110.364,74	R\$ 110.364,74	R\$ 91.970,61
Coordenadores de Campo da Área Jurídica - Transversal	R\$ 386.276,58	R\$ 73.576,49	R\$ 110.364,74	R\$ 110.364,74	R\$ 91.970,61
Coordenadores de Campo da Área Jurídica - Transversal	R\$ 386.276,58	R\$ 73.576,49	R\$ 110.364,74	R\$ 110.364,74	R\$ 91.970,61
Assessor II de Dados	R\$ 300.640,26	R\$ 65.670,91	R\$ 82.930,36	R\$ 82.930,36	R\$ 69.108,63
Analista Sênior Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	R\$ 338.266,25	R\$ 64.431,67	R\$ 96.647,50	R\$ 96.647,50	R\$ 80.539,58
Assessor III Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	R\$ 338.266,25	R\$ 64.431,67	R\$ 96.647,50	R\$ 96.647,50	R\$ 80.539,58
Assessor III Qualidade da água e avaliação de riscos à saúde	R\$ 338.266,25	R\$ 64.431,67	R\$ 96.647,50	R\$ 96.647,50	R\$ 80.539,58
Assessor III Qualidade da água e avaliação de riscos à saúde	R\$ 338.266,25	R\$ 64.431,67	R\$ 96.647,50	R\$ 96.647,50	R\$ 80.539,58

Continua ...



CARGO	TOTAL	SEMESTRE 1	SEMESTRE 2	SEMESTRE 3	SEMESTRE 4
Assessor III em Participação Social, Engajamento e Comunicação	R\$ 338.266,25	R\$ 64.431,67	R\$ 96.647,50	R\$ 96.647,50	R\$ 80.539,58
Analista Sênior de Gestão da Informação	R\$ 289.942,50	R\$ 16.107,92	R\$ 96.647,50	R\$ 96.647,50	R\$ 80.539,58
Analista Pleno Tecnologia da Informação	R\$ 248.791,08	R\$ 13.821,73	R\$ 82.930,36	R\$ 82.930,36	R\$ 69.108,63
Analista pleno - Participação Social, Engajamento e Comunicação	R\$ 299.193,06	R\$ 64.223,71	R\$ 82.930,36	R\$ 82.930,36	R\$ 69.108,63
Analista Pleno - Participação Social, Engajamento e Comunicação	R\$ 1.437.459,58	R\$ 27.643,45	R\$ 497.582,16	R\$ 497.582,16	R\$ 414.651,80
Gestor Redes Sociais Junior	R\$ 162.751,72	R\$ 9.041,76	R\$ 54.250,57	R\$ 54.250,57	R\$ 45.208,81
Designer Junior	R\$ 162.751,72	R\$ 9.041,76	R\$ 54.250,57	R\$ 54.250,57	R\$ 45.208,81
Designer Pleno	R\$ 248.791,08	R\$ 13.821,73	R\$ 82.930,36	R\$ 82.930,36	R\$ 69.108,63
Assessor II - Jurídico	R\$ 302.275,01	R\$ 67.305,66	R\$ 82.930,36	R\$ 82.930,36	R\$ 69.108,63
Analista Pleno - Jurídico	R\$ 3.800.974,86	R\$ 276.434,54	R\$ 1.243.955,41	R\$ 1.243.955,41	R\$ 1.036.629,51
Assessor I Jurídico	R\$ 189.877,00	R\$ 36.167,05	R\$ 54.250,57	R\$ 54.250,57	R\$ 45.208,81
Analista Pleno Jurídico - 20h	R\$ 12.745,81	R\$ 12.745,81	-	-	-
Assessor I- Jurídico	R\$ 195.496,31	R\$ 41.786,36	R\$ 54.250,57	R\$ 54.250,57	R\$ 45.208,81
Analista Júnior - Jurídico	R\$ 3.761.372,97	R\$ 72.334,10	R\$ 1.302.013,72	R\$ 1.302.013,72	R\$ 1.085.011,43
Analista Sênior - Ciências Agrárias - 20h	R\$ 14.300,23	R\$ 14.300,23	-	-	-
Analista Sênior - Ciências Agrárias	R\$ 1.675.223,32	R\$ 32.215,83	R\$ 579.884,99	R\$ 579.884,99	R\$ 483.237,50
Analista Pleno - Ciências Agrárias	R\$ 1.465.103,04	R\$ 55.286,91	R\$ 497.582,16	R\$ 497.582,16	R\$ 414.651,80
Analista Junior - Ciências Agrárias	R\$ 2.350.858,11	R\$ 45.208,81	R\$ 813.758,58	R\$ 813.758,58	R\$ 678.132,15
Assessor III- Ciências Sociais	R\$ 348.650,25	R\$ 74.815,67	R\$ 96.647,50	R\$ 96.647,50	R\$ 80.539,58
Analista Sênior - Ciências Sociais	R\$ 1.143.662,07	R\$ 161.079,17	R\$ 96.647,50	R\$ 483.237,50	R\$ 402.697,91
Assessor III Ciências Sociais	R\$ 869.827,49	R\$ 32.215,83	R\$ 483.237,50	R\$ 193.295,00	R\$ 161.079,17
Analista Pleno - Ciências Sociais (humanas)	R\$ 307.514,33	R\$ 72.544,98	R\$ 82.930,36	R\$ 82.930,36	R\$ 69.108,63
Analista Pleno - Ciências Sociais (humanas)	R\$ 15.964.094,40	R\$ 1.161.025,05	R\$ 5.224.612,71	R\$ 5.224.612,71	R\$ 4.353.843,93
Analista Júnior - Ciências Sociais	R\$ 1.437.640,15	R\$ 54.250,57	R\$ 488.255,15	R\$ 488.255,15	R\$ 406.879,29
Analista Pleno - Socioambiental	R\$ 2.156.189,37	R\$ 41.465,18	R\$ 746.373,24	R\$ 746.373,24	R\$ 621.977,70
Analista Júnior - Socioambiental	R\$ 2.875.280,30	R\$ 108.501,14	R\$ 976.510,29	R\$ 976.510,29	R\$ 813.758,58
Assessor de RH	R\$ 90.090,02	R\$ 17.160,00	R\$ 25.740,01	R\$ 25.740,01	R\$ 21.450,01
Assessoria de compras e licitações	R\$ 32.512,50	-	R\$ 11.475,00	R\$ 11.475,00	R\$ 9.562,50
Secretaria Executiva	R\$ 189.877,00	R\$ 36.167,05	R\$ 54.250,57	R\$ 54.250,57	R\$ 45.208,81
Supervisor Administrativo	R\$ 759.508,00	R\$ 144.668,19	R\$ 217.002,29	R\$ 217.002,29	R\$ 180.835,24
Assessor Financeiro 20h	R\$ 70.783,28	R\$ 13.482,53	R\$ 20.223,80	R\$ 20.223,80	R\$ 16.853,16
Assistente de Tecnologia da Informação	R\$ 118.623,96	R\$ 22.595,04	R\$ 33.892,56	R\$ 33.892,56	R\$ 28.243,80
Serviços Gerais	R\$ 423.506,42	R\$ 44.579,62	R\$ 133.738,87	R\$ 133.738,87	R\$ 111.449,06
Office boy	R\$ 84.701,28	R\$ 8.915,92	R\$ 26.747,77	R\$ 26.747,77	R\$ 22.289,81
Estagiário	R\$ 96.900,00	R\$ 10.200,00	R\$ 30.600,00	R\$ 30.600,00	R\$ 25.500,00
Assessor de TI	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00	-	-	-
Assessoria Designer	R\$ 4.100,02	R\$ 4.100,02	-	-	-
TOTAL	R\$ 59.747.169,06	R\$ 6.271.751,98	R\$ 18.814.517,65	R\$ 18.905.945,14	R\$ 15.754.954,29

Tabela 17: Tabela descritiva dos custos de hora/homem baseada nos valor do salário mais encargos.

CARGO	QUANT.	VALOR SALÁRIO + ENCARGOS	CARGA HORÁRIA (REF)	CUSTO H/H (TOTAL SALÁRIOS LÍQUIDO / CARGA HORÁRIA)	CUSTO H/H (TOTAL SALÁRIOS / CARGA HORÁRIA)
Coordenador Geral - COGER - Via FACEV	1	R\$18.900,00	160	R\$90,00	R\$118,13
Gerência Geral - COGER	1	R\$28.756,26	160	R\$66,60	R\$179,73
Gerência Administrativo Financeira - COGER	1	R\$28.756,26	160	R\$66,60	R\$179,73
Gerência de Participação Social, Engajamento e Comunicação- COGER	1	R\$28.756,26	160	R\$66,60	R\$179,73
Gerência Jurídica - COGER	1	R\$28.756,26	160	R\$66,60	R\$179,73
Gerência de Qualidade da água e avaliação de riscos à saúde	1	R\$7.090,08	160	R\$22,33	R\$44,31
Assessoria para Coordenação Geral	1	R\$ 13.920,00	80	R\$ 160,08	R\$ 174,00
Assessoria Jurídica	1	R\$0,00	160	R\$90,04	R\$0,00
Gerência Socioambiental	1	R\$24.076,26	160	R\$55,50	R\$150,48
Gerência de Socioeconomia	1	R\$24.076,26	160	R\$55,50	R\$150,48
Gerência de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	1	R\$24.076,26	160	R\$55,50	R\$150,48
Gerência de Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	1	R\$24.076,26	160	R\$55,50	R\$150,48
Especialista Pleno qualidade da água e avaliação de riscos à saúde	1	R\$17.351,90	160	R\$39,55	R\$108,45
Especialista Sênior em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	1	R\$19.503,63	160	R\$44,65	R\$121,90
Especialista Pleno em Agroecologia	1	R\$17.351,90	160	R\$39,55	R\$108,45
Especialista Sênior em Socioeconomia	1	R\$19.503,63	160	R\$44,65	R\$121,90
Especialista Pleno em Socioeconomia	1	R\$17.351,90	160	R\$39,55	R\$108,45
Especialista Pleno em Participação Social, Engajamento e Comunicação	1	R\$17.351,90	160	R\$39,55	R\$108,45
Especialista Pleno em Participação Social, Engajamento e Comunicação	1	R\$17.351,90	160	R\$39,55	R\$108,45
Especialista Sênior Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	1	R\$19.503,59	160	R\$44,65	R\$121,90
Especialista Pleno em Desenvolvimento Territorial	1	R\$17.351,90	160	R\$39,55	R\$108,45
Especialista Sênior Socioambiental	1	R\$19.503,63	160	R\$44,65	R\$121,90
Especialista Pleno Socioambiental	1	R\$17.351,90	160	R\$39,55	R\$108,45
Especialista Pleno Socioambiental	1	R\$17.351,90	160	R\$39,55	R\$108,45
Especialista Pleno Socioambiental	1	R\$17.351,90	160	R\$39,55	R\$108,45
Especialista Pleno Participação Social, Engajamento e Comunicação	1	R\$17.351,90	160	R\$39,55	R\$108,45
Assessoria de Comunicação	1	R\$19.503,63	160	R\$44,65	R\$121,90
Especialista Pleno Participação Social, Engajamento e Comunicação	1	R\$17.351,90	160	R\$39,55	R\$108,45
Especialista Pleno do Núcleo de Coordenação Jurídica	1	R\$17.351,90	160	R\$39,55	R\$108,45
Especialista Pleno do Núcleo de Coordenação Jurídica	1	R\$17.351,90	160	R\$39,55	R\$108,45
Coordenação Administrativa e Financeira	1	R\$17.351,90	160	R\$39,55	R\$108,45
Coordenadores de Campo da Área Jurídica - Transversal	1	R\$18.394,12	160	R\$42,02	R\$114,96

Continua ...



CARGO	QUANT.	VALOR SALÁRIO + ENCARGOS	CARGA HORÁRIA (REF)	CUSTO H/H (TOTAL SALÁRIOS LÍQUIDO / CARGA HORÁRIA)	CUSTO H/H (TOTAL SALÁRIOS / CARGA HORÁRIA)
Analista Sênior Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	1	R\$16.107,92	160	R\$36,60	R\$100,67
Assessor III Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	1	R\$16.107,92	160	R\$36,60	R\$100,67
Assessor III Qualidade da água e avaliação de riscos à saúde	1	R\$16.107,92	160	R\$36,60	R\$100,67
Assessor III Qualidade da água e avaliação de riscos à saúde	1	R\$16.107,92	160	R\$36,60	R\$100,67
Assessor III em Participação Social, Engajamento e Comunicação	1	R\$16.107,92	160	R\$36,60	R\$100,67
Analista Sênior de Gestão da Informação	1	R\$16.107,92	160	R\$36,60	R\$100,67
Analista Pleno Tecnologia da Informação	1	R\$13.821,73	160	R\$31,18	R\$86,39
Analista pleno - Participação Social, Engajamento e Comunicação	1	R\$13.821,73	160	R\$31,18	R\$86,39
Analista Pleno - Participação Social, Engajamento e Comunicação	2	R\$13.821,73	160	R\$31,18	R\$86,39
Gestor Redes Sociais Junior	1	R\$9.041,76	160	R\$19,84	R\$56,51
Designer Junior	1	R\$9.041,76	160	R\$19,84	R\$56,51
Designer Pleno	1	R\$13.821,73	160	R\$31,18	R\$86,39
Assessor II - Jurídico	1	R\$13.821,73	160	R\$31,18	R\$86,39
Analista Pleno - Jurídico	5	R\$13.821,73	160	R\$31,18	R\$86,39
Assessor I Jurídico	1	R\$9.041,76	160	R\$19,84	R\$56,51
Assessor I- Jurídico	1	R\$9.041,76	160	R\$19,84	R\$56,51
Analista Júnior - Jurídico	8	R\$9.041,76	160	R\$19,84	R\$56,51
Analista Sênior - Ciências Agrárias	2	R\$16.107,92	160	R\$36,60	R\$100,67
Analista Pleno - Ciências Agrárias	2	R\$13.821,73	160	R\$31,18	R\$86,39
Analista Junior - Ciências Agrárias	5	R\$9.041,76	160	R\$19,84	R\$56,51
Assessor III- Ciências Sociais	1	R\$16.107,92	160	R\$36,60	R\$100,67
Analista Sênior - Ciências Sociais	1	R\$16.107,92	160	R\$36,60	R\$100,67
Analista Sênior Ciências Sociais	2	R\$16.107,92	160	R\$36,60	R\$100,67
Analista Pleno - Ciências Sociais (humanas)	1	R\$13.821,73	160	R\$31,18	R\$86,39
Analista Pleno - Ciências Sociais (humanas)	21	R\$13.821,73	160	R\$31,18	R\$86,39
Analista Júnior - Ciências Sociais	3	R\$9.041,76	160	R\$19,84	R\$56,51
Analista Pleno - Socioambiental	3	R\$13.821,73	160	R\$31,18	R\$86,39
Analista Júnior - Socioambiental	6	R\$9.041,76	160	R\$19,84	R\$56,51
Assessor de RH	1	R\$4.290,00	160	R\$21,25	R\$26,81
Secretaria Executiva	1	R\$9.041,76	160	R\$21,25	R\$56,51
Supervisor Administrativo	4	R\$9.041,76	160	R\$25,00	R\$56,51
Assessor Financeiro 20h	1	R\$3.370,63	80	R\$42,13	R\$42,13
Assistente de Tecnologia da Informação	1	R\$5.648,76	160	R\$12,63	R\$35,30
Serviços Gerais	5	R\$4.457,96	160	R\$8,97	R\$27,86
Office boy	1	R\$4.457,96	160	R\$8,97	R\$27,86
Estagiário	5	R\$1.020,00	80	R\$15,00	R\$12,75
Assessor de TI	1	R\$7.000,00	80	R\$87,50	R\$87,50
Assessoria Designer	1	R\$4.100,02	160	R\$16,12	R\$25,63

PRODUTOS/SERVIÇOS E CONSULTORIAS

A seguir estão apresentados os custos para a realização de serviços temporários e/ou específicos e que não configuram como ações cotidianas dos trabalhos da assessoria técnica, mas que são considerados necessários. Serão apresentados na tabela abaixo os tipos de serviço e seus respectivos valores estimados de realização. Considera-se que a realização desses serviços poderá ser eventualmente objeto de discussão entre as partes envolvidas na gestão das ações. Porém todas as possibilidades estão descritas e seus custos já estimados para efeito de previsão orçamentária.

Tabela 18: Tabela descritiva dos custos por produto e serviços temporários e/ou específicos

SERVIÇO E PRODUTOS	TOTAL	SEMESTRE 1	SEMESTRE 2	SEMESTRE 3	SEMESTRE 4
Diagnósticos Socioeconomia Emergencial	R\$ 540.902,98	R\$ 540.902,98			
Gestão Administrativa FACEV/UFV	R\$ 906.000,00	R\$ 263.400,00	R\$ 226.800,00	R\$ 226.800,00	R\$ 189.000,00
Diagnóstico Socioeconomia - Censo 5.000 edificações (valor complementar à equipe interna)	R\$ 1.815.000,00	-	-	R\$ 1.210.000,00	R\$ 605.000,00
Diagnóstico Componente Sociocultural: Diagnósticos comunidades quilombolas e povos tradicionais e Diagnóstico Patrimônio Cultural Material e Imaterial da Região 3	R\$ 1.850.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 450.000,00	R\$ 450.000,00
Diagnóstico de Viabilidade de Projetos de Desenvolvimento Territorial	R\$ 1.500.000,00	-	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00
Construção de Alternativas Socioeconômicas para os Territórios	R\$ 600.000,00	-	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
Análise de fatores bióticos e abióticos	R\$ 3.009.357,76	R\$ 854.914,93	R\$ 718.147,61	R\$ 718.147,61	R\$ 718.147,61
Estudos sobre riqueza de espécies da ictiofauna	R\$ 625.000,00	-	R\$ 312.500,00	R\$ 312.500,00	-
Georeferenciamento	R\$ 1.000.000,00	-	R\$ 500.000,00	R\$ 500.000,00	-
Valoração de danos individuais e coletivos	R\$ 420.000,00	-	R\$ 105.000,00	R\$ 210.000,00	R\$ 105.000,00
Programa Territorial de Soberania e Segurança Alimentar nutricional	R\$ 750.000,00	-	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00
Programa Territorial de Gestão e Segurança Hídrica	R\$ 400.000,00	-	-	R\$ 200.000,00	R\$ 200.000,00
Programa de Fortalecimento Local da Identidade Territorial	R\$ 300.000,00	-	-	R\$ 150.000,00	R\$ 150.000,00
Sistema de Gestão Informação	R\$ 250.000,00	R\$ 210.000,00	R\$ 40.000,00		
Capacitação da Equipe	R\$ 120.000,00		R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00	R\$ 40.000,00
Comunicação - Agência, produção de materiais e mídias	R\$ 404.059,71	R\$ 338.059,71	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00	R\$ 22.000,00
Contabilidade	R\$ 110.000,00	R\$ 10.000,00	R\$ 35.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 35.000,00
Consultoria em Proteção Social	R\$ 150.000,00	R\$ 21.000,00	R\$ 43.000,00	R\$ 43.000,00	R\$ 43.000,00
Consultoria Infectologista COVID 19	R\$ 135.000,00	R\$ 45.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Empresa para referenciamento salarial	R\$ 20.000,00	R\$ 20.000,00	-	-	-
Capacitação do Jurídico	R\$ 60.000,00	R\$ 60.000,00	-	-	-
Aplicativos telecomunicações	R\$ 190.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00	R\$ 30.000,00
Diagnóstico dos danos materiais e imateriais aos Povos de Terreiro da Região 3	R\$ 675.000,00	-	R\$ 225.000,00	R\$ 225.000,00	R\$ 225.000,00
Diagnóstico sociocultura da juventude da Região 3	R\$ 150.000,00	-	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00	R\$ 50.000,00
Consultoria especializada em saúde coletiva	R\$ 750.000,00	-	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00	R\$ 250.000,00
Diagnóstico propriedades físico-química dos solos com rejeito de minério	R\$ 250.000,00	-	R\$ 250.000,00	-	-
Consultoria Jurídica - Danos ao Direito Imaterial - Modos de Vida	R\$ 80.000,00	-	R\$ 80.000,00	-	-
Consultoria Jurídica - Danos ao Direito Material - Patrimônio Imobiliário	R\$ 300.000,00	-	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
Consultoria Jurídica - Direito Comparado e precedentes de grandes desastres	R\$ 240.000,00	-	R\$ 40.000,00	R\$ 100.000,00	R\$ 100.000,00
Formação Comunidades – Comissões	R\$ 420.000,00	-	R\$ 140.000,00	R\$ 140.000,00	R\$ 140.000,00
TOTAL	R\$ 18.020.320,45	R\$ 2.963.277,62	R\$ 4.637.447,61	R\$ 5.987.447,61	R\$ 4.432.147,61



VALORES DE INFRAESTRUTURA E CUSTEIOS GERAIS

Ao todo serão organizadas 05 sedes administrativas para o desenvolvimento dos trabalhos da ATI, sendo 03 escritórios centrais no território (Pará de Minas, Esmeraldas e Paraopeba) e 01 Escritório Gerencial em Belo Horizonte. Para cada sede, foram calculados custos referentes a organização estrutural e de logística.

Tabela 19: Tabela descritiva dos valores com infraestrutura e custeios gerais previstos para ATIR3.

ITEM	TOTAL	SEMESTRE 1	SEMESTRE 2	SEMESTRE 3	SEMESTRE 4
Base de Apoio	R\$ 2.634.652,63	R\$ 903.304,63	R\$ 611.064,00	R\$ 611.064,00	R\$ 509.220,00
Escritórios Móveis	R\$ 789.997,00	-	R\$ 682.197,00	R\$ 58.800,00	R\$ 49.000,00
Sede Esmeraldas	R\$ 1.297.331,44	R\$ 358.539,57	R\$ 321.564,71	R\$ 321.324,71	R\$ 295.902,46
Veículos Esmeraldas	R\$ 386.750,00	-	R\$ 136.500,00	R\$ 136.500,00	R\$ 113.750,00
Sede Pará de Minas	R\$ 1.240.927,65	R\$ 323.752,65	R\$ 313.850,00	R\$ 313.850,00	R\$ 289.475,00
Veículos Pará de Minas	R\$ 431.375,00	-	R\$ 152.250,00	R\$ 152.250,00	R\$ 126.875,00
Sede Paraopeba	R\$ 692.474,17	R\$ 216.434,17	R\$ 163.060,00	R\$ 163.060,00	R\$ 149.920,00
Veículos Paraopeba	R\$ 252.874,98	-	R\$ 89.249,99	R\$ 89.249,99	R\$ 74.375,00
Transporte Atingidos	R\$ 1.631.479,30	R\$ 46.200,00	R\$ 546.765,24	R\$ 546.765,24	R\$ 491.748,81
Lanches	R\$ 1.511.307,00	R\$ 46.992,00	R\$ 516.258,00	R\$ 517.122,00	R\$ 430.935,00
Sede Viçosa	R\$ 778.202,06	R\$ 182.874,93	R\$ 209.468,40	R\$ 209.468,40	R\$ 176.390,33
Sede Belo Horizonte	R\$ 1.148.944,55	R\$ 405.961,15	R\$ 254.163,20	R\$ 256.049,20	R\$ 232.771,00
TOTAL GERAL	R\$ 12.796.315,78	R\$ 2.484.059,09	R\$ 3.996.390,54	R\$ 3.375.503,54	R\$ 2.940.362,60

Continua ...

166



CUSTOS COM COMUNICAÇÃO

A implementação das ações de comunicação previstas no plano de trabalho da NACAB demandará um investimento significativo, que se justifica tecnicamente por uma série de fatores. Em primeiro lugar, há que se considerar a grande abrangência territorial onde as comunidades a serem atendidas se distribuem. Isso torna necessária a utilização das mídias de maior cobertura disponíveis nessas regiões, a fim de se garantir agilidade nos comunicados a serem transmitidos à população. Em paralelo, para uma efetiva penetração da comunicação, será preciso realizar ações junto às comunidades estimulando a sua participação. O trabalho deverá contar com a coordenação de campo e com o suporte especializado de uma série de profissionais de reconhecida experiência no segmento de comunicação. A contratação dessa equipe multidisciplinar para traçar estratégias e acompanhar a sua implementação em favor das comunidades permite que elas se apresentem ao diálogo com maior segurança. Para os responsáveis pelos danos causados, sabemos que não faltam recursos nem profissionais capacitados para defenderem seus próprios interesses, portanto, a assessoria técnica independente deve garantir às populações afetadas uma capacidade equivalente de articulação e resposta.

É importante ressaltar que os gastos referentes à produção de matérias e mídias são uma estimativa, podendo, assim variar para mais ou para menos.



CONTA BANCÁRIA

BANCO: SICOOB COOPEMATA.

AGÊNCIA: 4149-1

CONTA CORRENTE: 18.273.001-8

NÚCLEO DE APOIAMENTO ÀS COMUNIDADES Atingidas por Barragens.

CNPJ: 05.438.306/0001-48



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DE MUNICÍPIOS. Disponível em :<https://portalamm.org.br/caracterizacao-economica-das-regioes-de-planejamento/>. Acesso em 09 de agosto de 2019.

ATLAS DA AGROPECUÁRIA BRASILEIRA. Disponível em> <http://atlasagropecuario.imaflora.org/pesquisa-agropecuaria>. Acesso em 12 de agosto de 2019.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL.(2010) Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil>. Acesso em 08 de agosto 2019.

BRANDT MEIO AMBIENTE. (2010). Mina Córrego do Feijão - Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA). Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente.

BRANDT MEIO AMBIENTE. (2014). Mina da Jangada e Mina Córrego do Feijão - Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental (RADA). Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente.

BRASIL. (1988). Artigo nº68. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Constituição Federal. BRASIL, Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Comissão Especial “Atingidos por Barragens”. Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07. Brasília/DF.

BRASIL. Disponível em: <http://dataviva.info/pt/location>. Acesso em 07 de agosto de 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm. Acessado em: 09 ago. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Institui Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas - PNAP. Disponível em: , Acesso em 13 de ago de 2019.

BUENO, W. DA C (2018). Gestão da Comunicação em Desastres Ambientais: conflitos de interesse, de práticas e de discursos. Revista Observatório, v. 4, n. 2, p. 539-569, 1 abr.

CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE (2019). CPI apura que pode faltar água em BH se captação do Paraopeba não for retomada. Disponível em: <<http://bit.ly/2kqbDET>>. Acesso em 25 ago. 2019.

COSTA FILHO, A. (2015). Os povos e comunidades tradicionais no Brasil. In: Edmilton Cerqueira et



al. (Orgs) Os povos e comunidades tradicionais e o ano internacional da agricultura familiar. Brasília: MDA. (p. 77-98)

DRUMMOND, G. M. et al. (2005) Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para a sua conservação. 2. ed. – Belo Horizonte: Fundação Biodiversitas. 222 p.

DRUMOND, M. A.(2008) Proteção para as minhocas gigantes. Ciência Hoje, v.42, p.69 - 71.

DRUMOND, M. A. et al. (2008) Uso e conservação do minhocoçu *Rhinodrilus alatus*. MG. Biota. , v.1, p.5 - 23.

DRUMOND, M. A. et al. (2015). The Role of Local Knowledge and Traditional Extraction Practices in the Management of Giant Earthworms in Brazil. Plos One, v.10, p.e0123913.

DURÃES, M. F. (2010). Caracterização e avaliação do estresse hidrológico da Bacia do Rio Paraopeba, por meio de simulação chuva-vazão de cenários atuais e prospectivos de ocupação e uso do solo utilizando um modelo hidrológico distribuído. 147f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Engenharia, Belo Horizonte.

ESTATÍSTICAS AGROPECUÁRIAS DE MINAS GERAIS .FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Disponível em: <http://fjpdados.fjp.mg.gov.br/Agro/> Acesso em 12 de agosto de 2019.

FEAM. (2019, 08 Fev). Gestão de barragens. Fundação Estadual do Meio Ambiente. Acessado em: 07 Mar 2019, Disponível em: <http://www.feam.br/monitoramento/gestao-de-barragens>.

FEAM. (2011). Plano para incremento do percentual de tratamento de esgotos sanitários na bacia hidrográfica do Rio Paraopeba. Fundação Estadual do Meio Ambiente. 515 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg>. Acesso em 08 de agosto de 2019.

IGAM. Portal dos Comitês. Instituto Mineiro de Gestão das Águas. Disponível em: <http://comites.igam.mg.gov.br/conheca-a-bacia-sf3>>. Acesso em 25 ago. 2019.

MAPA DOS CONFLITOS AMBIENTAIS DE MINAS GERAIS (2019), “ Desastre da Vale em Brumadinho e a luta dos moradores de Casa Branca”. Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais (GESTA-UFGM). Disponível em: <http://bit.ly/2lZQnWF>. Acessado em: 01. set. 2019

MPMG. MINISTÉRIO PÚBLICO DE ESTADO DE MINAS GERAIS (2019). Ação Civil Pública. Belo Horizonte, 29 abr.

MPMG. MINISTÉRIO PÚBLICO DE ESTADO DE MINAS GERAIS (2019). Edital de Chamamento Público. Belo Horizonte, 08 abr



MPMG. MINISTÉRIO PÚBLICO DE ESTADO DE MINAS GERAIS (2019). Termo de Referência. Belo Horizonte.

MILANEZ, B. et al. (2019) Minas não há mais: Avaliação dos aspectos econômicos e institucionais do desastre da Vale na bacia do rio Paraopeba. Versos - Textos para Discussão PoEMAS, 3(1), 1-114.

NICHO Engenheiros Consultores Ltda. (2010). Mina Córrego do Feijão recuperação de pellet feed da barragem I e VI e estruturas associadas - Estudo de Impacto Ambiental (EIA). Brumadinho.

NICHO Engenheiros Consultores Ltda. (2013). Mina da Jangada: Continuidade das operações da cava da Jangada, da Pilha de Estéril Jacó III e da Pilha de Estéril Menezes. Estudo de Impacto Ambiental e Plano de Controle Ambiental - EIA / PCA. Belo Horizonte.

NICHO Engenheiros Consultores Ltda. (2014). Mina da Jangada - continuidade das operações da mina da Jangada - Estudo de Impacto Ambiental e Plano de Controle Ambiental EIA/PCA Tomo I. Belo Horizonte.

NICHO Engenheiros Consultores Ltda. (2015). Projeto de continuidade das operações da mina da Jangada de Córrego do Feijão - Relatório de Impacto Ambiental (RIMA). Belo Horizonte.

PEREIRA, S. B. et al (2007). Estudo do comportamento hidrológico do Rio São Francisco e seus principais afluentes. Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental, v. 11, n. 6, p. 615-622.

OIT. (1989). Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais em Países Independentes [Convenção 169]. ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO.

SEBRAE MINAS (2017). Anuário de dados socioeconômicos 2017. Serviço de Apoio às Micros e Pequenas Empresas de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017. disponível em: <https://anuário+de+Dados+Socioeconômicos+de+Minas+Gerais+-+2017>.

SNAS (2017). Vigilância Socioassistencial. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. Disponível em: <http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index5.php>. Acessado em: 07 ago. 2019.

SUPRAM. (2011). Parecer Único 046/2011. Belo Horizonte: Superintendência Regional de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

TÜV SÜD. (2018). Revisão periódica de segurança de barragem mina Córrego Feijão - Barragem I - Relatório técnico.

VALE. (2016). Mina da Jangada e Mina Córrego do Feijão - Relatório de Avaliação de Desempenho Ambiental - RADA. Belo Horizonte: Vale S.A.



SABARÁ, R. (2001). Comunidade Negra Rural de Pontinha: agonia de um modo de produção. Belo Horizonte, 2001. (mimeo)

SILVA, R.H.P. (2016). Efeitos das mudanças climáticas sobre o minhocoçu *Rhinodrilus alatus* e seus impactos na atividade extrativista. Dissertação (Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre) - Universidade Federal de Minas Gerais.

SUS (2011). Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde. Ministério da Saúde. Sistema Único de Saúde. Disponível em: <http://idsus.saude.gov.br/mapas.html>. Acessado em 08 ago. 2019.



ANEXO: CONSULTORIAS

GESTÃO ADMINISTRATIVA

A Assessoria administrativa visa apoiar o Comitê Gestor da ATIR3 no intuito de otimizar, em termos administrativos e gerenciais, os processos e resultados relativos à gestão financeira e de pessoal. A contratação será via Fundação FACEV/UFC - Concessão de Bolsa, e terá como principais atividades:

- Assessoramento para a execução administrativa e financeira da ATI.
- Acompanhamento da execução e desenvolvimento da ATI em todas as etapas.
- Supervisão e acompanhamento das prestações de contas da ATI.
- Acompanhamento dos processos seletivos e de contratação de pessoal.
- Acompanhamento dos processos seletivos de compras.

CONSULTORIA ACADÊMICA E AMBIENTAL

A Consultoria Acadêmica Ambiental visa desenvolver, através de disponibilização de profissional especialista e *know how* em assessoria acadêmica e ambiental, mecanismos e estratégias para a atuação do Comitê Gestor da ATIR3 acerca do desenvolvendo e acompanhamento de pesquisas ambientais. A sua contratação será via Fundação FACEV/UFC - Concessão de Bolsa, e terá como principais atividades:

- Assessorar a equipe da Gerência Socioambiental na realização de estudos e diagnósticos ambientais.
- Realizar leitura crítica, sistemática e comparativa dos estudos ambientais do Comitê Técnico-Científico UFMG.
- Promover articulação institucional com centros de pesquisa acadêmicos.



CONSULTORIA EM PROTEÇÃO SOCIAL

A Consultoria em Proteção Social tem como objetivo potencializar e qualificar, através de disponibilização de profissional especialista e know how em proteção social em contextos de desastre, a atuação da Gerência de Socioeconomia, Cultura, Proteção Social e Relacionamento, desenvolvendo, principalmente, as seguintes atividades.

- Acompanhar e dialogar com a equipe técnica que vai conduzir as atividades de assessoria sobre os aspectos psicoemocionais e psicossociais.
- Coordenar e supervisionar a elaboração de pareceres técnicos e outros produtos estratégicos que possam subsidiar as negociações e atendimentos dos atingidos e atingidas, observando a priorização das pessoas atingidas que estão em situação de extrema vulnerabilidade.



ANEXO: FORMAÇÕES E CAPACITAÇÕES

Dada a potência criativa da arte, o NACAB lançará mão ainda do teatro como instrumento de empoderamento das comunidades atingidas. Por meio do espetáculo “Assembleia Comum” buscar-se-á o encontro, pela partilha, pela ativação de um espaço comum onde as diferenças possam conviver e, quem sabe, confluir. O espetáculo promove um encontro em que o jogo cênico favorece a participação das pessoas e o debate público, tomando como pressupostos os princípios da educação popular.

Trata-se de dispositivo cênico que pode ser ressignificado de acordo com a realidade local onde será apresentada e que pode se desdobrar numa experimentação cartográfica coletiva, no sentido de mapeamento de desejos e demandas, produção de subjetividades, agenciamentos afetivos e livre expressão das singularidades. Combinando as linguagens do teatro, da performance e da culinária, trata-se de uma assembleia horizontal, espaço dialógico aberto e permeável ao encontro estabelecido pela obra e pela interação estimulada ao público, no qual o jogo cênico entre alegorias-personagens busca estimular a participação crítica do público em torno de questões contemporâneas. Ao final da Assembleia, é compartilhada com todos uma refeição preparada ao longo da execução da peça, afinal “o comum começa na cozinha, onde produção e reprodução se encontram, onde as energias cotidianas entre gêneros e gerações são permanentemente negociados”. A ATI irá se utilizar desse espetáculo teatral para promover encontros entre os atingidos por meio da arte, com objetivo de favorecer um espaço de compartilhamento e discussão, bem como criar um ambiente lúdico favorável à produção de afetos e partilha do sensível. “Assembleia Comum” consiste ainda em uma poderosa ferramenta de mobilização comunitária, sobretudo nesse momento de grande dispersão e desesperança das pessoas que foram afetadas pelo rompimento da barragem B1.

Nesse cenário, a ATI entende de suma importância lançar mão da arte-educação, sobretudo da linguagem do teatro de rua, para minimizar a dor e o sofrimento, bem como, no caso desse espetáculo, permitir a livre expressão e manifestação das pessoas já que nessa obra o público participa, não é mero espectador. A abertura do texto dramático permitirá levantar ainda questões afetas à realidade das comunidades atingidas, permitindo às pessoas levantarem os problemas locais, trocarem informações e buscarem soluções coletivas.

FORMAÇÕES EM ALIMENTAÇÃO ANCESTRAL

Um ponto crucial que será constante durante a implementação deste Plano de Trabalho diz respeito à contaminação do rio Paraopeba que repercutirá sobre a saúde das populações. Mesmo havendo a necessidade de análises toxicológicas em humanos para confirmação desse problema, é inegável o fato que muitas pessoas, de forma direta ou indireta, fizeram ou continuam fazendo uso e/ou tendo contato com as águas contaminadas do rio Paraopeba. Nesse sentido, tendo em vista o potencial de cura e desintoxicação de alguns alimentos, o NACAB trará centralidade para a discussão do campo alimentar e suas diversas variedades de utilização com seus respectivos produtos e subprodutos, além



de difundir a cultura alimentar saudável, retomando os vínculos dos sujeitos com a natureza e sua diversidade, sem, porém, se apartar dos processos de produção e da origem da comida que o alimenta. Para tanto, será necessário considerar sobretudo o quesito dos alimentos que estão ou não contaminados, os quais deverão ser avaliados juntamente com os atingidos. Essa proposta buscará o diálogo com as tradições alimentares vindas de comunidades originárias ou não, propiciando trocas de mestras e mestres de saberes tradicionais com o público jovem. Para a consecução dessa proposta de formação, serão desenvolvidas oficinas sobre questões relativas ao processo da agroecologia, além da difusão de técnicas culinárias originárias de comunidades tradicionais, sejam elas quilombos ou indígenas, portuguesas ou de outros caminhos das tradições.

CAPACITAÇÕES EM EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O NACAB reafirma a necessidade de atividades de Educação Ambiental voltadas à educação formal, tendo como foco conceitos relacionados a meio ambiente, sustentabilidade, preservação e conservação. Aliado a isso, por meio da ênfase na inter-relação entre o ser humano e o ambiente, buscar-se-á o desenvolvimento de ações cooperativas, engajadas e proativas. Considerando-se a realidade imposta às comunidades pelo rompimento da barragem B1, ações/atividades/projetos de Educação Ambiental focadas em questões relacionadas à água, aos recursos hídricos e ao conhecimento da bacia hidrográfica são fundamentais. Os programas implementados deverão seguir um dos princípios universais da Educação Ambiental: “Pensar Globalmente, Agir Localmente...”. A partir de abordagens holísticas, espera-se contribuir para a formação de cidadãos críticos, aumentando as práticas sustentáveis e reduzindo os danos ambientais. Ademais, por meio de atividades de Educação Ambiental, o NACAB abordará as questões relativas à contextualização, origens, causas e consequências socioambientais do rompimento da barragem B1. Durante a execução deste Plano de Trabalho, a equipe do NACAB estabelecerá contatos com as Secretarias Municipais de Educação dos municípios da Região 3 e com as(s) Superintendência(s) Regional(ais) de Educação, com a finalidade de discutir propostas de ações amplas de Educação Ambiental. As formações serão direcionadas a professores dos Ensinos Fundamental e Médio, de todas as áreas do conhecimento interessados pelos conteúdos a serem desenvolvidos, sendo essencial uma atenção especial para os professores de escolas onde já existem comissões de atingidos. Ressalta-se que a equipe do NACAB analisará previamente a realidade de cada escola, para que as abordagens sejam direcionadas e adequadas aos diferentes Planos Políticos Pedagógicos. O NACAB se valerá ainda da experiência prévia que a equipe do Instituto Sustentar apresenta com o desenvolvimento de ações de Educação Ambiental com professores e alunos da rede pública de ensino dos municípios de Paraopeba e Caetanópolis e a equipe do INSEA em atividades com resíduos sólidos.



ANEXO: PESQUISAS DIAGNÓSTICAS, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

DIAGNÓSTICO DE SOCIOECONOMIA

Cadeia do turismo

Levantamento e sistematização de dados da atividade antes e pós-rompimento para a realização de análises comparativas; principais atrativos e modalidades turísticas da região; temporalidade da atividade; avaliação do fluxo de pessoas atraídas para a região com fins de turismo e lazer; avaliação da geração de divisas; levantamento de setores diretamente dependentes da atividade; detalhamento dos danos à atividade decorrentes do rompimento; etc.

Cadeia de atividades agrossilvipastoris

Sistematização de dados da atividade antes e pós-rompimento para a realização de análises comparativas; principais produtos da região; temporalidade da atividade (ex.: plantio, safra); levantamento do número de pessoas empregadas no ramo e/ou contratadas temporariamente; avaliação da geração de divisas e comércio regional de insumos usados na atividade; repercussões da atividade sobre outros setores da economia local; detalhamento dos danos à atividade decorrentes do rompimento; etc.

Cadeia da pesca

Levantamento e sistematização de dados da atividade antes e pós-rompimento para a realização de análises comparativas, principais localidades de pesca; temporalidade da atividade; avaliação do fluxo de pessoas atraídas para a região para a atividade; avaliação da geração de divisas; comércio regional de insumos usados na atividade; repercussões da atividade sobre outros setores da economia local; detalhamento dos danos à atividade decorrentes do rompimento; etc. De forma mais específica, o diagnóstico da pesca ocorrerá em três esferas:

- **Pescador:** quem são, de onde vem, por onde passam, o que consomem, frequência da atividade. A busca por esses pescadores terá início a partir de contatos fornecidos pelos comerciantes do Shopping da Minhoca. A partir desses contatos, outros pescadores serão encontrados por meio da metodologia do snowball.
- **Pescado:** avaliar a quantidade, qualidade e diversidade de peixes no rio.
- **Isca:** avaliar impactos na extração e comércio de minhocucu (fauna nativa endêmica da região), entender a variedade de iscas comercializadas na região e toda cadeia relacionada a ela, incluindo os produtores de minhoquinha, costureiras de capangas, dentre outros.



Diagnóstico de Elementos Sociocultural: Diagnósticos comunidades quilombolas e povos tradicionais e Diagnóstico Patrimônio Cultural da Região 3

Trata-se da realização de estudo etnográfico do processo de afetação por danos sociais e culturais, considerando alguns grupos sociais específicos: comunidades quilombolas, povos e comunidades tradicionais, territórios familiares, territórios de pesca e ritos religiosos. Para a realização do estudo serão realizadas técnicas de pesquisa qualitativas com os grupos já identificados e os que ainda serão identificados nas pesquisas emergenciais. Não se define a priori as metodologias a serem utilizadas. No entanto, pressupõe-se a utilização de métodos de ordem qualitativa de pesquisa, incluindo o uso de grupos focais e outras técnicas como a cartografia social, diagnósticos rápidos participativos, entrevistas em profundidade, entre outras. A proposta desses estudos objetiva a compreensão das redes de sociabilidades, dos patrimônios culturais, das relações de parentesco, das dimensões do sagrado e das relações com o rio Paraopeba e outros elementos da natureza.

Político-institucional

O diagnóstico político-institucional visa identificar e compreender a estrutura de gestão e de serviços públicos existentes nos 10 municípios da Região 3, em específico sobre as áreas atingidas pelo desastre-crime. Esse diagnóstico se faz necessário, tanto para conhecimento e análise dos programas e políticas públicas locais no território, bem como identificar possíveis oportunidades e lacunas que necessitam de ações de fortalecimento sob a perspectiva da reparação e do desenvolvimento das localidades. Para isto, deverão ser realizadas entrevistas com representantes do poder executivo e também do legislativo de cada município. Após a elaboração desse diagnóstico, a assessoria técnica apresentará o produto para o poder público de cada localidade e iniciará uma etapa de diálogo e de proposição para uma melhor efetivação de programas e políticas públicas alinhados ao processo de reparação de danos e promoção do desenvolvimento das localidades.

Dinâmica político-cultural das comissões de atingidos

Os diagnósticos sobre a dinâmica política-cultural atrelada às comissões de atingidos tem como objetivo caracterizar a estrutura de organização política e de relacionamento socioinstitucional das comissões de atingidos. A partir destes estudos, serão identificadas as redes de relacionamento sociais, políticas e institucionais das comissões, além de estratégias para desenvolvimento da comunicação institucional do processo, assim como a caracterização de demandas e oportunidades de qualificação da atuação das comissões. A identificação destes elementos é fator crucial para o estabelecimento de estratégias assertivas para o desenvolvimento das ações tanto de reparação quanto de promoção do desenvolvimento territorial.

Vocações econômicas e ativos locais

Os diagnósticos de vocações econômicas e ativos locais têm como objetivo a identificação preliminar de possibilidades de desenvolvimento de alternativas econômicas a partir do perfil socioeconômico cultural das localidades. Considera-se, para isto, não apenas a identificação de desejos e anseios comu-



nitários, mas também a rede de instituições e iniciativas já existentes e potenciais nos territórios que podem suportar e legitimar o desenvolvimento de ações e projetos de alternativas de geração de renda.

Viabilidade de alternativas econômicas

Os estudos de viabilidade de alternativas econômicas são os instrumentos de pesquisa que deverão ser realizados a fim de garantir que as possibilidades de desenvolvimento locais identificadas sejam traduzidas em propostas de projetos de desenvolvimento econômico efetivas. A viabilidade econômica das alternativas é a condição sine qua non para que investimentos sejam realizados de forma responsável e que de fato possam gerar resultados. Neste diagnóstico, deverão ser analisadas não apenas os anseios e desejos comunitários e os ativos, mas sobretudo a capacidade local de organização e gestão de negócios, assim como as premissas das condições de mercado locais e regionais para inserção de alternativas econômicas



REPARAÇÃO

O que temos

Trabalho sempre
Lazer

O que temos

PLANO DE TRABALHO DE ASSESSORIA
TÉCNICA ÀS COMUNIDADES DA ÁREA 4 -
POMPÉU E CURVELO - ATINGIDAS PELO
ROMPIMENTO DA BARRAGEM B-I E
SOTERRAMENTO DAS BARRAGENS B-IV E
B-IV-A DA MINA CÓRREGO DO FEIJÃO DA
MINERADORA VALE S.A.

improprio

o que

proprio

protegi

O que temos
Prejuizo - Despesa
Desvalorização
Principalmente
gastamos





**PLANO DE TRABALHO DE ACESSORIA TÉCNICA ÀS
COMUNIDADES DA ÁREA 4 – POMPÉU E CURVELO –
ATINGIDAS PELO ROMPIMENTO DA BARRAGEM B-I E
SOTERRAMENTO DAS BARRAGENS B-IV E B-IV-A DA
MINA CÓRREGO DO FEIJÃO DA EMPRESA VALE S.A.**

Belo Horizonte

Junho de 2020





Entidade: Instituto Guaicuy

Endereço: Rua Guaicurus, 470 – Centro

Município: Belo Horizonte/MG

CEP: 30111-060

Telefone: (31) 3409-9818

CNPJ: 04.518.749/0001-86

Inscrição Municipal: 0.186.109/001-0

Coordenador Geral: José de Castro Procópio

Coordenadora do Projeto: Carla Wstane

Responsáveis pela Elaboração do Plano de Trabalho:

Alexandre Chumbinho – Jurídico

Ana Clara Costa Amaral – Jurídico

Ângela Maria da Silva Gomes – Sociocultural

Eduardo Mota – Comunicação

Ennio Rodrigues – Comunicação

Geraldo Henrique – Contabilidade

Gustavo Simim - Jurídico

Higor Gomes Pereira – Logística

Izabella Resende – Administrativo e Financeiro

Joyce Jordana – Zootecnia

Laura Nunes Garcia – Comunicação

Marcia Rodrigues Marques - Mobilização Social

Marcus Vinícius Evaristo – Mobilização Social

Maria Núbia Alves Cruz - Assistência Social

Paula Brasil – Geoprocessamento

Paula Campos - Assessoria Coordenação

Pedro Aguiar - Medicina Veterinária

Ramiro Queiroz - Ciências Sociais Aplicadas

Rodrigo Lemos - Análise Ambiental

Thiago de Azevedo Moraes - Ciências Sociais Aplicadas

Belo Horizonte

Junho de 2020





*"[U]m rio é sempre sem antiguidade."
"Medo, não, mas perdi a vontade de ter coragem".
Guimarães Rosa, Grande Sertão Veredas*



APRESENTAÇÃO

Cuida o presente trabalho de expor o resultado de esforço coletivo de construção multidisciplinar, através de visitas a campo, sistematização das informações coletadas e devolução/validação das mesmas, realizado ao longo do mês de setembro e outubro de 2019. Foram 27 profissionais envolvidos, de diversas formações profissionais e históricos de trabalho institucional nas áreas afetas ao presente estudo, entre remunerados e voluntários do Instituto Guaicuy. Todos foram mobilizados e coordenados para a finalidade de atendimento ao escopo do presente **Plano de Trabalho de Assessoria Técnica às Comunidades da Área 4 – Pompéu e Curvelo – Atingidas pelo Rompimento da Barragem B-I e Soterramento das Barragens B-IV e B-IVA da Mina do Córrego do Feijão da empresa Vale S.A.** O presente plano de trabalho é entrega decorrente de exigência prevista no edital de chamamento público publicado no site do CIMOS/MPMG¹ para a contratação de Assessorias Técnicas Independentes às pessoas atingidas pelo crime socioambiental da Vale S.A. em 25/01/2019 em Brumadinho/MG. Foram reunidas, portanto, expertises pessoais e institucionais diversas áreas de conhecimento e experiências diversas, somando currículos e capacidades notáveis para ultimar a presente proposta que, espera-se, tenha convergência e alinhamento ao escopo desejado pelas Instituições de Justiça que participam do processo decorrente do já referido desastre socioambiental.

¹<https://www.mpmg.mp.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A91CFA969FBF85E0169FDA6F7130D41>



SUMÁRIO

1	Introdução	1
2	Sobre o Instituto Guaicuy	4
3	Justificativa	5
4	Objetivo Geral	9
4.1	Objetivos Específicos	9
5	Contextualização socioambiental da Área 4: comunidades de Pompéu e Curvelo	10
5.1	Angueretá	13
5.2	Cachoeira do Choro	13
5.3	Condomínio Encontro das Águas	14
5.4	Queima Fogo e Chácara Chórios	15
5.5	Recanto do Laranjo	16
5.6	Fazendinhas Baú e Recanto do Piau	17
6	Público potencial da ATI	19
7	O Processo de Construção do Plano de Trabalho	20
8	metodologias e pressupostos conceituais	30
8.1	Metodologias e pressupostos de mobilização e comunicação social	31
8.1.1	Metodologias para o diálogo e a interação social	35
8.1.2	Núcleos comunitários	38
8.1.2.1	Mapeamento dos territórios	41
8.1.3	Assembleias	41
8.1.4	Grupos Temáticos	42
8.2	Diagnóstico Familiar e Individual sobre Perda das Pessoas Atingidas - DFIPA	43
8.3	Tecnologia da Informação: Suporte de dados	44



8.4	Estruturação proposta das atividades	45
9	Pagamento emergencial para todas as pessoas atingidas	46
10	A mobilização social para a construção da autonomia	54
10.1	Acolhimento e escuta ampliada: contatos iniciais e contínuos com os sujeitos e com as comunidades	54
10.1.1	Acolhimento	55
10.2	Atividades e as ações de mobilização e de comunicação social	57
10.3	Participação informada: formação e empoderamento comunitário	59
10.3.1	Agropecuária, Agricultura Familiar e Setor Agrário	60
10.3.2	Informações ambientais	62
10.4	Impactos nas economias e nos sistemas produtivos	66
10.5	Sistematização de dados secundários	68
11	O Direito e a construção da matriz de danos	68
11.1	A construção da matriz de danos (O que?)	71
11.1.1	O diagnóstico de danos individuais	71
11.1.1.1	Da identificação e dimensionamento de perdas patrimoniais e de renda	72
11.1.1.2	Da identificação e dimensionamento das lesões imateriais (dignidade, saúde mental, honra, memória, imagem, sonhos, etc)	73
11.1.2	O diagnóstico de danos coletivos e diagnóstico de danos difusos	73
11.2	Acompanhamento jurídico-processual	74
11.3	O trabalho em assistência técnica aos autores processuais e a interação necessária com o perito judicial	74
12	Governança	76
12.1	Articulação Institucional	76
12.1.1	Articulação com o Poder Público	77



12.1.2	Canais de Diálogo com o Comitê Técnico Científico	79
12.1.3	Canais de Diálogo com o Empreendedor	79
13	Controle social e transparência	80
13.1	Instrumento de Monitoramento e Avaliação	81
14	PANDEMIA DE CORONAVÍRUS	82
14.1	Protocolo de atuação junto às comunidades atingidas frente à COVID-19	84
14.2	Comunicação e mobilização	85
14.3	Situação socioeconômica	86
14.4	Água e saneamento	86
14.5	Serviços de saúde	87
14.6	Assistência social	88
15	Infraestrutura, logística, gestão de pessoas e orçamento	88
15.1	Infraestrutura	88
15.1.1	Sede regional: Casa de Acolhimento em Cachoeira do Choro	88
15.1.2	Unidade Móvel de Acolhimento do Instituto Guaicuy	89
15.1.3	Sede Administrativa em Belo Horizonte	90
15.2	Logística	90
15.3	Gestão de pessoas	91
15.4	Consultorias especializadas	94
15.5	Orçamento	96
16	Cronograma	113
17	Cronograma de desembolso	117
17.1	Dados bancários Instituto Guaicuy	119
17.2	Coordenação e Acompanhamento Metodológico/Finalístico	119
18	Considerações finais	120





LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comunidade de Angueretá.....	13
Figura 2 - Comunidade de Cachoeira do Choro	14
Figura 3 - Comunidade Encontro das Águas	15
Figura 4 - Comunidades do Queima Fogo e Chácara Chórius.....	16
Figura 5 - Comunidade do Recanto do Laranjo.....	17
Figura 6 - Comunidade da Fazendinhas Baú	18
Figura 7 - Fluxograma metodológico da elaboração do Plano de Trabalho	21
Figura 8 - Apresentação dos resultados dos grupos que realizaram uma das etapas do DRP, no dia 16 de agosto de 2019, em Cachoeira do Choro.....	24
Figura 9 - Apresentação dos resultados dos mapas mentais	25
Figura 10 - Matriz Realidade Desejo realizada no Fazendinhas Baú	25
Figura 11 - Nuvem de palavras: "O Que Queremos"	28
Figura 12 - Devolutiva em Cachoeira do Choro.....	29
Figura 13 - Participação de morador durante devolutiva no Condomínio Encontro das Águas	30
Figura 14 - Esquema do raciocínio básico do Plano de Trabalho.....	45
Figura 15 - Modelo proposto Unidade Móvel de Acolhimento do Instituto Guaicuy	89



LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Municípios ao longo da bacia do Rio Paraopeba atingidos pelo rompimento da barragem de rejeito de minério da Vale S.A.....	3
Mapa 2 - Localidades atingidas na Área 4.....	12



LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dados Sociodemográficos e Contexto Regional dos Municípios	10
Quadro 2 - Estimativa de residências e população, por localidade	19
Quadro 3 - Pautas iniciais apontadas no DRP pelas pessoas atingidas	27
Quadro 4 – Formação de Núcleos comunitários (cenário ideal).....	39
Quadro 5 – Proposta de formação de Núcleos comunitários.....	40
Quadro 6 – Metodologias sugeridas por público.....	53
Quadro 7 - Distâncias entre as comunidades e entre as sedes de Pompéu, Curvelo e Belo Horizonte	90
Quadro 8 - Proposta de formação da equipe do Instituto Guaicuy	92
Quadro 9 - Detalhamento da equipe do Instituto Guaicuy	93
Quadro 10 - Consultorias técnicas especializadas por tipo e objetivo	94
Quadro 11 - Orçamento Global 1º Semestre	97
Quadro 12 - Atividades e Metodologias Participativas 1º Semestre	98
Quadro 13 - Recursos Humanos – 1º semestre	99
Quadro 14 – Infraestrutura 1º semestre.....	102
Quadro 15 – Custeio 1º semestre.....	103
Quadro 16 - Comunicação.....	104
Quadro 17 – Consultorias 1º Semestre	104
Quadro 18 - Orçamento Global.....	105
Quadro 19 – Metodologias Participativas	106
Quadro 20 – Recursos Humanos	108
Quadro 21 – Infraestrutura.....	109
Quadro 22 – Custeio.....	110
Quadro 23 – Comunicação	111
Quadro 24 – Consultoria.....	112



Quadro 25 – Cronograma	114
Quadro 26 – Planejamento orçamentário mensal.....	117



1 INTRODUÇÃO

O dia 25 de janeiro de 2019 é um marco na história social e ambiental brasileira em função do grande desastre em que ocorreu o rompimento das barragens B-I, B-IV e B-IVA, situadas na Mina Córrego do Feijão, em Brumadinho/MG. As barragens destinavam-se à deposição de rejeitos (B-I) e à contenção de sedimentos (B-IV e B IV-A). O dano potencial era classificado como alto – classe C, segundo estudos realizados pela empresa responsável, Vale S.A., e acabou por lançar em torno de 13 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração ao longo do Rio Paraopeba.

O rompimento da barragem de rejeitos de minério da empresa Vale S.A. ocasionou 270 (duzentos e setenta) vítimas fatais, sendo 259 (duzentos e cinquenta e nove) mortes confirmadas e 11 (onze) desaparecidos². Pela amplitude do desastre trata-se também de impactos que interromperam todo o ciclo de vida que envolve aspectos ambientais, econômicos, sociais, históricos e culturais, dos quais afeta a conexão e dependência de diversas comunidades da bacia do Rio Paraopeba.

As instituições de justiça, Ministério Público do Estado de Minas Gerais (MPMG), Ministério Público Federal (MPF), Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais (DPMG) e Defensoria Pública da União (DPU) assinaram, de imediato, no dia 25 de janeiro de 2019, junto ao Governo do Estado de Minas Gerais e a empresa Vale S/A um Termo de Ajuste Preliminar (TAP), em que foi garantido a responsabilidade civil da empresa diante de todas as consequências do rompimento das barragens situadas na Mina Córrego do Feijão.

Por se tratar de danos com diferentes e complexas dimensões, a serem identificados em uma lógica temporal e territorial dinâmica, envolvendo inclusive grupos sociais à jusante da Mina Córrego do Feijão localizada em Brumadinho/MG, viu-se a necessidade de instruir o processo de reparação integral dos danos em respeito aos direitos humanos violados e em consideração a fundamental participação direta das pessoas e comunidades atingidas.

Nessa perspectiva, no dia 04 de abril de 2019, em audiência judicial, ficou estabelecido que as Instituições de Justiça dariam início ao processo de escolha de organizações sem fins lucrativos com interesse em prestar assessoria técnica independente às comunidades atingidas pelo rompimento da Barragem B-I e soterramento das Barragens B-IV e B-IV A da Mina Córrego do Feijão. Acordo este entre as instituições de Justiça, o Estado de Minas Gerais e a Vale S.A, no processo n. 5010709-36.2019.8.13.0024, movido

² Dados do Corpo de Bombeiros do Estado de Minas Gerais, 28 de dezembro de 2019, Jornal Estado de Minas 28/12/2019.



pelo Estado de Minas Gerais, apresentado ao juízo da 6ª Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte.

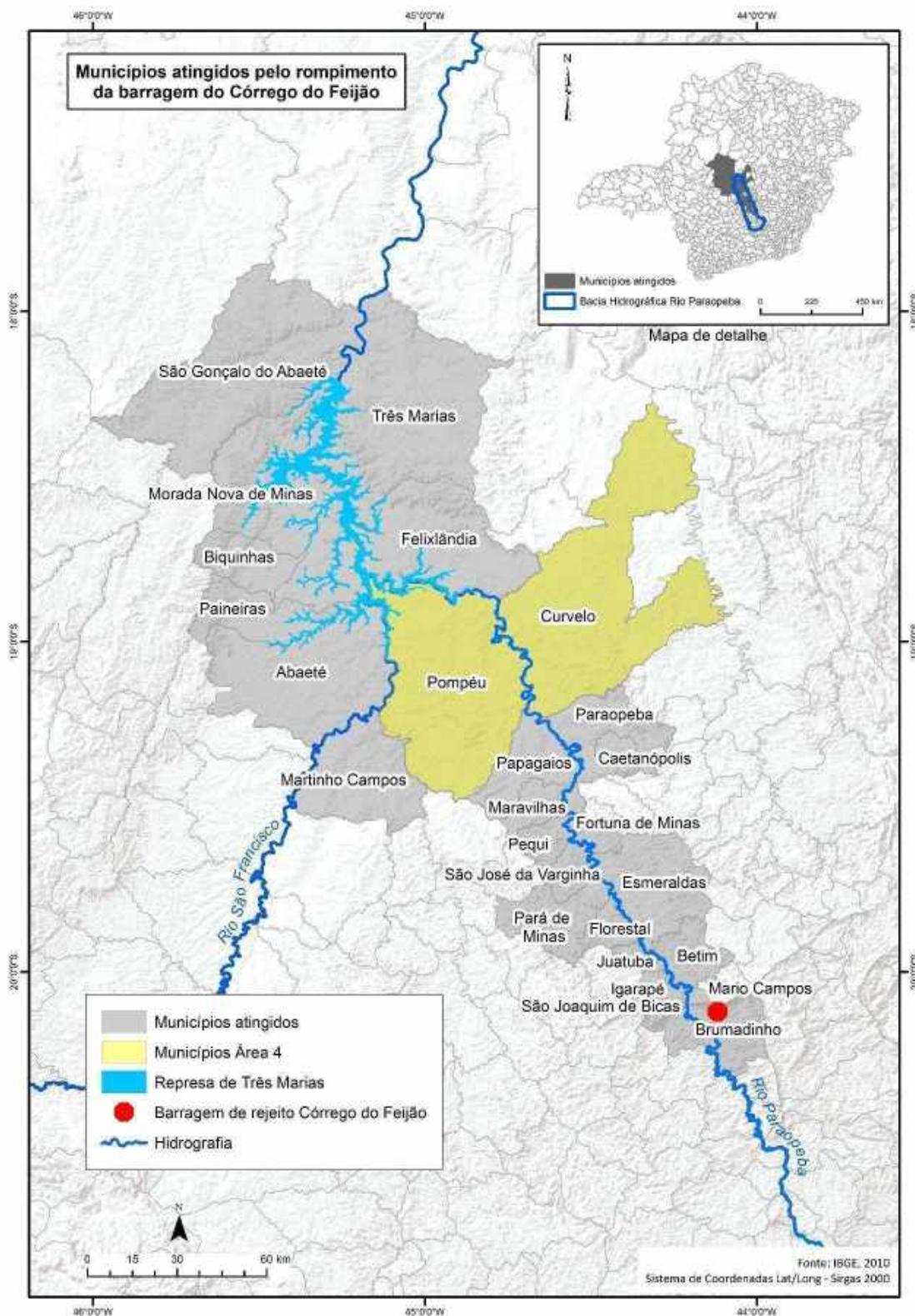
O processo seletivo da Assessoria foi feito por meio de Edital de Chamamento Público e a seleção realizada pelas comunidades, organizadas por meio de comissões, considerando a abrangência de 5 regiões que compreendem 26 municípios (*Mapa 1*) pré-estabelecido pelo MPMG, a saber: Região 1 - Brumadinho; Região 2 - Mário Campos, São Joaquim de Bicas, Betim, Igarapé e Juatuba; Região 3 - Esmeraldas, Florestal, Pará de Minas, Fortuna de Minas, São José da Varginha, Pequi, Maravilhas, Papagaios e Paraopeba; Região 4 - Pompéu e Curvelo; Região 5 - Demais municípios banhados pelo Lago da UHE de Três Marias (São Gonçalo do Abaeté, Felixlândia, Morada Nova de Minas, Biquinhas, Paineiras, Martinho Campos, Abaeté e Três Marias).

O Instituto Guaicuy foi eleito para atuar na região 4, território que compreende os municípios de Pompéu e Curvelo, a partir da votação das comissões de pessoas atingidas, no dia 14 de julho de 2019, no Auditório do Centro Federal de Educação Tecnológica – CEFET, Campus Curvelo/MG, com a presença de representantes das Instituições de Justiça. O Instituto Guaicuy obteve mais de 50% dos votos, em segundo turno de votação.

Segundo o edital, a Assessoria Técnica visa, de forma multidisciplinar, garantir o direito à informação, inclusive técnica, às pessoas atingidas, em linguagem adequada às características socioculturais e locais, bem como possibilitar a participação informada nos processos de reparação integral dos danos decorrentes do rompimento da barragem da Mina do Córrego do Feijão. Dessa forma, o presente documento pretende apresentar estratégias e mecanismos que irão fundamentar a atuação do Instituto Guaicuy, estruturados por meio da proposição de ações comprometidas em possibilitar o desenvolvimento de processos participativos pertinentes às realidades e contextos das comunidades que integram a problemática da reparação de danos na Área 4.



Mapa 1 - Municípios ao longo da bacia do Rio Paraopeba atingidos pelo rompimento da barragem de rejeito de minério da Vale S.A.



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)



2 SOBRE O INSTITUTO GUAICUY

O Instituto Guaicuy é uma entidade não governamental associativa, cultural e técnico-científica de fins não econômicos, criada no dia 20 de junho de 2000, com a finalidade de apoiar os objetivos do Projeto Manuelzão de desenvolver ações socioambientais, culturais e educativas voltadas para a preservação e recuperação ambiental, à promoção da saúde e à cidadania.

A bacia hidrográfica foi escolhida para área de atuação por ser um território sistêmico onde se dão as relações entre ambiente, sociedade e economia, que se refletem em diferentes campos inclusive na saúde coletiva. A saúde não deve ser tratada apenas como uma questão médica, mas tem haver diretamente com condições ambientais e de vida vivenciadas pelas pessoas em seus territórios, especialmente no que se refere à disponibilização de água em qualidade e quantidade. Para a realização dessas iniciativas o Instituto Guaicuy vem trabalhando com abordagens ecossistêmicas e críticas frentes às questões que envolvem os conflitos ambientais, tendo a água como eixo transversal. Essas abordagens estão intimamente ligadas à participação popular e ao empoderamento das populações nos seus territórios.

Ao longo dos anos, o Instituto Guaicuy/Projeto Manuelzão vem desempenhando atividades que buscam a abordagem multidisciplinar, intersetorial, interinstitucional e principalmente entre saberes populares e conhecimentos científicos, buscando articular a sociedade civil com o poder público e usuários de água, através da estruturação de Núcleos de mobilização populares para discussões socioambientais organizados por microbacias hidrográficas. Essa iniciativa, com abordagem participativa, resultou na criação dos 40 Núcleos, através dos quais se discute os conflitos pelo uso da água, a relação com as populações atingidas por grandes empreendimentos e pelo avanço das mineradoras sobre grandes áreas de produção de água. Tais grupos deram origem, e preencheram com participação da sociedade civil, 23 Subcomitês vinculados ao Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, fazendo com que a gestão das águas ocorra de forma participativa conforme preconiza a Política Nacional de Recursos Hídricos (Lei 9433/97). Evidencia-se, nesse processo, a importância de garantir às comunidades o direito à informação de qualidade, com linguagem adequada às características de cada localidade, assim como propiciar e garantir a verdadeira participação das comunidades nos espaços e processos de tomadas decisão.

O Instituto Guaicuy tem representações sociais em diversos fóruns participativos visando a criação de políticas públicas no qual destacam-se: Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas, Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas; Conselho do Parque



Estadual do Sumidouro; Parque Nacional Serra do Gandarela; Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais; Conselho Nacional e Estadual de Meio Ambiente; Conselho Nacional de Meio Ambiente, dentre outros.

Após o rompimento da barragem da Samarco/Vale/BHP sobre o Rio Doce, em 2015, o Instituto Guaicuy realizou expedições, mobilizações e estudos que interagiram com comunidades e entidades diversas para discutir os processos sociais neste contexto. Esse movimento se consolidou na luta pelo Projeto de Lei 3676/2016 “Mar de Lama Nunca Mais” sancionado como Lei Estadual 23291/2019, e na publicação do livro “Mar de Lama da Samarco na Bacia do Rio Doce: em busca de respostas”.

Com o rompimento da Barragem da Mina do Córrego do Feijão acometendo todo o rio Paraopeba, foi articulado, junto aos movimentos sociais em busca de apoio para as pessoas atingidas, o “Gabinete de Crise da Sociedade: Plataforma de Informação e Justiça Socioambiental”³ com o propósito de realizar a cobrança de responsabilidades e mudanças na legislação que geram crimes dessa magnitude.

Através de edital elaborado pelo Ministério Público do Estado de Minas Gerais para fornecer assessoria às pessoas atingidas atingidos, os moradores das Áreas 4 e 5, através das comissões de atingidos, escolheram o Instituto Guaicuy como assessoria técnica independente para atuar nestas áreas.

3 JUSTIFICATIVA

As consequências do rompimento da barragem de rejeitos de mineração da empresa Vale S.A para as comunidades da bacia hidrográfica do rio Paraopeba são complexas e dinâmicas. Compreender as múltiplas dimensões de danos e consequentemente de pessoas e comunidades atingidas, assim como compreender os direitos que foram violados, demanda perceber a complexidade dos processos sociais e históricos emergentes nesse contexto de conflito ambiental.

Cada sujeito e grupo social, a partir dos seus variados modos de vida, constroem vínculos afetivos, utilizam dos recursos naturais providos pelo rio com as mais variadas finalidades, de forma a edificar territórios e territorialidades que são cheias de sentido e de valor simbólico. Qualquer abordagem que considere aspectos pontuais e específicos como referência para o entendimento e definição dos atingidos pelo rompimento da barragem estará desconhecendo a amplitude da diversidade social e dos variados tipos de usos e

³ Acesso à página <http://gabinetedasociedade.org/>



importâncias que o rio Paraopeba desempenha para as pessoas e para as comunidades. O desastre provocado pelo rompimento da barragem de rejeitos de mineração da empresa Vale S.A., deve ser reconhecido como o deflagrador de mudanças sociais em várias dimensões e não apenas nos âmbitos patrimonialistas ou hídricos (VAINER, 2008).

Entender o conceito de atingido não tem apenas um caráter etimológico, mas tem um significado legal e social de percepção de pautas, temáticas e leituras de mundo que significa o respeito à legitimação de direitos de seus detentores à fins de reconhecimento, ressarcimento, indenização, compensação ou reparação não pecuniária do dano.

O conceito de atingido pode ser percebido a partir do território (e suas múltiplas territorialidades) e das variadas práticas sociais e que foram alteradas com o rompimento, impactando aspectos econômicos, culturais, de saúde e reprodução dos modos de vida. A assessoria técnica independente se torna necessária para buscar mobilizar todo o universo populacional que compreende pessoas e comunidades atingidas pelo rompimento das barragens localizadas na Mina Córrego do Feijão, no entendimento dos danos e na busca da reparação, alicerçando formas mais amplas do entendimento de atingido e que abarquem todas as comunidades e pessoas, com suas diferentes leituras de mundo.

A assessoria técnica independente é fundamental como meio de equalizar assimetrias econômico-políticas entre os atingidos e empresa ré (Vale S.A.) que possui recursos e inserção técnico-política desproporcional à realidade dos atingidos e das comunidades atingidas. A empresa Vale S.A. tem muitos meios de produzir informações, seja através da formação da opinião pública com grandes campanhas de marketing, seja por estruturação de pesquisa técnica e que influi na percepção social nas formas de se entender o dano e os impactos gerados a partir do rompimento. Adotando estratégias para a fragmentação das demandas coletivas e a individualização do dano, aviltando os direitos subjetivos pretendidos em troca da celeridade de uma injusta reparação/compensação.

A empresa, em seus acordos individuais, não considera as diversas dimensões sociais dos danos, construindo acordos feitos sob uma lógica patrimonialista que focam nos bens materiais perdidos ou depreciados. Mas isso é insuficiente para reparar as perdas e compensar a dor decorrente dos aspectos subjetivos da vida. É fundamental construir uma percepção do dano e do conceito de atingido a partir do protagonismo das pessoas e dos diferentes grupos sociais.

A construção do conceito de atingido pelo rompimento da barragem deve reconhecer todas as pessoas, as famílias, os grupos sociais e as comunidades que tiveram a sua forma de vida afetada nas mais variadas dimensões: fragilização dos vínculos afetivos de parentesco e de vizinhança, inviabilização ou diminuição da produção agrícola, restrição



ao uso dos recursos naturais, alterações na segurança alimentar e de lazer, geração de problemas de saúde física e mental, intensificação de vulnerabilidades sociais e diversas outras questões que apenas podem ser identificadas e elaboradas por meio da participação ampliada e informada de cada atingido e comunidade atingida.

Nessa perspectiva, conforme relatos de pessoas atingidas na Área 4 “*o rio para nós era tudo, nossa vida, nossa alegria. Quando estava triste, sentava na beirada do Rio*”. As múltiplas dimensões simbólicas do rio são produtos e produtoras de entendimentos sociais complexos e diversos.

“[...] o homem não é um ser abstrato, isolado, solto, desligado do mundo [...]”, assim como também não existe um “[...] mundo como uma realidade ausente dos homens”. O território usado pelos homens é um conjunto de inter-relações em que “[...] consciência e mundo se dão simultaneamente. Não há uma consciência antes e um mundo depois e vice-versa” (FREIRE, 1987, p. 70).

Entender essa multiplicidade social implica ainda em “*considerar que há dimensões não estritamente pecuniárias ou materiais. Há perdas que são resultantes da própria desestruturação de relações prevalentes, da eliminação de práticas de perdas de valores e recursos imateriais (religiosos, culturais)*”. (VAINER, 2008, p. 40).

Entende-se por atingidos, portanto, toda pessoa ou grupo social que sofreu qualquer alteração na sua vida, em diferentes dimensões temporais e espaciais, em uma abordagem abrangente e tão múltipla quanto a diversidade social. Essa concepção é uma condição para se pensar as diferentes necessidades de ações para a recomposição da qualidade de vida nesses territórios, através da justa reparação e da compensação pelos danos causados.

Esse entendimento apenas será melhor e efetivamente construído com as comunidades e pessoas atingidas a partir da atuação da assessoria técnica independente, em campo e possibilitando formas de diálogo e meios para facilitar a compreensão dos diferentes sujeitos em seu reconhecimento enquanto atingido, de forma a possibilitar autonomia para a construção de um justo processo de reparação de danos.

De acordo com o direito internacional dos direitos humanos, indivíduos que sofrem graves violações não devem ser vistos apenas como receptores de medidas de reparação, devendo também participar ativamente da criação, avaliação e operação desses mecanismos. Isso é particularmente importante em casos de violações de direitos humanos cometidos por empresas, tendo em vista a necessidade de equilibrar as assimetrias existentes entre elas e as pessoas atingidas. É importante, ainda, que a participação ocorra antes mesmo do início da implementação das medidas de reparação, para que as partes apontem conjuntamente qual será o modelo de reparação adotado. Portanto, às pessoas atingidas deve ser dada a oportunidade de efetivamente influenciar a concepção e execução dos processos de remediação e de determinar quais medidas são adequadas para reparar toda a gama de danos por elas sofridos. Para que



essa participação seja livre e informada, as comunidades atingidas também devem ter pleno acesso a informações relevantes sobre os danos por eles sofridos, mecanismos de reparação disponíveis, bem como sobre todos os recursos jurídicos, médicos e psicológicos existentes. (CONECTAS DIREITOS HUMANOS, 2018, p. 9).

Diante da complexidade das abordagens apresentadas, o Instituto Guaicuy define que a assessoria técnica independente reconhece a dimensão e a complexidade do conflito ambiental e a necessidade de utilizar metodologias apropriadas para construir e mediar um processo dialógico, inclusivo e participativo para a construção de um justo processo de reparação, garantindo protagonismo e controle social dos atingidos em suas ações e atividades.

As ações propostas são instrumentos de interação e de diálogo com as comunidades afetadas e tem a finalidade de promover condições adequadas para participação ativa e ampliada das pessoas atingidas, garantir acesso à informação de confiança e definir conjuntamente estratégias para equacionar as assimetrias técnicas e informacionais entre as diferentes pessoas e grupos sociais, estruturando processos de tomada de decisão que garantam a defesa dos direitos fundamentais e coletivos.

Para tanto, justifica-se a necessidade da promoção de uma participação social ampliada e efetiva, que se estrutura a partir da construção de um ambiente de reciprocidade e de confiança entre os sujeitos, as comunidades e a assessoria técnica. O reconhecimento dos diferentes interesses, a formação da consciência coletiva e o diálogo constante que só se efetiva com a assessoria independente e que reconhece nos atingidos seus direitos, suas potencialidades e demandas.

A assessoria técnica fomenta e constrói espaços de diálogo, aproximação, encontro, para potencializar a interação entre diferentes conjuntos de ideias, conceitos e entendimentos dos danos e das possibilidades de reparação e de compensação. É a construção de um processo de diálogo intimamente ligado às dinâmicas educativas e comunicativas, que entende o povo como protagonista e destinatário principal das formas de comunicação e de diálogo propostas.

A assessoria atua em uma perspectiva que busca *“alterar o injusto, alterar o opressor, alterar a inércia histórica que impõe dimensões sufocantes, através de uma vocação libertadora que se nutre por uma multiplicidade de experiências comunicativas”*. (PERUZZO, 2008, p. 48). Aproximando-se das leituras das propostas pedagógica freirianas, que sustentam conceitos e práticas são perpassadas por princípios como o do diálogo para a prática da liberdade; criticidade; aderência à realidade e para a transformação social. (PERUZZO, 2017).



É, portanto, a partir dos entendimentos sobre o conceito de pessoas atingidas e do papel das assessorias técnicas independentes, à luz da garantia da participação, da educação e da comunicação popular, que se justifica a necessidade das assessorias técnicas independentes atuarem em campo.

4 OBJETIVO GERAL

O presente plano de trabalho apresenta as formas e as ações que serão desenvolvidas pelo Instituto Guaicuy, durante as atividades de Assessoria Técnica na Região 4 (Curvelo e Pompéu), e que têm como objetivo garantir, de modo transdisciplinar, o direito à informação, inclusive técnica, às pessoas atingidas, em linguagem adequada às características socioculturais e particularidades locais, possibilitando a interface dos substituídos processuais com seus substitutos através da participação informada nos processos de mobilização social, inclusive para a produção de prova técnica de identificação e mensuração dos danos decorrentes do Rompimento da barragem B-I e do soterramento das barragens B-IV e BIV-A da mina Córrego do Feijão – pertencentes à empresa Vale S.A visando a reparação integral.

4.1 Objetivos Específicos

1. Acolher as demandas, as dúvidas e os questionamentos apresentados pelas pessoas e pelas comunidades atingidas, apoiando encaminhamentos, atividades e ações necessárias para o processo de reparação;
2. Fortalecer o envolvimento e a mobilização das pessoas e das comunidades atingidas pelo rompimento da barragem, na construção popular de formas, metodologias e estruturas necessárias, garantindo o respeito à diversidade e às particularidades sociais e singulares das localidades;
3. Construir junto às pessoas atingidas formas e prioridades de trabalho adequadas às diferentes realidades sociais e particularidades locais, de forma a garantir a inclusão ampla e irrestrita das pessoas atingidas no processo de reparação;
4. Identificar, reconhecer e valorizar os diferentes conhecimentos e saberes populares possibilitando trocas de conhecimentos;
5. Dialogar, junto às pessoas e às comunidades atingidas, dados e informações geradas pelas comunidades, por órgãos públicos, por instituições privadas e pela assessoria



técnica e que contribuam para o entendimento dos diferentes danos gerados a partir do rompimento da barragem;

6. Subsidiar os autores processuais na produção da prova técnica para identificar e mensurar os danos suportados visando a reparação integral a partir da visão e fala da comunidade e pessoas atingidas.
7. Quesitar complementarmente o planejamento e condução de pesquisas proposto pelo Comitê Técnico da UFMG instituído pelo douto Juízo da 6ª Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte, tendo em vista a configuração das ATIs como assistentes técnicos dos autores.
8. Facilitar junto aos atingidos a formulação de novos critérios de elegibilidade ao recebimento de auxílio emergencial, bem como dos meios de verificação; identificar possíveis descumprimentos na aplicação dos critérios anteriores e futuros.

5 CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DA ÁREA 4: COMUNIDADES DE POMPÉU E CURVELO

Os municípios que compõe a Área 4 – Pompéu e Curvelo – localizam-se na região do baixo curso da bacia do rio Paraopeba, na mesorregião Central Mineira, situada no bioma do cerrado, cujo uso e ocupação é baseado na agricultura e pecuária. Embora sejam municípios que têm apresentado crescimento econômico, como a maioria dos municípios brasileiros, ainda apresentam vulnerabilidade proveniente da desigualdade social. Com cerca de 36% da população vulnerável à pobreza, os municípios atingidos apresentaram no ano de 2010 (IBGE, 2010) renda abaixo de R\$255,00 por mês. A efeito de contextualização, a síntese dos dados sociodemográficos desses municípios se encontra no Quadro 1.

Quadro 1 - Dados Sociodemográficos e Contexto Regional dos Municípios

DADOS	CURVELO	POMPÉU
População total (IBGE, 2019)	80.129	31.812
Área (km ²)	3296,20	2551,07
Densidade Demográfica	25,50	11,41
Expectativa de vida	76,1	75,05
População rural	9,21%	11,56%



IDH	0,713	0,689
Renda per capita	581,65	598,83
Extremamente pobres (renda domiciliar per capita igual ou inferior a 70,00)	2,07%	2,36%
Pobres (renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$140,00)	12,10%	10,03%
Vulneráveis à pobreza (renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$255,00 mensais)	35,78%	35,57%
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	37,96%	40,72%
% de mães chefes de família sem ensino fundamental e com filho menor, no total de mães chefes de família	16,8%	18,26%

FONTE: IBGE (2019), PNUD et al (2013).

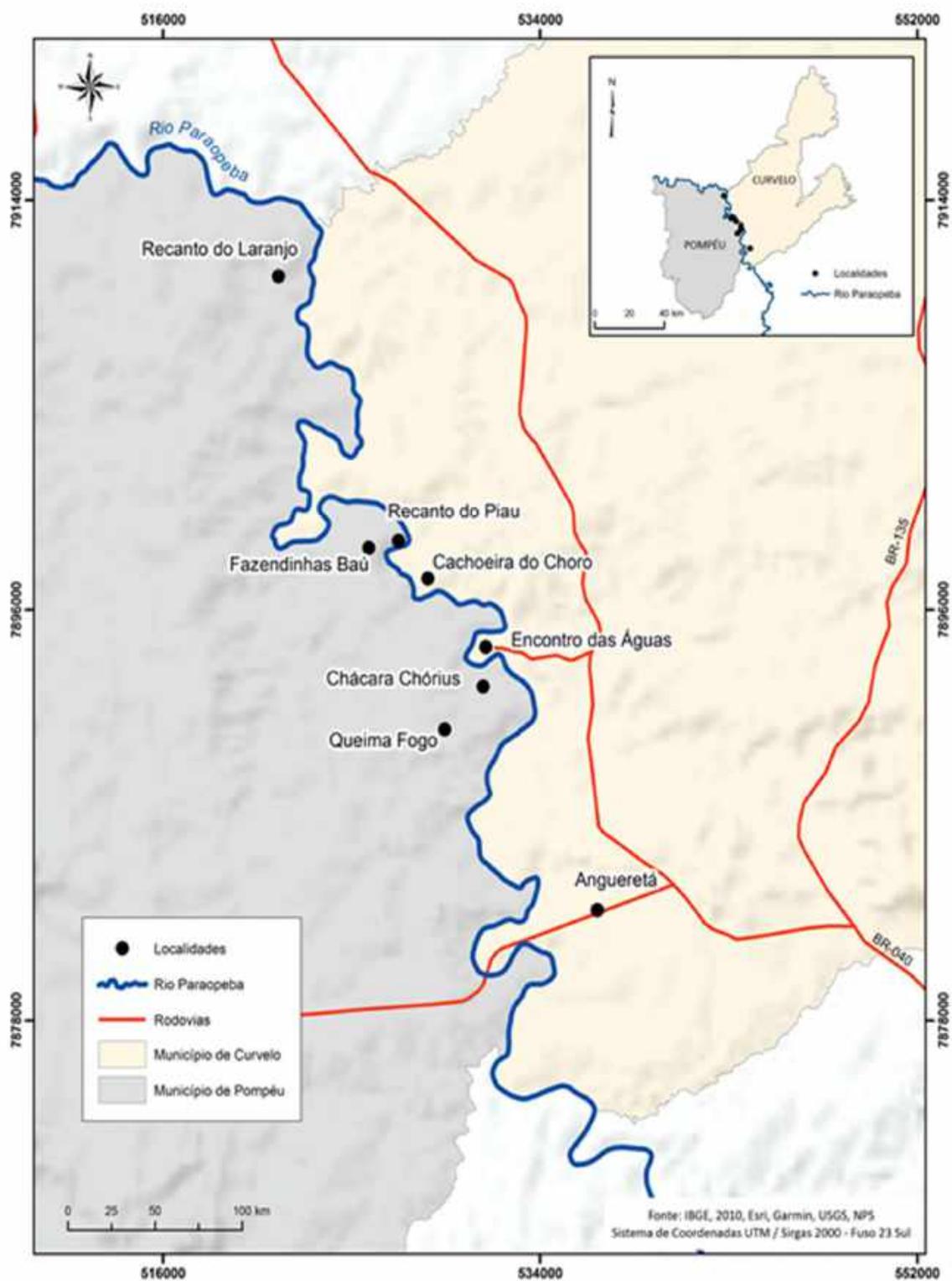
O município de Curvelo possui uma área de 3.298,2 km² e apresenta uma população estimada de 80.119 habitantes, segundo IBGE (2019). A densidade demográfica é de 25,5 habitantes por km², e apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano - IDH⁴ elevado, de 0,713. Segundo o censo demográfico do IBGE de 2010, o município apresentava 9,21% da sua população em área rural, onde se encontram as comunidades, inicialmente mapeadas pelo Ministério Público (MP), atingidas pelo rompimento da barragem: Anguereté, Cachoeira do Choro e Condomínio Encontro das Águas.

Já o município de Pompéu apresenta população estimada em 31.812 habitantes (IBGE, 2019) distribuídos em uma área de 2.551,07 km². O IDH do município é de 0,689, considerado médio. Apresenta densidade demográfica de 11,41 habitantes por km², sendo que 11,56% se encontra em área rural, onde se situam as localidades atingidas pelo desastre e que foram inicialmente identificadas pelo MP, sendo elas: Projeto de Assentamento (PA) Queima Fogo, Recanto do Piau, Chácara do Chórius, Fazendinhas Baú I, II e III e Condomínio Recanto do Laranjo. O Mapa 2, a seguir, mostra a localização das comunidades atingidas na Área 4.

⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento (<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0.html>).



Mapa 2 - Localidades atingidas na Área 4



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.

A seguir, apresentamos percepções preliminares acerca das comunidades da Área

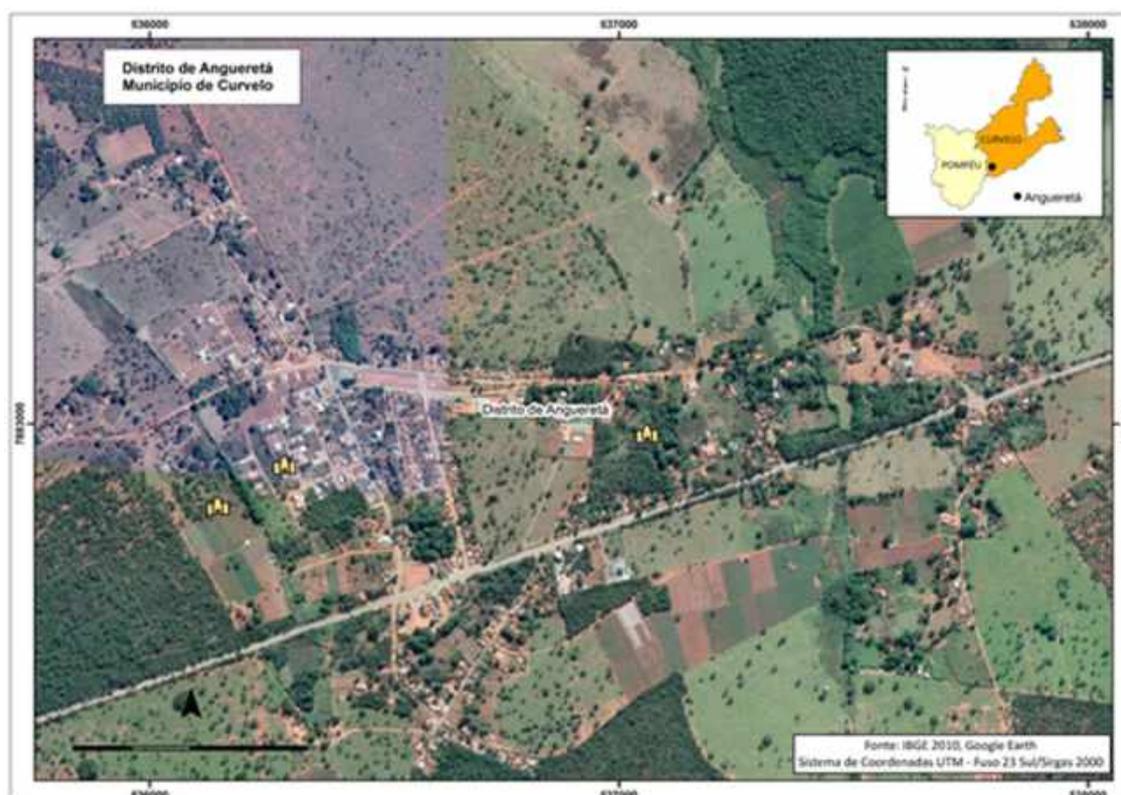
4.



5.1 Angueretá

A comunidade de Angueretá apresenta 456 unidades familiares, cuja estimativa totaliza 1824 habitantes. Além do uso do rio Paraopeba para pesca, lazer e turismo a comunidade foi afetada especialmente em função do fim do comércio local, uma vez que ela se encontra nas margens da rodovia MG-420, e o movimento das pessoas, turistas e pescadores devido ao uso do rio, que era o principal fator de aquecimento da atividade comercial. Com o fim do comércio toda cadeia produtiva da comunidade foi afetada.

Figura 1 - Comunidade de Angueretá



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.

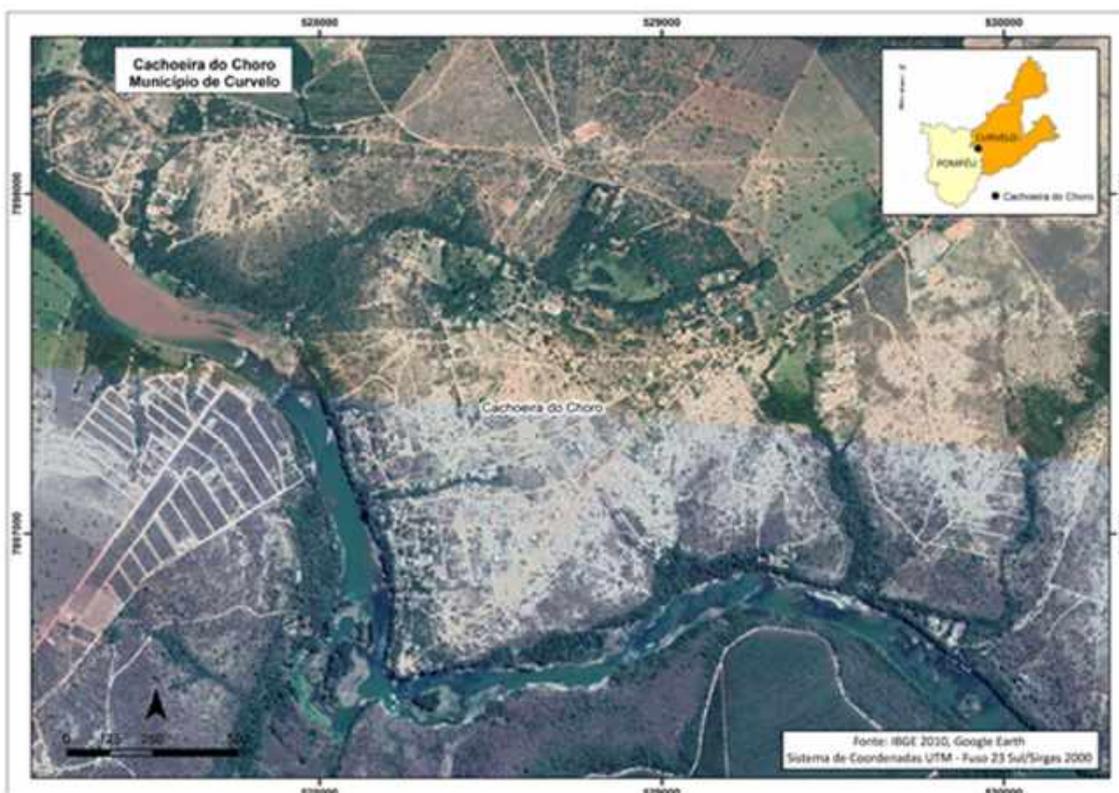
5.2 Cachoeira do Choro

Localizada às margens do Rio Paraopeba, a comunidade apresenta uma estimativa de 386 moradias, totalizando cerca de 1544 habitantes. A região de Cachoeira do Choro sofre diretamente os impactos negativos em decorrência do rompimento da barragem de rejeitos, uma vez que devido à proximidade com o rio, apresentava grande movimento turístico em função da cachoeira, das áreas de lazer e da pesca artesanal. No local, além do abalo na saúde física e mental dos moradores, problemas com dessedentação de animais, com o cercamento das áreas no entorno do rio impedindo o ir e vir, assim como



queda total do turismo local tem provocado danos consideráveis na economia local e consequentemente na saúde dos seus moradores.

Figura 2 - Comunidade de Cachoeira do Choro



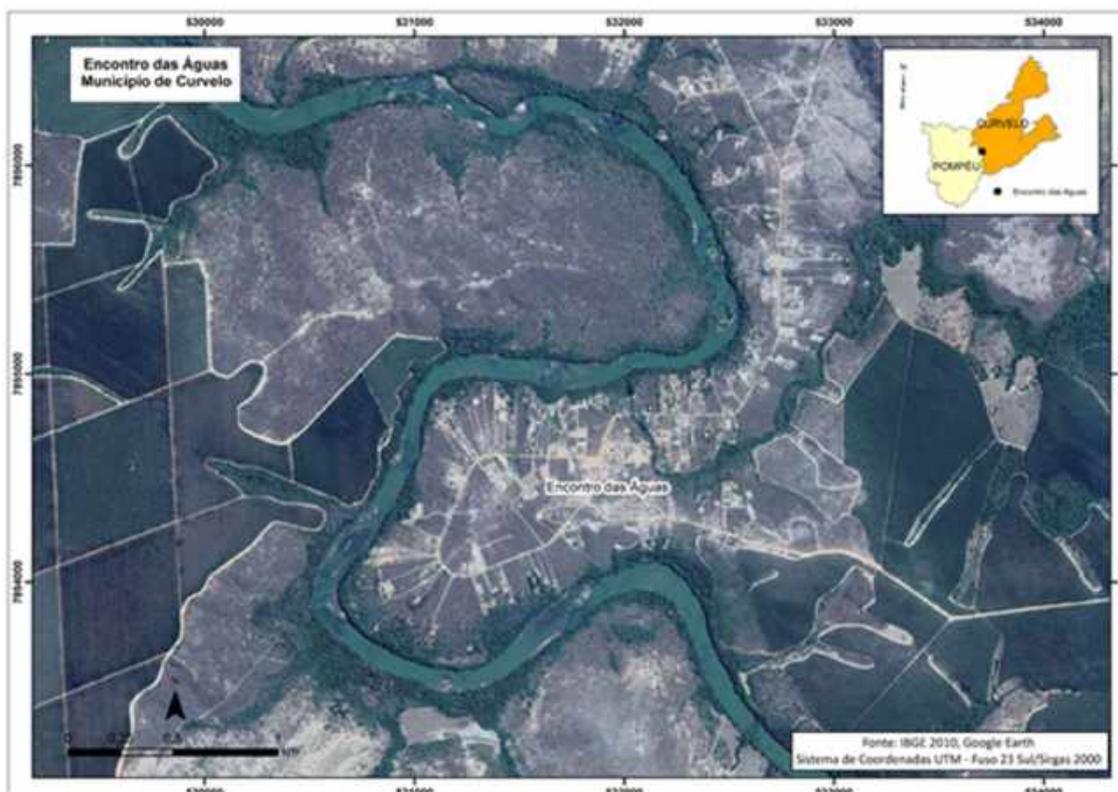
Fonte: Instituto Guaicuy, 2019

5.3 Condomínio Encontro das Águas

Localizado às margens do Rio Paraopeba, estima-se que o Condomínio Encontro das Águas é composto por 140 moradias e, de acordo com a metodologia proposta, 560 habitantes. A comunidade sofre com a impossibilidade de utilizar o rio, tanto para lazer e pesca, quanto para as diferentes formas de consumo da água, como exemplificado pelo morador que cultiva pimenta do qual retira seu sustento. Os moradores viam em suas casas a realização de um sonho de vida e a oportunidade de um local para descanso e diversão com a família, como demonstrado nas falas: *“tínhamos diversão e natação no rio”*, *“família que vinha no rio”*, *“tínhamos visitas dos amigos por causa do rio”* (moradores do Encontro das Águas, 2019), deixou de ter seu principal atrativo, a vida no entorno do rio.



Figura 3 - Comunidade Encontro das Águas



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.

5.4 Queima Fogo e Chácara Chórios

Essas localidades são dois Projetos de Assentamentos (PAs) instituídos dentro do Programa Nacional de Reforma Agrária, compostos por famílias assentadas que vivem basicamente da renda da terra através de cultivos agrícolas, produção animal e da pluriatividade. São comunidades rurais que vivem em regime de Agricultura Familiar e que dependiam do rio em diversos aspectos, desde irrigação simplória, fornecimento de água aos animais, pesca, e até mesmo para consumo doméstico. Pelo perfil das comunidades rurais pode-se caracterizá-las como de baixo IDH, de condições precárias e de reduzido acesso às políticas públicas sociais básicas, como saúde, educação e assistência social.



Figura 4 - Comunidades do Queima Fogo e Chácara Chórius



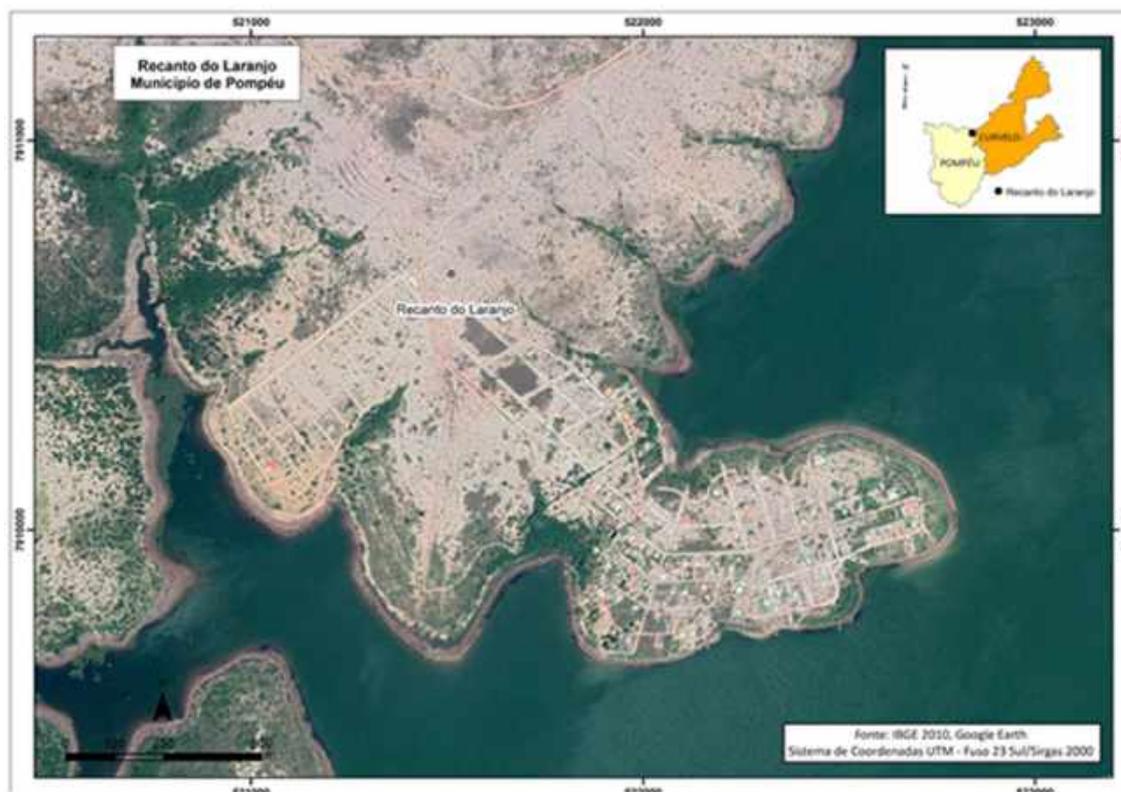
Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.

5.5 Recanto do Laranjo

Localizado às margens da represa da Usina Hidrelétrica Retiro Baixo, estima-se que o Condomínio Recanto do Laranjo é composto por 221 unidades habitacionais, totalizando 884 pessoas. Caracterizado como um local ideal para a prática de lazer e pesca, a população residente e sitiante do condomínio sofre com a impossibilidade de utilizar a represa para estes fins e, também, para os diferentes usos da água. Assim como nas demais localidades, a população também foi afetada pela grande desvalorização dos terrenos e por diversos prejuízos no convívio familiar e social.



Figura 5 - Comunidade do Recanto do Laranjo



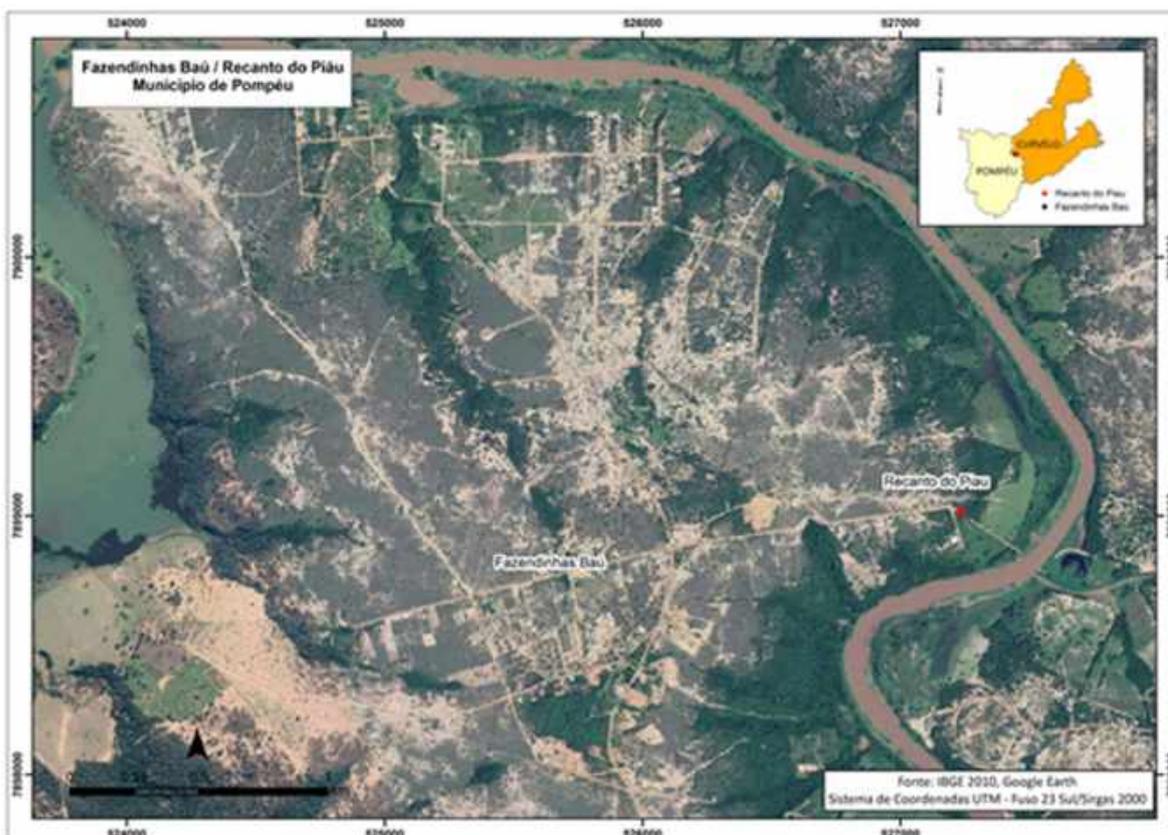
Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.

5.6 Fazendinhas Baú e Recanto do Piau

Localizadas nas proximidades do Rio Paraopeba, as comunidades Fazendinhas Baú I, II e III e Recanto do Piau são áreas com pouca infraestrutura. Juntas, estima-se que as duas localidades possuem aproximadamente 122 residências, totalizando 488 pessoas, de acordo com a metodologia citada anteriormente. A distribuição das moradias é dada de maneira muito espaçada, o que dificulta a criação de um local de referência para as pessoas atingidas. Após o rompimento da barragem de rejeitos, os moradores sofrem com a impossibilidade de práticas de lazer como nadar e pescar no rio, além da redução na qualidade de vida, motivada por prejuízos nas relações familiares e sociais e sentimentos de tristeza e tédio. Além disso, os moradores tiveram importantes fontes de renda comprometidas, como o comércio e o cultivo e produção de alimentos. Assim como nas demais localidades, as propriedades do Recanto do Piau e da Fazendinhas Baú sofreram grande desvalorização econômica.



Figura 6 - Comunidade da Fazendinhas Baú



Fonte: Instituto Guaicuy, 2019

As características físicas dos territórios que as imagens e descrições apresentam, assim como as percepções iniciais aferida nos trabalhos realizados em campo, afirmam a predominância do ambiente rural, as características etnobotânicas do cerrado e a proximidade de todas as comunidades com o rio Paraopeba. Neste contexto é imprescindível que a construção deste plano de trabalho seja feita a partir da vivência e visões das pessoas atingidas, a partir dos seus modos de vida peculiares, que possuem a centralidade da vida ligada ao Rio. E que assim possam, eles mesmos decidirem sobre os rumos do processo de reparação dos danos causados pelo desastre provocado pelo rompimento da Barragem B-I e soterramento das barragens B-IV e B-IV-A da Minas córrego do Feijão da mineradora Vale S.A.

Além das comunidades apresentadas neste plano e mapeadas pelo Ministério Público, vê-se a necessidade de realizar busca ativa no território para identificar e caracterizar grupos populacionais que tiveram sua renda, meios de subsistência, e/ou modo de vida comprometidos, ou que tenham sofrido ou venham a sofrer qualquer tipo de dano por fatos decorrentes do rompimento, conforme previsto no Item 1.4 do edital que deu início ao processo de escolha da Assessoria Técnica Independente.



6 PÚBLICO POTENCIAL DA ATI

Considerando a realidade das localidades da Área 4, foram calculadas estimativas domiciliares e populacionais obtidas por meio de informações geradas pela vetorização das edificações utilizando imagem *Google Earth* e do *Software Arcgis*. Foram mapeadas o topo de cada edificação identificada.

A estimativa populacional foi realizada considerando que a região abrangida pelos municípios apresenta, segundo o IBGE (2010), aproximadamente 4 habitantes por domicílio. Com isso, obteve-se a estimativa de residências e população que estão apresentados no *Quadro 2*, a seguir.

Quadro 2 - Estimativa de residências e população, por localidade

Localidade	Número estimado de residências	Número estimado de população
Angueretá	456	1824
Cachoeira do Choro	386	1544
Encontro das Águas	140	560
PA Queima Fogo e Chácara Chórios	52	208
Recanto do Laranjo e Canto da Siriema	280	1120
Fazendinhas Baú e Recanto do Piau	122	488
Total	1436	5744

Fonte: Instituto Guaicuy, 2019.

As atividades da assessoria técnica foram, portanto, dimensionadas para atendimento a uma população estimada em 5.744 pessoas. É preciso destacar que essas informações são preliminares, obtida para elaboração deste Plano de Trabalho, que prevê realizar busca ativa para identificar eventuais populações atingidas não identificadas previamente pelo Ministério Público. Desta forma, caso se identifique aumento no



quantitativo das populações atingidas será necessário recalcular o custo do Plano de Trabalho para atendimento às populações não previstas nesta estimativa.

7 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

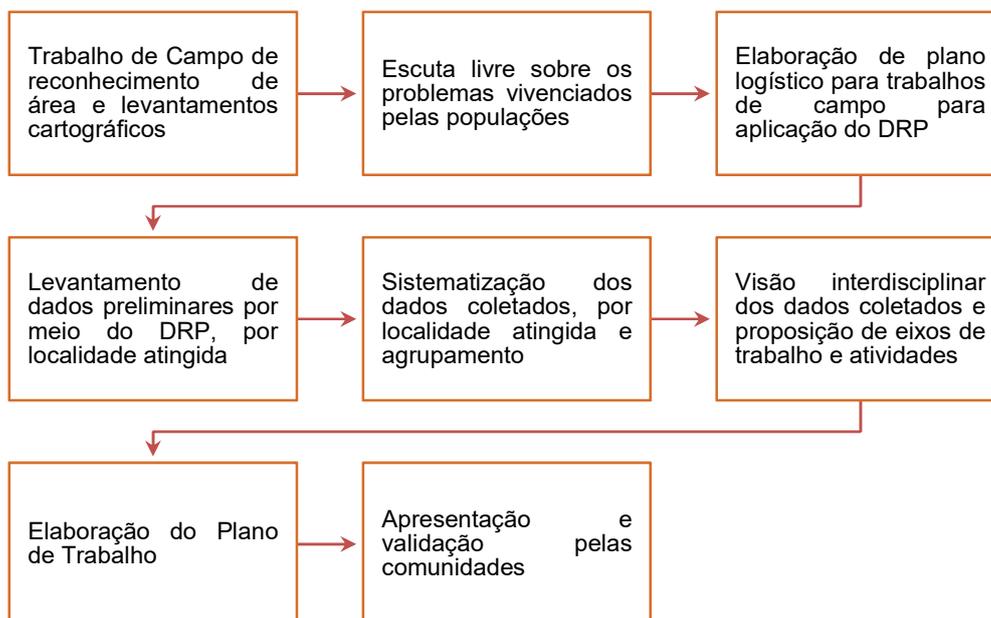
Com o objetivo de conhecer de forma preliminar as realidades das comunidades e estabelecer primeiro contato com as pessoas atingidas, foram realizados dois trabalhos de campo anteriores à eleição da assessoria técnica independente pelas comissões de atingidos. Na ocasião, iniciou-se o processo de reconhecimento da Área 4, com levantamento cartográfico, reconhecimento dos grupos organizados locais e, principalmente, escuta livre das pessoas. Após ser eleito pelas comissões de atingidos, em 14 de julho de 2019, a equipe do Instituto Guaicuy realizou outros trabalhos de campo, com diferentes objetivos. As idas a campo foram possíveis com a utilização do valor financeiro depositado a partir da homologação da eleição pelo Juiz da 6ª Vara de Fazenda Pública de Belo Horizonte. O depósito financeiro ocorreu no dia 21 de agosto de 2019.

A partir da necessidade de entendimento das especificidades de cada comunidade, e dada a distância e as condições físicas entre as mesmas, foram realizados estudos preliminares de reconhecimento da área através de Google Earth. Os acessos às comunidades foram validados em campo com o objetivo de reconhecer pontos estratégicos de apoio em cada local e identificar as melhores rotas de acesso, para, assim, elaborar um modelo de logística para o início dos trabalhos de campo toda equipe do Instituto Guaicuy para coleta de dados e informações para elaboração do Plano de Trabalho.

Os passos realizados pela equipe do Instituto Guaicuy no processo de construção participativa do Plano de Trabalho estão apresentados na figura a seguir.



Figura 7 - Fluxograma metodológico da elaboração do Plano de Trabalho



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)

O Diagnóstico Rápido Participativo

Para a elaboração do Plano de Trabalho foi desenvolvida uma pesquisa social qualitativa através do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), com base na ampla experiência acumulada pelo Instituto Guaicuy e sua equipe técnica, ao longo de seus mais de vinte anos atuando com metodologias participativas junto às populações ribeirinhas. A escolha desta abordagem se deve pelo entendimento de que um processo participativo deve proporcionar a oportunidade de os sujeitos sociais serem protagonistas da leitura de sua própria realidade.

Por meio de metodologia participativa oriunda do método Zopp⁵, utilizada no Chile pelos educadores populares, foi empregado o Diagnóstico Rápido Participativo (DRP), técnica reconhecida e muito utilizada no Brasil em processos de diagnóstico e planejamento rural. Segundo Souza (2009) o DRP tem origem nos trabalhos de Robert Chambers, nos Estados Unidos. Para este autor a *“metodologia prega, além da maior rapidez na obtenção de dados importantes para a promoção do desenvolvimento socioeconômico de populações*

⁵ O Zielorientiert Projectplanung (ZOPP) ou método de Planejamento de Projeto Orientado por Objetivos é uma técnica de planejamento de intervenção social, criada e desenvolvida pela Sociedade Alemã de Cooperação Técnica na década de 1980 para atender à necessidade de ações mais efetivas ligadas aos fatores mais próximos às causas dos problemas, identificados por meio da escuta cuidadosa das pessoas envolvidas e beneficiadas pelos projetos sociais, como gestores, grupos beneficiários e técnicos responsáveis pela implementação, para construção conjunta de decisões.



rurais, a participação ativa dos beneficiários envolvidos no processo e uma multidisciplinaridade técnica". (SOUZA, 2009, p. 35).

A metodologia foi selecionada para a elaboração do presente plano em função da sua característica de representar um processo aberto, sobre o qual é possível construir novos caminhos e técnicas, de acordo com a realidade local. O DRP, além de ser um instrumento de pesquisa, traduz e constrói-se com os elementos das culturas locais através das falas, dos desenhos, dos relatos, dos causos e das oralidades. Nessa metodologia, em contraponto à pesquisa estruturada do questionário, que para os entrevistados torna-se, na maioria das vezes invasiva e coercitiva, o DRP é bem acolhido pelas comunidades devido à linguagem lúdica que utiliza a postura dialógica e acolhedora dos entrevistadores. Assim o DRP através de vivências, dinâmicas e trabalhos em grupo vai construindo um sistema de representações, de símbolos, em uma base de dados humanizada, a partir das representações da cultura do grupo a que pertence. Outro aspecto importante é que o DRP promove a capacidade reflexiva sobre os efeitos de vida cotidianos, capacidade de criar e recriar não somente objetivos materiais, mas também, e fundamentalmente, criar e recriar formas novas de vida, bens imateriais e de convivência social.

A ocupação de território se dá à luz da legalidade, comunidades foram e estão sendo afetadas e necessitam ser ouvidas e serem reparadas. A escuta comprometida com metodologias de pesquisa empírica, através do DRP, possibilitou que as pessoas atingidas colocassem suas expectativas e desejos em relação aos trabalhos que deverão ser realizados pela assessoria técnica Guaicuy.

A participação por meio da escuta e da promoção da fala individual tem o potencial de aproximar as pessoas que se viam representadas nas falas do colega. A participação popular, nesse contexto, busca valorizar a possibilidade de trazer para o Plano de Trabalho visões de mundo que levem os sujeitos envolvidos a refletir sobre a própria prática e a definir os caminhos que desejam para a reparação integral dos danos causados pelo desastre. Alguns relatos individuais feito pelas pessoas atingidas merecem destaque. Quando perguntados "o que tinham antes do desastre", na comunidade de Cachoeira do Choro, por exemplo, responderam:

Tínhamos lazer, saúde, paz, unidade familiar e recurso.

A alegria do lazer da pescaria, riachos e rios, os peixes que também eram alimento, e o encontro dos familiares...

Um rio saudável!

Acesso direto à água, banho, limpeza, irrigação, amigos para reflexão, pesca, frutas... (Moradores de Cachoeira do Choro, 2019)

As falas demonstram que os sentimentos de perda vão muito além da perda econômica, mas têm a ver também com formas de viver que só essas pessoas



compreendem, pois são a vida delas, o cotidiano delas, e só com a participação delas poderemos ter a ideia de um processo de reparação integral dos danos causados pelo rompimento da barragem de rejeitos da mineradora Vale S.A. Participar é tomar parte das tomadas de decisões e acompanhar os resultados obtidos de forma dialógica e emancipatória. Neste Plano de Trabalho, o diagnóstico rápido participativo pressupõe produzir conhecimento com as pessoas atingidas, a partir

de um trabalho intelectual e um trabalho político. E também um trabalho emocional porque pressupõe o inconformismo perante uma carência decorrente do carácter incompleto ou deficiente de um dado conhecimento ou de uma dada prática (SANTOS, 2008, p. 129).

O carácter insuficiente é a falta de informações pelas comunidades de todos os danos sofridos, em tudo que foram lesados e futuramente ainda serão. Há muitas incertezas vividas e expressadas pelos moradores: *“temos hoje incerteza em relação à contaminação da horta e da água. Não tem mais lazer, não se pode usar a água para irrigação, não pode comer os peixes...”* (morador Fazendinhas Baú, agosto de 2019).

As técnicas do diagnóstico rápido participativo buscam valorizar o processo de obtenção de informações. É importante que este processo seja, ele mesmo, um fator de formação e discussão política no seio da comunidade atingida. Os dados devem ser utilizados, principalmente, pela própria comunidade.

Na realização dos primeiros encontros com as comunidades e pessoas atingidas da Área 4, estiveram presentes: Angueretá – 29 pessoas; Fazendinhas Baú – 36 pessoas; Cachoeira do Choro – 204 pessoas; Encontro das Águas – 15 pessoas; PA Queima Fogo – 32 pessoas; Recanto do Laranjo – 91 pessoas. A *Figura 8*, a seguir, mostra o DRP realizado na Cachoeira do Choro:



Figura 8 - Apresentação dos resultados dos grupos que realizaram uma das etapas do DRP, no dia 16 de agosto de 2019, em Cachoeira do Choro



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)

As técnicas de DRP utilizadas foram os Mapas Mentais, as Matrizes Realidade Desejos e alguns relatos individuais, que foram aplicadas nas seis comunidades visitadas na Área 4 nos dias 15, 16 e 17 de agosto e 05 de setembro de 2019.

Estratégias de coleta de dados

- Mapa Mental

O Mapa Mental é uma vivência do DRP que busca apreender a percepção e conhecimento que os indivíduos e grupos têm do espaço em que vivem. Um roteiro semiestruturado conduz os questionamentos que são realizados pela equipe facilitadora. Os mapas mentais são representações do espaço vivido e percebido, com suas formas, histórias concretas e simbólicas, cujo imaginário é reconhecido como uma forma de apreensão do lugar. Os mapas mentais revelam como o lugar é compreendido e vivido. Na elaboração do mapa mental, a os participantes discutiram como era antes do rompimento da barragem e como ficou depois do rompimento, e fizeram desenhos retratando essas vivências (Figura 9).



Figura 9 - Apresentação dos resultados dos mapas mentais



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)

- Matriz Realidade Desejo

A Matriz Realidade Desejo, também é uma vivência para coleta de dados do DRP, sendo uma maneira de compreender de forma preliminar os pontos principais demandados pelas pessoas atingidas, para posteriormente serem aprofundados. No desenvolvimento do DRP esta técnica foi adaptada em linguagem adequada, em uma matriz na qual foi solicitado que os participantes identificassem “o que tinham” antes do rompimento da barragem, “o que temos” depois do rompimento da barragem e o “que queremos” como reparação dos danos causados. Assim foram pautados de forma democrática os principais problemas vivenciados (impactos sofridos, realidade), assim como as possíveis alternativas para solução (desejo).

Figura 10 - Matriz Realidade Desejo realizada no Fazendinhas Baú



Fonte: Instituto Guaicuy (2019)



Importante estratégia de mobilização de subjetividades, cujo processo possibilita a expressão de sentimentos e emoções reprimidas, cuidando simultaneamente de expressões reivindicativas do coletivo e emocionais. No relato sobre “o que tinham”, os moradores demonstram o que sentem falta: *“Tínhamos segurança em relação à qualidade da água e dos poços”*. (Moradores de Cachoeira do Choro, 2019). *“Tínhamos qualidade de vida, valorização do imóvel, área de lazer”*. (Moradores de Cachoeira do Choro, 2019).

A reflexão sobre a realidade é primordial para o sucesso do planejamento. O papel do facilitador é de estimular a discussão de cada tema, ajudando os participantes a levantarem as principais dificuldades e potencialidades de cada área e suas possíveis soluções. A fala da moradora atingida ao ser perguntada sobre “o que querem”, é reveladora: *“Dignidade, rio limpo, renda, possibilidade de voltar a produzir”*. (moradora Fazendinhas Baú, 2019).

Essa abordagem possibilita levantar expectativas, formas e processos de como realizar a reparação dos danos, assim como levantar a história da organização sócio espacial. Moradores da Fazendinhas Baú, falam de sua expectativa: *“Quero o rio de volta e o prazer de pescar! (morador Fazendinhas Baú, 2019)”*. *“Quero reparo por desvalorização do terreno”*. (morador Fazendinhas Baú, 2019).

As informações e os dados coletados a partir da aplicação das metodologias apresentadas foram sistematizados, possibilitando o conhecimento preliminar dos principais problemas vivenciados por cada localidade, levando a compreender de forma inicial os impactos na vida das populações e apontando as aspirações desejadas para o futuro.

Sistematização das informações: nuvem de palavras

No processo de sistematização dos dados, as colunas da Matriz Realidade Desejos identificadas como “o que tínhamos” antes do rompimento da barragem e “o que temos” depois do rompimento da barragem geraram as pautas preliminares percebidas a partir da população local, que serviu também como subsídio para a construção do Plano de Trabalho da Área 4.



Quadro 3 - Pautas iniciais apontadas no DRP pelas pessoas atingidas

Contaminação da água do rio e da represa	Sentimentos de desrespeito, desvalorização, desunião, insegurança...	Saúde mental: sintomas de estresse, depressão, medo, angústia, tristeza...	Degradação ambiental	Dificuldades no recebimento do auxílio emergencial
Contaminação dos peixes	Sentimentos relacionados à perda da autoestima	Problemas de saúde relacionados ao aumento da poeira	Impactos na saúde dos animais	Violação do direito ao acesso à água
Impossibilidade de práticas de lazer como pesca, natação, entre outras	Redução da qualidade de vida: aumento de doenças e da insegurança	Desestruturação familiar	Comprometimento significativo de importante fonte de renda: pesca.	Violação do direito ao acesso ao meio ambiente equilibrado
Impossibilidade de pesca: atividade econômica e de lazer	Relações familiares e sociais prejudicadas	Vontade de se mudar da comunidade	Comprometimento significativo de importante fonte de renda: turismo	Desvalorização das propriedades
Dificuldade, ou impossibilidade, de acesso à água potável	Sentimentos de sonhos destruídos	Interrupção de práticas culturais da comunidade	Comprometimento significativo de importante fonte de renda: comércio	Dificuldade para alugar e comercializar imóveis e terrenos
Insegurança em relação à qualidade da água distribuída pela Copasa	Diminuição significativa do turismo: "cidade fantasma"	Desemprego	Comprometimento significativo de importante fonte de renda: cultivo/ produção de alimentos.	Problemas fundiários (regularização do título de propriedade)
Restrição do contato com a natureza	Aumento de problemas com segurança, como roubos e arrombamentos	Perdas econômicas e danos morais	Comprometimento significativo de importante fonte de renda: criação de animais.	Problemas referentes à falta de comunicação entre todas as instituições e os atingidos

Fonte: Dados sistematizados da Matriz Realidade Desejo - Instituto Guaicuy (2019)

Para demonstrar os resultados obtidos a partir do DRP, foi elaborada uma “nuvem de palavras” (Figura 11), que é um recurso gráfico utilizado para descrever os termos mais frequentes de um determinado texto de forma objetiva e direta. As falas e textos dos participantes na coluna “O que queremos” foram transcritos para um *software* que calculou e diagramou as palavras a partir da frequência em que apareceram. Dessa forma, o tamanho da fonte em que a palavra é apresentada está relacionado à frequência da palavra no texto: palavras mais utilizadas são desenhadas em fontes de tamanho maior. Assim é possível ter uma visão geral das colocações e dos principais anseios dos participantes.



